

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Os Estudos Legislativos no Brasil e suas Engrenagens Analíticas:
teoria, empiria e metodologia (2006-2015)**

Júlio Cesar Guimarães de Paula

Belo Horizonte - Fevereiro de 2017

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Os Estudos Legislativos no Brasil e suas Engrenagens Analíticas:
teoria, empiria e metodologia (2006-2015)**

**Dissertação de mestrado apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política pelo Departamento de
Ciência Política da Universidade Federal de
Minas Gerais.**

Orientador: Prof. Dr. Manoel Leonardo Santos

Júlio Cesar Guimarães de Paula

Belo Horizonte - Fevereiro de 2017

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Os Estudos Legislativos no Brasil e suas Engrenagens Analíticas:
teoria, empiria e metodologia (2006-2015)**

Julio Cesar Guimarães de Paula

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2017

Banca examinadora

Manoel Leonardo W. D. Santos - UFMG
Orientador - Examinador Interno

Bruno Pinheiro Wanderley Reis - UFMG
Examinador Interno

Flávio da Cunha Rezende - UFPE
Examinador Externo

Marcus Abílio Pereira - UFMG (suplente)

"O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia"

Guimarães Rosa

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Manoel Leonardo Santos por ter aceito a orientação e por ter me colocado diante desse desafio instigante de levar a cabo o presente tema. O professor empreendeu uma orientação leve, generosa, como rigor teórico e metodológico. Sempre solícito e disponível, o professor Manoel se tornou para mim uma referencia intelectual. Gostaria de agradecer ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais nas pessoas do coordenador do programa, professor Ricardo Fabrino pessoa de fino trato e ao Alessandro sempre responsivo as demandas e dúvidas. Gostaria também de devotar meus agradecimentos a três professores importantíssimos para a confecção da dissertação. Ao professor Carlos Ranulfo (UFMG) que na disciplina Seminário de dissertação empreendeu comentários essenciais para o trabalho, ao professor Flávio Rezende (UFPE) que como professor visitante na Disciplina Pluralismo Inferencial reforçou meu gosto pelo estudo da metodologia e ao professor Ranulfo Paranhos (UFAL) que me forneceu prontamente a base de dados de sua tese de doutoramento, ato de extrema gentileza acadêmica, ao professor Paranhos meus sinceros agradecimentos.

Agradeço também aos professores que tive na minha jornada no DCP, professora Natália Sátyro, Professor Mário Fuks, Professor Bruno Reis e Professor Fernando Filgueiras que de diversas maneiras foram importantes na minha estada na pós-graduação. Agradeço também ao Centro de Estudos Legislativos (CEL) pela estrutura fornecida e pelo ambiente de intensos debates e reflexões. Á turma do mestrado de 2015, o convívio com eles tornou minhas manhãs e tardes mais agradáveis.

Aos meus pais também empreendo meus agradecimentos por terem sido essenciais na minha formação. Ao meu pai Julio deve o valor pelo estudo, orgulho em ser professor, a retidão e a alegria com que nos relacionamos. A minha mãe Sirlene para além do valor pelo estudo devo as conversas e os diálogos, a sua presença tornou esse trabalho menos difícil. Agradeço também a Suellen (apesar dela querer) pessoa com quem escolhi compartilhar a vida, ela me mostrou o valor de um abraço sincero. Por fim, agradeço a Deus sem ele esse trabalho não seria possível.

Resumo

A ciência política contemporânea teve um ponto de inflexão na construção do conhecimento sobre as realidades políticas e sociais com a publicação da obra *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research* de King, Keohane e Verba (1994). Os autores empreendem uma maior sistematicidade aos desenhos de pesquisa nas diversas áreas das ciências sociais. E apontam a construção de inferências válidas como o objetivo principal da pesquisa científica. As discussões em torno de *Designing Social Inquiry* e o foco na construção de inferências válidas orientou a criação de um amplo portfólio metodológico a disposição dos cientistas políticos. Esse leque multifacetado de possibilidades inferenciais levou Rezende (*no prelo*) a cunhar o termo Pluralismo Inferencial "*em que coexistem múltiplas lógicas de causação para a produção de inferências válidas*" (REZENDE, *no prelo*). A ideia do Pluralismo Inferencial é a expressão reflexa do robusto cardápio metodológico a disposição dos pesquisadores. Assim, o presente trabalho tem por objetivo investigar os fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos dos estudos legislativos no Brasil. O foco da análise será a produção acadêmica sobre o Poder Legislativo brasileiro, tanto no nível nacional, como no nível subnacional, elaborada nos últimos dez anos (2006 a 2015). O estudo da produção acadêmica nos mostrou a consolidação de duas áreas bem específicas dentro do campo de pesquisa: *Comportamento Parlamentar e Relação Executivo/Legislativo*. A saliência dessas áreas se coaduna com a consolidação dos estudos Legislativos na ciência política nacional. A centralidade do novo institucionalismo da escolha racional como o principal arcabouço é uma realidade. Foi possível também diagnosticar que alguns passos devem ser dados pelos pesquisadores na busca pelo ajuste inferencial. Especialmente três aspectos merecem destaque, a busca mais efetiva por desenhos de pesquisa pautados na inferencial causal, o incremento na integração entre os métodos quantitativos e qualitativos e o foco nos paradigmas da identificação. Aspectos que não receberam a devida atenção dos pesquisadores.

Palavras-Chave: Estudos Legislativos - Ajuste Inferencial - Pluralismo Inferencial

Abstract

Contemporary political science had a turning point in the construction of knowledge about political and social realities with the publication of King's, Keohane and Verba's (1994) *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. The authors undertake a greater systematicity to research designs in the various areas of social sciences. And they point to the construction of valid inferences as the main objective of scientific research. The discussions surrounding *Designing Social Inquiry* and the focus on constructing valid inferences have guided the creation of a broad methodological portfolio at the disposal of political scientists. This multifaceted range of inferential possibilities led Rezende (in press) to coin the term Inferential Pluralism "in which multiple logics of causation coexist for the production of valid inferences" (REZENDE, in press). The idea of Inferential Pluralism is the reflexive expression of the robust methodological menu at the disposal of researchers. Thus, the present work aims to investigate the theoretical, methodological and empirical foundations of the legislative studies in Brazil. The focus of the analysis will be the academic production on the Brazilian Legislative Branch, both at the national level and at the subnational level, elaborated in the last ten years (2006 to 2015). The study of academic production showed us the consolidation of two very specific areas within the field of research: Parliamentary Behavior and Executive / Legislative Relationship. The saliency of these areas is consistent with the consolidation of the Legislative studies in the national political science. The centrality of the new institutionalism of rational choice as the main framework is a reality. It was also possible to diagnose that some steps should be taken by the researchers in the search for inferential adjustment. In particular, three aspects deserve special mention: the most effective search for research designs based on the causal inferential, the increase in the integration between quantitative and qualitative methods and the focus on identification paradigms. Aspects that did not receive the attention of researchers.

Keywords: Legislative Studies - Inferential Adjustment - Inferential Pluralis

Lista de Quadros, Gráficos, Tabelas e Figuras

Quadros

Quadro 1: Os padrões de cientificidade da ciência política contemporânea.....	23
Quadro 2: Descrição do Modelo de Engrenagens Analíticas -MEA.....	26
Quadro 3: Artigos de livros selecionados.....	35
Quadro 4 : Variáveis explicativas utilizadas para explicar a organização do legislativo brasileiro.....	40
Quadro 5: Foco da Análise e Foco do Estudo (2006, 2007, 2008).....	45
Quadro 6: Foco da Análise e Foco do Estudo (2009).....	47
Quadro 7: Foco da Análise e Foco do Estudo (2010).....	49
Quadro 8: Foco da Análise e Foco do Estudo (2011).....	51
Quadro 9: Foco da Análise e Foco do Estudo (2012).....	53
Quadro 10: Foco da Análise e Foco do Estudo (2013).....	55
Quadro 11: Foco da Análise e Foco do Estudo (2014).....	56
Quadro 12: Foco da Análise e Foco do Estudo (2015).....	57
Quadro 13: Critérios das revisões da literatura sobre o Poder Legislativo.....	65
Quadro 14: Integração teórica - Estudos Legislativos (2006-2015).....	92
Quadro 15: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Relação Executivo/Legislativo.....	116
Quadro 16: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Comportamento Parlamentar.....	119
Quadro 17: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Comissões.....	124
Quadro 18: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Grupos de Interesse/ <i>Lobby</i>	125
Quadro 19: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Carreiras Políticas e Elites Políticas e suas Trajetórias.....	128
Quadro 20: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Migração Partidária e Partidos Políticos.....	130
Quadro 21: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Recrutamento Político e Eleições e Sistemas Eleitorais.....	132
Quadro 22: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Processo Legislativo, Opinião Pública e Oposições.....	133
Quadro 23: Os objetivos e as Estratégias da Pesquisa Social.....	146
Quadro 24: Tipos de variáveis e testes bivariados de hipótese mais adequados.....	151
Quadro 25: Estudos Legislativos e os principais Testes de Hipóteses.....	152
Quadro 26: Técnicas para controlar o viés de seleção em desenhos de pesquisa.....	154

Gráficos

Gráfico 1: Distribuição da produção acadêmica por instrumento de veiculação.....	31
Gráfico 2: Distribuição da produção acadêmica por idiomas.....	31
Gráfico 3: Distribuição da produção acadêmica por periódicos.....	32
Gráfico 4: Distribuição da produção acadêmica por <i>Qualis/CAPES</i>	33
Gráfico 5: Distribuição da produção acadêmica por anos analisados.....	34
Gráfico 6: Conexão dos Focos de Estudo com o Comportamento Parlamentar.....	62
Gráfico 7: Distribuição da produção por Foco da Análise.....	64
Gráfico 8: Revisão da literatura Inácio et. al. 2009.....	66
Gráfico 9: Revisão da Literatura Figueiredo et. al. (2016).....	66
Gráfico 10: Revisão da literatura De Paula (2017).....	67
Gráfico 11: Sazonalidade da produção acadêmica por Foco de Estudo (1).....	68
Gráfico 12: Sazonalidade da produção acadêmica por Foco de Estudo (2).....	69
Gráfico 13: Sazonalidade da produção acadêmica por Foco de Análise.....	69
Gráfico 14: Conceitos mais utilizados nos Estudos Legislativos (2006-2015).....	112
Gráfico 15: Frequência - Formulação de Hipóteses.....	135
Gráfico 16: Frequência das dimensões na produção acadêmica.....	136
Gráfico 17: Análise temporal das dimensões metodológicas.....	137
Gráfico 18: Aparato Inferencial dos Estudos Legislativos Brasileiros.....	145
Gráfico 19: Natureza Metodológica dos Estudos Legislativos.....	146
Gráfico 20: Técnicas mobilizadas pelos pesquisadores.....	151
Gráfico 21: Uso de dados oficiais nos estudos Legislativos.....	160

Tabelas

Tabela 1: Estatísticas descritivas da produção acadêmica (2006-2015).....	34
---	----

Tabela 2: Produção bibliográfica por subárea dos estudos legislativos.....	42
Tabela 3: Temas analisados por década.....	43
Tabela 4: Densidade - Foco de Estudo.....	60
Tabela 5: Centralidade de Grau - Rede Foco de Estudo.....	61
Tabela 6: Compromisso teórico mais relevante.....	90
Tabela 7: Densidade - Compromissos Teóricos.....	95
Tabela 8: Grau de Centralidade - Compromissos Teóricos.....	96
Tabela 9: Distribuição das hipóteses por modelos causação.....	102
Tabela 10: Foco de Estudo Principal.....	114
Tabela 11: Estudos Legislativos e a Política Comparada.....	149
Figuras	
Figura 1: Modelo de Engrenagens Analítica - MEA.....	25
Grafo 1: Interações entre os Focos de Estudo nos Estudos Legislativos brasileiros.....	63
Grafo 2: Interações entre os Compromissos Teóricos nos Estudos Legislativos brasileiros para o período de 2006-2015.....	98
Figura 2: Confiabilidade, validade e teste de hipóteses.....	110
Figura 3: Nuvem de Palavras - Conceitos.....	113
Figura 4: Diagrama de Venn na qual X, Y e Z estão correlacionados.....	156

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1: O Modelo de Engrenagens Analíticas e a Ciência Política Contemporânea: os estudos legislativos em perspectiva	17
1.1. Entre a Inferência e a Causalidade: a consciência metodológica da ciência política contemporânea.....	17
1.1.1. A consolidação metodológica da Ciência Política Contemporânea.....	17
1.1.2. A Nova Metodologia Qualitativa e seus Pressupostos.....	18
1.1.3. O Modelo de Resultados Potenciais.....	21
1.1.4. O Pluralismo Inferencial e o Modelo de Engrenagens Analíticas.....	22
1.2. Procedimentos metodológicos para uma revisão sistemática da literatura sobre o Poder Legislativo no Brasil.....	26
1.2.1. Por que uma revisão da literatura sobre os estudos legislativos?.....	26
1.2.2. Procedimentos metodológicos.....	28
1.3. Os estudos legislativos em números: uma análise quantitativa da produção acadêmica.....	30
Capítulo 2: Estudos Legislativos no Brasil; foco analítico e foco de estudo na produção acadêmica recente	38
Introdução.....	38
2.1. A morfologia dos Estudos Legislativos: as revisões da literatura em perspectiva.....	39
2.2. Estudos Legislativos: o que e se estuda na produção acadêmica recente.....	44
2.3. Os Estudos Legislativos em uma perspectiva relacional.....	58
2.3.1. Os Estudos Legislativos e os Focos de Estudo: uma abordagem em rede.....	59
2.3.2. Estudos Legislativos: uma análise do foco analítico da produção acadêmica recente.....	64
2.4. Três revisões da literatura em perspectiva comparada.....	65
Considerações finais.....	70
Capítulo 3: Da Lógica de Causação aos Padrões de Explicação: teoria e metodologia nos estudos legislativos	87
Introdução.....	87
3.1. A teoria como elemento estruturador na pesquisa social.....	87
3.2. Os Estudos Legislativos e os Compromissos teóricos: transitoriedade e consolidação.....	88
3.3. Os Estudos Legislativos e seus Pressupostos.....	99
3.4. Os Estudos legislativos e suas Lógicas de Causação.....	101
Considerações finais.....	103
Capítulo 4: Teoria e Base Empírica: operacionalização, formulação dos conceitos e estratégias de mensuração nos estudos legislativos	108
Introdução.....	108
4.1. A Importância da Aderência dos Conceitos a Base Empírica: validade e confiabilidade.....	108
4.2. Os Estudos Legislativos e o aparato conceitual.....	110
4.3. Estudos Legislativos no Brasil: a operacionalização das variáveis e os testes de hipótese.....	113
4.4. Estudos Legislativos: das hipóteses aos modelos.....	134
Considerações finais.....	137
Capítulo 5: Em Busca da Inferência Causal Válida: método e base empírica nos estudos legislativos	140

Introdução.....	140
5.1. O debate contemporâneo sobre a construção de inferências válidas na ciência política.....	140
5.1.1. A Lógica Experimental.....	142
5.1.2. A Lógica Observacional.....	143
5.2. Os Estudos Legislativos: as lógicas inferenciais e natureza metodológica da produção acadêmica.....	144
5.2.1. Os Estudos Legislativos e a Abordagem Inferencial.....	144
5.2.2. A Natureza Metodológica e a Abordagem Quanti-Quali.....	145
5.2.2.1. Os Estudos Legislativos no Brasil e os Desenhos de Pesquisa em Política Comparada.....	147
5.3. Os Estudos Legislativos e os Testes de Hipóteses.....	150
5.4. Estudos Legislativos e as estratégias de identificação.....	153
5.4.1. O viés de seleção.....	153
5.4.2. As variáveis omitidas.....	155
5.4.2.1. A qualidade do ajuste.....	157
5.5. Estudos Legislativos: dados mobilizados e as possibilidades de replicação.....	158
Considerações finais.....	161
Conclusão.....	163
Referências revisão da literatura.....	167
Referências gerais.....	177
ANEXO 1 (Ficha de Leitura).....	183
ANEXO 2 (Padrões de Causação na Ciências Política).....	191
ANEXO 3 (Instituições dos primeiros autores).....	192

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar os fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos dos estudos legislativos no Brasil. O foco da análise será a produção acadêmica sobre o Poder Legislativo brasileiro, tanto no nível nacional, como no nível subnacional, elaborada nos últimos dez anos (2006 a 2015).

Segundo Santos (2009) o ponto de inflexão para os estudos legislativos no Brasil se dá com a publicação em 1994 do trabalho de Fernando Limongi intitulado, "*O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-americana Recente*". O estudo ganha relevância dentro do contexto de reformatação das nossas instituições democráticas e se configurou como um importante balizador teórico e metodológico para o entendimento do Poder Legislativo e conseqüentemente do sistema político brasileiro que se ressignificava naquele momento.

Limongi (1994) faz um balanço da literatura norte-americana sobre os estudos legislativos. Literatura esta calcada fortemente na perspectiva do novo institucionalismo, ou seja, na "*demonstração de que as instituições que organizam o processo decisório são: (a) elas mesmas responsáveis pela estabilidade dos resultados obtidos e (b) influenciam os resultados políticos substantivos*". (LIMONGI, 1994: 12). Segundo o autor as reflexões sobre o Poder Legislativo norte-americano, o mais estudado do mundo, poderiam abrir o caminho para o entendimento mais acurado de nossas instituições legislativas. Assim, a literatura especializada norte-americana contribuiu para a melhor compreensão do comportamento parlamentar a luz das instituições. A expressão reflexa dessa contribuição está nos três modelos clássicos de organização legislativa, as abordagens distributivista (MAYHEW, 1974), informacional (KREHBIEL, 1991) e partidária (COX E McCUBBINS, 1993). Ambas partem do pressuposto que a configuração institucional afeta as preferências dos legisladores. E que os mesmos, como atores racionais que são, buscariam maximizar suas chances de reeleição. O ponto é que nos três modelos a relação entre representantes e instituições produziriam diferentes *outputs* políticos. Em decorrência disso, a lupa dos estudiosos que se dedicam a desvendar o comportamento parlamentar se recai, ou sobre os fatores exógenos a estrutura legislativa (modelo distributivista), como por exemplo, o sistema

eleitoral, ou sobre os fatores endógenos (modelo partidário), tais como as regras formais que orientam a estrutura interna dos trabalhos parlamentares.

A ciência política brasileira rapidamente se municiou do aparato teórico-metodológico dos modelos estadunidense, e tratou de propor novas explicações sobre a essência de nossas instituições. O papel do Executivo e sua relação com o Legislativo foi incorporado as primeiras análises. Influência dos modelos de análise do congresso norte-americano apontados acima. A partir de então duas visões marcam o debate acerca das instituições políticas brasileiras e de seus resultados. De um lado estudos que apontam para uma relação conflituosa entre Executivo e Legislativo (ABRANCHES, 1988; SHUGART E CAREY, 1992; MAINWARING, 1993; MAINWARING E SHUGART, 1997; AMES, 2003) e de outro trabalhos que apontam a não existência de um conflito estrutural entre os dois poderes (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999; SANTOS, 1997).

Até meados dos anos de 1990 o diagnóstico prevalecente para as instituições políticas brasileiras se coadunava a primeira perspectiva, ou seja, de uma debilidade institucional crônica. Autores como Mainwaring (1993) e Ames (2003) enfatizaram a influência das regras exógenas na Câmara dos Deputados como fatores determinantes à atuação dos parlamentares. O argumento de Mainwaring (1993) é que “*é difícil manter uma democracia presidencialista multipartidária*” (p. 21) e que a combinação de multipartidarismo e presidencialismo criou problemas para estabilidade política no período de 1946 a 1964, e criaria problemas também na nova República iniciada com a Constituição de 1988, pois as macroinstituições políticas não se modificaram com o novo arranjo legal.

Ames (2003), toma o sistema eleitoral como variável independente para entender a produção de políticas públicas na Câmara dos Deputados. Sob esse prisma, afirma que “*os sistemas de lista aberta deslocam o poder dos líderes partidários para os candidatos individuais, e o sistema brasileiro leva ao máximo essa tendência*” (AMES, 2003: 62). Mas a partir dos estudos realizados por Figueiredo e Limongi (1999) alguns dos pressupostos então vigentes passaram a ser colocados em xeque. Em especial foi questionada a visão que o legislativo brasileiro era ocupado por partidos indisciplinados. Eles tomaram como variáveis independentes, para a análise do

comportamento dos deputados: a) a relação entre os poderes Executivo e Legislativo estabelecida pela constituição de 1988 e b) a estrutura e os procedimentos internos do Congresso. A partir destes pontos e com base na análise das votações nominais ocorridas no período entre 1989 e 1994, constataram um alto grau de disciplina partidária no que se refere as votações nominais, e um alinhamento ideológico ao longo do contínuo direita/esquerda.

O debate sobre a estrutura de incentivos que definem a essência do comportamento legislativo no âmbito da Câmara dos Deputados e os paradigmas da relação Executivo-Legislativo ganhou mais um capítulo como a ideia de "*incentivos institucionais contraditórios*" (PEREIRA E MUELLER, 2003; PEREIRA E RENNÓ, 2007). Para Pereira e Mueller (2003) o sistema político brasileiro apresenta uma forte contradição, na medida em que convivem mecanismos que descentralizam o poder e ampliam os atores com poder de veto, tais como: o sistema eleitoral de lista aberta, o federalismo e o multipartidarismo, com atributos que centralizam o processo decisório, tais como as regras internas da Câmara dos Deputados e as prerrogativas legislativas do presidente. Essa bipolaridade institucional leva os autores a afirmar que os partidos políticos seriam fortes na arena parlamentar e fracos na arena eleitoral.

O primeiro ponto a se destacar é que o debate para captar o *modus operandi* da Câmara dos Deputados e a relação Executivo-Legislativo no chamado presidencialismo de coalizão foi frutífero do ponto de vista teórico e metodológico. Segundo Inácio e Rennó (2009) "*o foco em processos decisórios e interações políticas no nível micro de análise contribuiu de forma importante para a construção de modelos causais empiricamente testáveis*" (p. 23). Na mesma perspectiva, Santos (2009) afirma que no período de 1994 a 2005 a literatura sobre os estudos legislativos no Brasil se orientou basicamente pelos três modelos clássicos de organização legislativa, propostos pela literatura norte-americana, com clara prevalência para o modelo partidário, em detrimento dos modelos distributivista e informacional. Além da forte presença de interpretações ligadas ao novo institucionalismo da escolha racional, o autor atestou um ganho metodológico no período analisado, com um incremento de análises informadas por questões empiricamente verificáveis.

Como forma de analisar os fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo nas dimensões nacional e subnacional no período de 2006 a 2015. Assim como, a adequação da produção acadêmica aos mecanismos de ajuste inferencial (REZENDE, *no prelo*) desenvolvidos pela ciência política contemporânea, o trabalho se estruturou além da presente introdução, em mais cinco capítulos, além das considerações finais. O Capítulo 1 *O Modelo de Engrenagens Analíticas e a Ciência Política Contemporânea: os estudos legislativos em perspectiva* tem como objetivo discutir o percurso metodológico da ciência política contemporânea especialmente após a publicação de *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research* de King, Keohane e Verba (1994). Nesse capítulo também é apresentado a estruturação e os fundamentos metodológicos da pesquisa em tela. O Capítulo 2 intitulado *"Os Estudos Legislativos no Brasil: foco analítico e foco de estudo na produção acadêmica recente* analisa quais são focos das problematizações dos autores, em especial as áreas de estudo e as casas legislativas estudadas. O terceiro Capítulo *"Da Lógica de Causação aos Padrões de Explicação: teoria e metodologia nos estudos legislativos"* tem como foco os aspectos teóricos e metodológicos dos Estudos Legislativos, aspectos como: a lógica de causação e os padrões de explicação são o centro da análise. *"Teoria e Base Empírica: operacionalização, formulação dos conceitos e estratégias de mensuração nos estudos legislativos"* é o título do quarto capítulo, teoria e base empírica são as dimensões analisadas. O último com o título de *"Em Busca da Inferência Causal Válida: o método e a base empírica nos estudos legislativos"* discute-se os aspectos que conectam a base empírica, técnicas e testes de hipóteses. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

O estudo da produção acadêmica no período de 2006 a 2015 nos mostrou a consolidação de duas áreas bem específicas dentro do campo de pesquisa: *Comportamento Parlamentar e Relação Executivo/Legislativo*. A saliência dessas áreas se coaduna com a consolidação dos estudos Legislativos na ciência política nacional. A centralidade do novo institucionalismo da escolha racional como o principal arcabouço é uma realidade. Foi possível também diagnosticar que alguns passos devem ser dados pelos pesquisadores na busca pelo ajuste inferencial. Especialmente três aspectos merecem destaque, a busca mais efetiva por desenhos de pesquisa pautados na inferência causal, o incremento na integração entre os métodos quantitativos e

qualitativos e o foco nos paradigmas da identificação. Aspectos que não receberam a devida atenção dos pesquisadores.

Capítulo 1

O Modelo de Engrenagens Analíticas e a Ciência Política Contemporânea: os estudos legislativos em perspectiva

1.1. Entre a Inferência e a Causalidade: a consciência metodológica da ciência política contemporânea

1.1.1. A consolidação metodológica da Ciência Política Contemporânea

A ciência política contemporânea teve um ponto de inflexão na construção do conhecimento sobre as realidades políticas e sociais com a publicação da obra *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research* de King, Keohane e Verba (1994)¹. Os autores empreendem uma maior sistematicidade aos desenhos de pesquisa nas diversas áreas das ciências sociais. E apontam a construção de inferências válidas como o objetivo principal da pesquisa científica. Assim, estabelecer conclusões gerais a partir de traços da realidade é o objetivo dos pesquisadores conscientes e responsáveis metodologicamente (KKV, 1994). Sob esse prisma, os autores estabelecem quatro pontos para a construção de um desenho que proporcione uma investigação social de qualidade: (i) o objetivo de uma pesquisa é a construção de inferências válidas, tanto pesquisas quantitativas, quanto qualitativas têm por objetivo construir através de descrições ou explicações inferências válidas²; (ii) os procedimentos da pesquisa devem ser públicos, se preocupando com a comparação e reprodução dos achados; (iii) o conhecimento científico é incerto, ele tem a premissa de simplificar a realidade e (iv) o conteúdo é o método, foco nas regras de produção do conhecimento, essas determinam a validade dos resultados.

Outros dois conceitos aparecem como fundamentais para a construção de inferências válidas nas pesquisas sociais: confiabilidade e validade. O conceito de confiabilidade pode ser entendido como a consistência entre o conjunto de variáveis e o que se pretende mensurar. Assim, se repetidas medidas forem executadas, as medidas

¹ Daqui em diante usarei a sigla KKV (1994), como referência para King, Keohane e Verba (1994), como a literatura especializada tem usado recorrentemente.

² KKV (1994) reconhecem a importância das análises descritivas, mas atestam que a cientificidade da ciência política preconiza a mobilização de teorias testáveis.

confiáveis serão consistentes em seus valores. Já o conceito de validade representa a relação entre o conceito e as medidas, o quão bem o conceito reflete as medidas (KIRK E MILLER, 1986, KKV, 1994).

É notório que, a preocupação com os princípios da inferência válida como guia de produção do conhecimento científico, muito se deve as páginas de *Designing Social Inquiry*. Segundo Mahoney (2010) o livro formatou a consciência metodológica da ciência política contemporânea, na medida em que estabeleceu um guia para a condução da pesquisa social. A preocupação com a pergunta de pesquisa e sua adequação a teoria mobilizada pelo pesquisador, exemplificam bem esse legado. Contudo, diversos trabalhos posteriores passaram a questionar alguns dos fundamentos desenvolvidos por KKV (1994), os principais questionamentos vão em direção as essências metodológicas das tradições, quantitativa e qualitativa de pesquisa. O foco na validade inferencial é o norte da pesquisa social e a abordagem metodológica utilizada (quantitativa e qualitativa) deve-se orientar em tal perspectiva. Os críticos apontaram para um viés quantitativo ao guia de pesquisa proposto por KKV (1994).

1.1.2. A Nova Metodologia Qualitativa e seus Pressupostos

Em *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards* obra publicada em 2004 e organizada por Brady e Collier, a crítica as afirmações de KKV (1994) é consubstanciada e as demarcações metodológicas e epistemológicas entre as metodologias quantitativa e qualitativa foram realizadas, e a partir de então temos a consolidação de um novo cardápio metodológico. Essa abordagem conhecida como a *Nova Metodologia Qualitativa* apontou novas possibilidades para construção de inferências causais na ciência política contemporânea. A busca pela inferência causal preconizada pela *Nova Metodologia Qualitativa* se pauta por pressupostos diferentes das técnicas de regressão e da lógica frequentista adotada por KKV (1994).

Para Mahoney (2010), pesquisas quantitativas, orientadas por modelos formais, econométricos e estatísticos empregam a abordagem de (*effects-of-causes*), modelagem concebida para aferir o efeito líquido médio das variáveis independentes, nessa lógica de causalidade, modelos de regressão são usados para os testes de hipótese. Já pesquisas qualitativas apontam para um modelo alternativo (*causes-of-effects*). A abordagem de

causa dos efeitos, objetiva explicar porque os casos apresentam certos resultados. (MAHONEY, 2010 E REZENDE, 2011).

Assim, muitos estudiosos tem atestado a robustez metodológica dos estudos de *small-n* (RUESCHEMEYER, 2003; GEORGE E BENNETT, 2005; GERRING, 2007; REZENDE, 2011). Inversamente, KKV (1994) apontam para o caráter indeterminado dos estudos de caso e da impossibilidade de se fazer generalizações a partir de uma amostra restrita. Rueschemeyer (2003) afirma que os estudos de caso podem não apenas desenvolver novas teorias, como também testa-las, argumento corroborado por George e Bennet (2005). A partir da lógica defendida por Rueschemeyer (2003), Rezende (2011B) atesta que os estudos de caso podem se configurar em um robusto instrumental analítico para compreensão dos processos causais que formatam a realidade a ser estudada. Segundo o autor "*a realidade política é fortemente marcada pela complexidade causal. Estes fenômenos são usualmente produzidos por múltiplas causas, que possuem um caráter dinâmico e são altamente sensíveis ao contexto*" (REZENDE, 2011: 316). Tal abordagem consolida os métodos de *Process-Tracing* como uma importante ferramenta para a geração de teorias e teste de hipóteses. Esse desenho de pesquisa se caracteriza pela articulação de diferentes fatores causais na análise dos fenômenos sociais e políticos. Assim, o *Process-Tracing* é uma ferramenta que procura dar conta das complexas conexões causais existentes entre agentes, contextos e instituições em situações historicamente delimitadas (BENNETT E CHECKEL, 2015).

Além dos estudos de *Process-Tracing* ganha relevância no contexto da *Nova Metodologia Qualitativa* a análise histórico-comparada, que tem como foco a identificação das sequências casais que geram resultados nas macroestruturas sociais (MAHONEY E RUESCHMEYER, 2003). Assim, o foco nas sequências causais é de fundamental importância para uma melhor apropriação por parte do pesquisador do objeto de estudo. O mapeamento dessas sequências abre espaço para a identificação das condições necessárias e suficientes e para o diagnóstico dos casos similares e dissonantes. Segundo Mahoney e Rueschmeyer (2003) o diagnóstico das sequencias causais de um pequeno número de casos possibilita ao pesquisador além de desenvolver novas explicações, aprimorar e revisitar pressupostos teóricos pré-existentes.

O desenvolvimento da *Nova Metodologia Qualitativa* também favoreceu a consolidação dos *Set-Theoretical Methods* (RAGIN, 2000, SCHNEIDER E WAGEMANN, 2012). Nesse contexto, ganha relevância a *Análise Qualitativa Comparativa (QCA)*³, que trás em seu bojo, um conjunto de técnicas pensadas a partir da lógica de conjuntos, os métodos de *crisp-sets QCA*, *fuzzy-sets QCA*, ou *Multi-Value QCA*, são exemplos desse instrumental metodológico, caracterizado por representar um meio termo entre as lógicas quantitativa e qualitativa de pesquisa. Assim, QCA representa a possibilidade de obter uma maior generalização dos resultados pelo fato da técnica legitimar a análise de um número médio de casos. A modelagem fundamentada pela álgebra booleana permite ao pesquisador trabalhar com a ideia regularidade, na medida em que propõe uma relação entre condições e resultados. Condições necessárias e suficientes para que um evento ocorra. A complexidade causal é o ponto chave das abordagens vinculadas ao *Set-Theoretical Methods*, assim, além da ideia de condições necessárias e suficientes, os fundamentos da equifinalidade⁴, da causalidade conjuntural e da assimetria também norteiam tal perspectiva metodológica (SCHNEIDER E WAGEMANN, 2012).

Fica claro, que as décadas recentes marcaram o ressurgimento efetivo das ferramentas de pesquisa qualitativa. Esse portfólio metodológico a disposição dos cientistas políticos criou diversas possibilidades para se chegar a validade inferencial tão perseguida pela disciplina. Todo o alicerce teórico preconizado pela *Nova Metodologia Qualitativa* se baseou na crítica aos fundamentos da obra seminal de KKV (1994). Collier, Brady e Seawright (2004) afirmam que a divisão fundamental nos estudos sobre metodologia não está nas abordagens quantitativa e qualitativa, e nem entre as investigações *large-N* ou *small-N*. São os estudos observacionais e experimentais que dividem os desenhos de pesquisa, segundo os autores. Nos estudos experimentais o pesquisador tem o controle e a capacidade de atribuir randomicamente valores da variável independente. Já em estudos observacionais os pesquisadores observam valores da variável independente na

³ Segundo Lijphart (1971) o método comparativo é caracterizado pela análise de um pequeno número de casos, e devido as limitações de tempo, energia e recursos financeiros é um método robusto para se entender a vida política, pois permite captar melhor a diversidade dos fenômenos estudados. Sob esse prisma, as análises de QCA podem ser consideradas tributárias da ideia de método comparativo proposta por Lijphart (1971).

⁴ Existência de múltiplos caminhos causais que levam ao mesmo resultado. "*Nas explicações históricas, típicas da pesquisa comparativa na ciência política e na qual se enquadram os casos, os pesquisadores usualmente lidam com uma ampla gama de conexões causais, nas quais os processos de equifinalidade envolvidos são múltiplos e muito dificilmente os pesquisadores podem considerar que resultados similares são produzidos pelas mesmas causas.*" (REZENDE, 2011: 302).

realidade, sem atribuições randômicas ao grupo de tratamento (COLLIER, BRADY E SEAWRIGHT, 2004). Em *Designing Social Inquiry* KKV (1994) empregam um modelo de causalidade pautado na lógica contrafactual⁵ para dados observacionais. O que leva Collier, Brady e Seawright (2004) a afirmar que KKV (1994) trabalham erroneamente com a ideia de controle pleno dos resultados, controle este que seria inspirado em modelos experimentais como os produzidos por Neyman (1990 [1923]) e Rubin (1980; 1990). Nesse sentido, é importante lembrar que proposições causais pautadas na lógica contrafactual, passam pelo chamado "*problema da inferência causal*". Uma tentativa de resolução desse impasse legitimou uso na ciência política dos *Modelos de Resultados Potenciais*.

1.1.3. O Modelo de Resultados Potenciais

A ideia básica dos modelos *Potential Outcomes*, ou modelo *Neyman-Rubin* é encontrar uma solução para o "*problema central da inferência causal*" em que se afirma a impossibilidade de se observar em simultâneo uma mesma unidade de análise sendo exposta a condição de tratamento e de controle (HOLLAND, 1986). Os *Modelos de Resultados Potenciais* são formalizados com o objetivo de construir simulações contrafactuals que permitem comprar os casos. Quando a randomização é possível, os grupos contrafactuals são gerados "naturalmente", esse é o caso dos desenhos experimentais. Sabe-se que é humanamente impossível observar o mesmo indivíduo em estados diferentes ao mesmo tempo, por exemplo, tratamento e controle. A partir da impossibilidade desse controle o modelo *Neyman-Rubin* formalizou a possibilidade de se estimar o efeito causal médio (*Average Treatment Effect - ATE*). O efeito causal médio pode ser entendido como o efeito causal do tratamento na média em uma população. A notação⁶ abaixo pretende ilustrar tal ideia:

$$D = E(Y_i(1) | T_i = 1) - E(Y_i(0) | T_i = 0) + [E(Y_i(0) | T_i = 1) - E(Y_i(0) | T_i = 0)] \quad (1.1)$$

$$D = ATE + [E(Y_i(0) | T_i = 1) - E(Y_i(0) | T_i = 0)] \quad (1.2)$$

$$D = ATE + B \text{ (viés de seleção)} \quad (1.3)$$

⁵ A proposição de inferência causal de KKV (1994) se pauta na falseabilidade, na generalização, na ideia probabilística e na análise contrafactual.

⁶ A formalização foi baseada substancialmente em "*Hanbook on Impact Evaluation: quantitative methods and practices - The World Bank*". Porém, contou com contribuições Angrist e Pischke (2008) e o Menezes Filho (2012).

O termo $E(Y_i(1) | T_i = 1) - E(Y_i(0) | T_i = 1)$ é o *Efeito Causal Médio do Tratamento - ATE*. O *ATE* tem como fundamento a ideia de que os indivíduos $Y_i(1)$ (tratados) foram atribuídos aleatoriamente ao grupo de tratamento e os indivíduos $Y_i(0)$ (não tratados) teriam igual probabilidade de participarem do grupo de tratamento. Assim, ele é a diferença entre a média da variável de resultado dos tratados na condição de tratados e a média para esses mesmos indivíduos na situação contrafactual deles não terem passado pelo tratamento. Já o termo $[E(Y_i(0) | T_i = 1) - E(Y_i(0) | T_i = 0)]$ é o viés de seleção, que é a diferença das médias da variável de resultado na condição de não tratamento $Y_i(0)$, quando os indivíduos participam ($T = 1$) ou ($T = 0$) do tratamento. É importante destacar que o termo de viés de seleção está associado a atribuição não aleatória ao grupo de tratamento. Dessa forma, o problema do viés de seleção⁷ é o problema central da noção de causalidade proposta por modelos contrafactuais com o modelo *Neyman-Rubin*. Contudo técnicas, como: *Aleatorização, Diferenças em Diferenças, Pareamento, Variáveis Instrumentais, Regressão Descontínua e Efeitos Sintéticos*, estão à disposição dos pesquisadores para a resolução dos problemas de viés de seleção e por consequência para ajudá-los na produção de inferências válidas, objetivo fundamental da ciência política contemporânea.

1.1.4. O Pluralismo Inferencial e o Modelo de Engrenagens Analíticas

Diante do exposto, fica claro que existe à disposição dos cientistas políticos um amplo portfólio metodológico para se chegar às inferências causais válidas, portfólio que teve seu marco inicial com a publicação de *Designing Social Inquiry*. Esse leque multifacetado de possibilidades inferenciais levou Rezende (*no prelo*) a cunhar o termo Pluralismo Inferencial "*em que coexistem múltiplas lógicas de causalção para a produção de inferências válidas*" (REZENDE, *no prelo*). A ideia do Pluralismo Inferencial é a expressão reflexa do robusto cardápio metodológico à disposição dos pesquisadores. Dessa forma, Rezende (2016 e *no prelo*) apontou sete dimensões para se mensurar o Pluralismo Inferencial na ciência política contemporânea. Essas sete dimensões segundo o autor oferecem de forma integrada um novo padrão para o estudo científico da política. Padrão este que tem como fundamento o Pluralismo Inferencial e

⁷ Para que o viés de seleção tenha média igual a zero, a média observada para os não tratados deve ser igual a média do grupo contrafactual $E[Y_i(0)|T_i=1]$. Porém, esse fator não é observável, daí a necessidade de utilização de técnicas de randomização.

como fim a ideia do ajuste inferencial da ciência política contemporânea. O quadro (1) sintetiza as sete dimensões levantadas pelo autor:

Quadro 1: Os padrões de cientificidade da ciência política contemporânea

Dimensões	Descrição
Preocupação Crescente com Inferência Causal	Coexistência de várias lógicas de gerar inferência (Pluralismo Inferencial).
Orientação por Modelos Hipotéticos-Dedutivos	Teste de hipótese, modelos formais, integração com a econometria e análise estatística.
Conexão entre Desenhos de Pesquisa e Qualidade Inferencial	Importância central dos desenhos de pesquisa como elementos considerados fundamentais para gerar qualidade inferencial.
Integração entre Métodos Quantitativos e Qualitativos	Mobilização de forma adequada das duas lógicas de pesquisa.
Ecletismo Analítico	Flexibilização das barreiras entre teorias. Enfrentamento dos problemas da realidade sem perder de vista o rigor teórico.
Elevação da Demanda por Identificação Causal	Busca mais clara pela identificação foco na estimação dos parâmetros.
Primazia dos métodos sobre a análise	Os métodos e os desenhos de pesquisa tem prevalência sobre a análise política.

Fonte: Rezende (2016)

Assim, segundo Rezende (2016 e *no prelo*) os padrões de cientificidade da ciência política contemporânea se constituem em balizadores da produção acadêmica atual. O que se observa a partir da análise da produção de alto fator de impacto é a crescente preocupação dos pesquisadores em mobilizarem estratégias voltadas para a geração de inferências causais válidas a partir de dados experimentais e observacionais (REZENDE, *no prelo*).

A partir do caminho trilhado por Rezende (2016 e *no prelo*) o presente estudo tem por objetivo diagnosticar se o ajuste inferencial apontado pelo autor na produção de alto fator de impacto é observado na ciência política brasileira, mais especificamente a área de estudos legislativos. Acredita-se que a consolidação teórica e metodológica da área (FIGUEIREDO E SANTOS, 2016) nos dará a ideia da magnitude e da qualidade das inferências realizadas pelos pesquisadores brasileiros. Assim, o que se propõe aqui é analisar criticamente a produção acadêmica e identificar as teorias, as metodologias e os dados mobilizados pelos pesquisadores como forma de compor um quadro crítico e analítico dos estudos legislativos brasileiros.

O foco do estudo está na análise da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil nas dimensões nacional e subnacional no período de 2006 a 2015. Com o intuito de delinear objetivamente o atual estágio do conhecimento em relação os estudos legislativos no Brasil. O trabalho de Santos (2009) apontou para uma relação umbilical entre os estudos legislativos e as teorias positivas (SHEPSLE E WEINGAST, 1994), fato que remete a análise de dados e a postulação de relações de causalidade. Esse fazer científico "positivista" que busca uma associação entre empiria e teoria é o que marca os estudos legislativos no Brasil no período analisado pelo autor (1995 a 2005). O balanço da cientificidade dos estudos legislativos e sua adequação ao que Rezende (*no prelo*) chamou de ajuste inferencial é o cerne do estudo que se propõe.

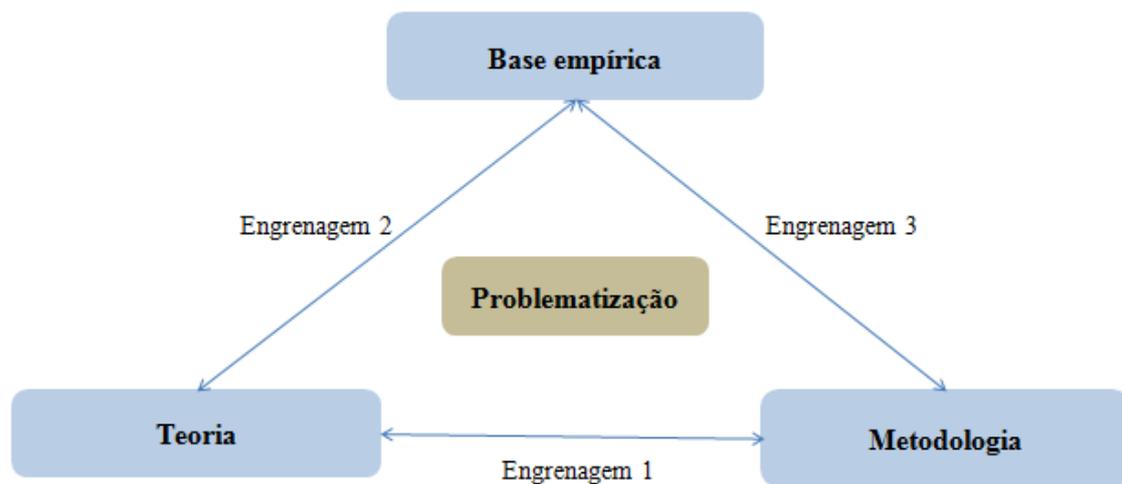
O método escolhido para empreender tal investigação foi o Modelo de Engrenagens Analíticas - MEA. Desenvolvido por Rezende (2015) o MEA se propõe a ser um protocolo de investigação científica, nele os desenhos de pesquisa são tomados como objetos de pesquisa. Nesse sentido, o MEA se configura como um robusto método de análise comparada dos desenhos de pesquisa, fato que atesta a importância dos mesmos para a geração de conhecimento científico válido.

Para KKV (1994) a pesquisa social pode ser entendida como a investigação de um fenômeno relevante socialmente, que pode ser decorrência de um fenômeno corriqueiro, extraordinário ou de um fenômeno histórico de grande importância. Para qualquer uma dessas categorias, cinco elementos constituem a pesquisa social: (i) construção e refinamento teórico, (ii) foco na inferência, (iii) o método é o conteúdo, (iv) publicidade dos procedimentos e (v) consciência da incerteza dos resultados. Os cinco pontos levantados por KKV (1994) articulam três aspectos fundamentais para a construção de inferências válidas: teoria, metodologia e base empírica. O MEA (2015) pode ser entendido como um método para aferir a conexão desses três aspectos definidores de uma pesquisa social responsável.

Desenhos de pesquisa podem ser entendidos como a materialização da pesquisa social. Assim, representam "recursos epistêmicos" elaborados por pesquisadores para tratar de forma adequada as questões a serem investigadas e gerar inferências causais válidas em uma dada agenda de pesquisa (REZENDE, 2015). Dada a importância dos desenhos de pesquisa para a efetivação e construção do conhecimento científico, eles se constituem

em importantes objetos de análise. E como dito anteriormente (RAGIN, 1994; KKV, 1994; REZENDE, 2015) representam a articulação entre o referencial teórico, os dados empíricos e as regras de produção do conhecimento. O MEA é o método escolhido para articular esse tripé responsável pela produção de inferências causais válidas na ciência política contemporânea. Segundo Rezende (2015), *"o MEA pode ser concebido com um triângulo equilátero cujos vértices são exatamente a Base Empírica, a Teoria, e a Metodologia. O centro do triângulo é ocupado pela problematização, dado que qualquer desenho de pesquisa está intrinsecamente associado a um problema específico de pesquisa empírica"* (REZENDE, 2015: 9). As engrenagens analíticas representam as relações entre cada um dos vértices. Assim, o estudo dessas engrenagens será a base do trato comparado dos desenhos de pesquisa (casos) analisados no presente trabalho.

Figura 1: Modelo de Engrenagens Analítica - MEA



Fonte: Rezende (2015)

O quadro abaixo sintetiza as engrenagens analíticas que compõe o MEA, apresenta as suas dimensões constitutivas e seus conceitos definidores. No centro do triângulo Rezende (2015) coloca a problematização aspecto orientador de qualquer desenho de pesquisa.

Quadro 2: Descrição do Modelo de Engrenagens Analíticas -MEA

Engrenagens	Integração	Descrição	Conceitos chave
Engrenagem 1	Teoria - Metodologia	Revela a importante conexão entre os elementos teóricos e os recursos metodológicos mobilizados. Ela revela sobre duas categorias relevantes: a lógica de causação e os padrões de explicação (teoria).	Lógica de causação Padrões de explicação
Engrenagem 2	Teoria - Base Empírica	Informa sobre como as teorias são conectadas ou convertidas à realidade empírica. Conjugação entre conceitos e dados empíricos.	Formação de conceitos Mensuração Geração de hipóteses Construção de Medidas
Engrenagem 3	Base empírica - Metodologia	Informa sobre como as diversas metodologias existentes na ciência política são encaixadas com os dados empíricos, os quais serão fundamentais para permitir entender o “como” os dados serão interpretados a partir de hipóteses testáveis geradas na Engrenagem 2.	Análise de Dados Teste de hipótese Estratégias inferências

Fonte: Rezende (2015)

A partir da definição do MEA, fato que justifica sua escolha como o protocolo de análise da produção acadêmica sobre o poder legislativo no Brasil no último decênio. O próximo passo será estabelecer os procedimentos metodológicos para a consecução da pesquisa que se propõe. A seção seguinte terá esse objetivo.

1.2. Procedimentos metodológicos para uma revisão sistemática da literatura sobre o Poder Legislativo no Brasil

1.2.1. Por que uma revisão da literatura sobre os estudos legislativos?

Os estudos sobre os regimes de transição democrática nortearam em boa medida a abordagem dos cientistas políticos das décadas de 1970 e 1980. Trabalhos como os de Linz e Stepan (1978) e O'Donnel, Schmitter e Whitehead (1986), são exemplos da preocupação dos estudiosos em estabelecer os paradigmas da consolidação dos regimes democráticos. Segundo Limongi (2006), as perspectivas focadas nos mecanismos de transição democrática recuperaram os pressupostos da Teoria da Modernização, na

medida em que atestavam a dificuldade do estabelecimento da ordem democrática nos países em desenvolvimento. O cunho normativo da literatura de transição democrática é latente e serviu de pano de fundo para o diagnóstico pessimista conferido as novas democracias. Ainda segundo Limongi (2006), o estabelecimento e consolidação dos estudos legislativos no Brasil deslocaram o foco das análises vinculadas a consolidação democrática, para as análises que se dedicavam ao estudo do funcionamento efetivo da nossa democracia. O estabelecimento de estudos empiricamente orientados e a utilização de variáveis estritamente políticas propiciaram uma guinada robusta na produção acadêmica e legitimaram um diagnóstico mais verossímil da democracia brasileira. Sob esse prisma, uma revisão da literatura sobre os estudos legislativos se constitui em algo de extrema importância, dada a relevância desse campo para a ciência política brasileira.

Em trabalho recente Amorim Neto e Santos (2015) atestaram que o último decênio foi a melhor década da ciência política brasileira, que apesar de seu caráter paroquial⁸, a disciplina se consolidou e contou com uma robusta sofisticação teórica e metodológica, tal robustez segundo os autores pode ser atribuídas a três fatores: o crescimento da economia do país, o aumento dos investimentos nas universidades públicas e a consolidação institucional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Assim, a partir da importância do campo de estudos legislativos para a democracia brasileira e tendo em vista a consolidação de ciência política na última década, uma revisão da literatura se faz necessária, na medida em que se pode aferir se os ganhos obtidos pela disciplina se refletem nos estudos legislativos.

A revisão da literatura proposta pelo presente trabalho tem como pilar fundamental a sistematicidade. Primeiramente é importante destacar que visitar a literatura pertinente a um tema é prática comum no mundo acadêmico. Porém, a revisão que se propõe aqui é algo metodologicamente orientado. Figueiredo Filho *et. al.* (2014) observam que a ciência política ainda realiza revisões da literatura de forma narrativa-literária, fato que distancia tais revisões de uma perspectiva mais sistemática. Revisões pautadas pela lógica narrativa-literária apresentam problemas de seletividade, na medida em que os

⁸ O paroquialismo apontado pelos autores se refere a baixa visibilidade internacional da produção acadêmica dos cientistas políticos brasileiros, para mais informações ver Amorim Neto e Santos (2015).

artigos e trabalhos selecionados podem não garantir uma amostra representativa dos estudos relacionados ao fenômeno de interesse do pesquisador.

O trato sistemático dos casos (a produção acadêmica) distância a revisão proposta da abordagem narrativa-literária e à aproximação de um viés metodologicamente orientado, fato que garante a possibilidade de construção de inferências válidas sobre a produção acadêmica e justifica a pesquisa do ponto de vista metodológico. A capacidade de reunir, sintetizar e resumir as informações produzidas sobre os estudos legislativos é algo importante, pelo fato de, além de subsidiar novos estudos, pode auxiliar novos pesquisadores na definição de seus problemas de pesquisa, na medida em que apontará os temas saturados e poucos estudados das diversas subáreas relacionadas aos estudos legislativos. Tem-se com isso, um ganho acadêmico importante.

A revisão que aqui se propõe, com procedimentos claros e públicos (KKV, 1994; KING, 1995), atende o critério da relevância acadêmica. Não obstante, não se distancia da relevância social acredita-se que o exame detido da literatura pode contribuir para entendimento mais acurado do Poder Legislativo no Brasil e conseqüentemente para o fortalecimento de nossas instituições democráticas.

1.2.2. Procedimentos metodológicos

É importante lembrar que o principal objetivo do presente trabalho é analisar os fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo nas dimensões nacional e subnacional no período de 2006 a 2015. Para a consecução de tal objetivo partimos da ideia de que produção acadêmica é um produto técnico submetido a algum crivo da comunidade científica. Assim, artigos publicados em revistas científicas, comunicações em congressos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros publicados e *working papers* de produção acadêmica (SANTOS, 2006)

Como forma de operacionalizar a literatura a produção acadêmica para a execução do trabalho optou-se pelo trabalho com artigos publicados nos periódicos referendados

pelo critério *Qualis*⁹. A opção foi pela seleção de periódicos classificados em (A1, A2, B1, B2 e B3)¹⁰. Capítulos de livros selecionados o tema de estudos legislativos também foram selecionados. Atendidos a esses critérios o levantamento não se pretende amostral e sim censitário com objetivo de captar de maneira exaustiva a essência da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. Na mesma perspectiva de Santos (2009) o presente estudo selecionou trabalhos motivados empiricamente, como maneira de atingir o objetivo proposto. Sob esse prisma, trabalhos de cunho histórico, ensaístico e jornalístico não farão parte da análise. Assim, cada trabalho selecionado será tratado como um caso e analisado sobre seus aspectos teóricos, metodológicos e empíricos.

Quatro passos orientaram a presente análise:

Primeiro Passo: Coleta da Literatura

Seleção dos períodos da área de Ciência Política e Relações Internacionais classificados pelo *Qualis*/CAPES em: A1, A2, B1, B2 e B3.¹¹

Segundo Passo: Coleta dos casos (produção acadêmica)

Essa etapa do trabalho contou com a disponibilização da base de dados do Professor Ranulfo Paranhos da Universidade Federal de Alagoas que em sua tese de doutoramento¹² defendida na Universidade Federal de Pernambuco realizou uma revisão sistemática da literatura sobre o Poder Legislativo no Brasil no período de 1994 a 2013. Para os anos de 2014 e 2015 foram consultados repositórios dos respectivos periódicos, como o objetivo de realizar o levantamento mais exaustivo o possível.

Terceiro Passo: Leitura da produção acadêmica

⁹ O *Qualis* é um sistema de avaliação de periódicos mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual relaciona e classifica os periódicos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação stricto-sensu (mestrado e doutorado) quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação (ROCHA E SILVA, 2009).

¹⁰ A opção feita pelos periódicos (A1, A2, B1, B2 e B3) se relaciona ao maior nível de exigência acadêmica das publicações enquadradas nessas categorias. Acredita-se que essa seleção irá captar o substrato mais relevante da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil.

¹¹ O anexo 1 apresenta a relação desses periódicos.

¹² Tese intitulada "*Conexões Inglórias - Demandas Sociais e Produção Legislativa Subnacional no Brasil*" apresenta em seu primeiro capítulo uma revisão sistemática da literatura sobre os estudos legislativos no Brasil.

A partir da elaboração de um protocolo de pesquisa (anexo 1) a produção acadêmica foi lida e foram elaboradas duas bases de dados. Uma que sistematiza a produção acadêmica a partir dos pressupostos do MEA e uma segunda que se atem aos fundamentos da replicação sugeridos por King (1995).

Quarto passo: Análise dos dados

Análise dos dados tendo como referência as três engrenagens analíticas (*Engrenagem 1: Teoria - Metodologia, Engrenagem 2: Teoria - Base Empírica, Engrenagem 3: Base empírica - Metodologia*) propostas por Rezende (2015) e as questões de pesquisa levantadas pelos pesquisadores.

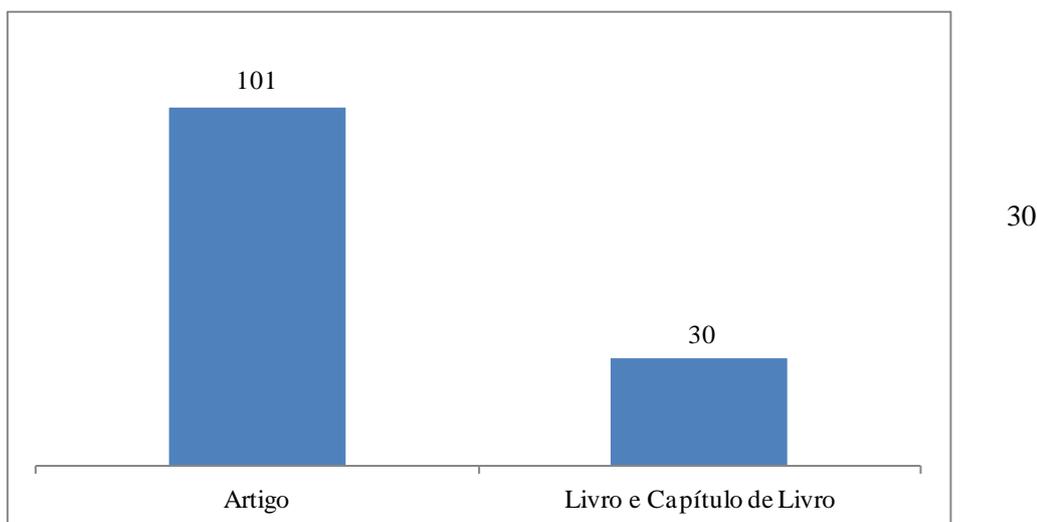
A partir da sistematização dos dados foi possível elaborar uma análise quantitativa²⁹ produção acadêmica para o período de 2006 a 2015, como forma de introduzir alguns aspectos que serão discutidos mais profundamente ao longo do trabalho.

1.3. Os estudos legislativos em números: uma análise quantitativa da produção acadêmica

A partir dos critérios estabelecidos na seção anterior a base de dados final contou com 131 casos¹³. Desses 101 (78%) correspondem a artigos publicados em periódicos vinculados ao *Qualis/Capes* e 30 (23%) publicados em livros destinados ao entendimento do Poder Legislativo brasileiro nas suas dimensões nacional e subnacional.

¹³ O trabalho de Santos (2009) analisou 45 artigos sobre o Poder Legislativo no âmbito nacional. Os 130 casos analisados no presente estudo representam um acréscimo 189% na produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. Esse aumento exponencial marca o crescimento e a relevância da área para a ciência política brasileira.

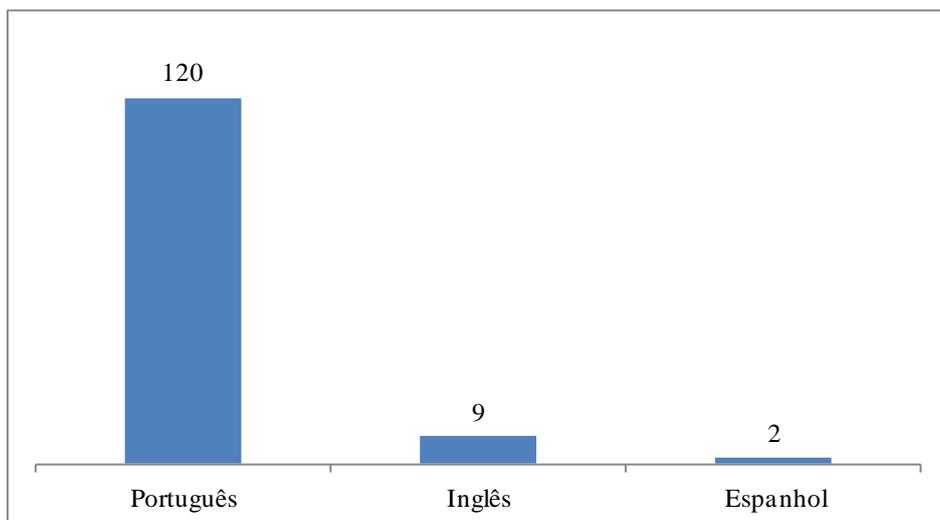
Gráfico 1: Distribuição da produção acadêmica por instrumento de veiculação



Fonte: Elaboração própria

O gráfico (2) apresenta a distribuição dos idiomas das publicações analisadas 120 trabalhos 92% da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil é publicada em português, 9 (7%) da produção é publicada em inglês e apenas 2 artigos em espanhol. Esse fato nos sugere pelo menos uma conclusão preliminar, a baixa internacionalização da produção acadêmica nacional, tal como apontado por Amorim Neto e Santos (2015).

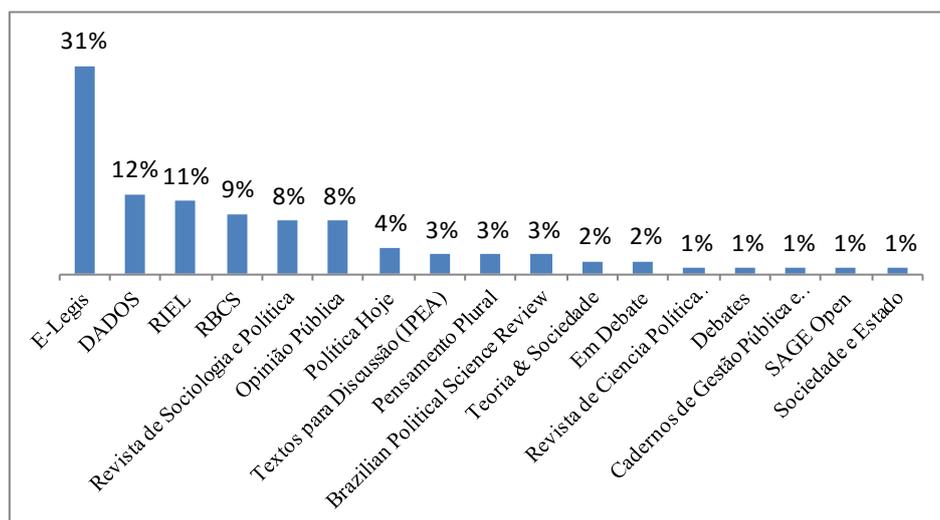
Gráfico 2: Distribuição da produção acadêmica por idiomas



Fonte: Elaboração própria

O gráfico (3) traz os periódicos que apresentaram trabalhos sobre o Poder Legislativo, como também a frequência de estudos veiculados nos mesmos. Primeiramente é importante destacar que 16 periódicos classificados em A1, A2, B1, B2 e B3 apresentaram trabalhos que se adequaram aos critérios do presente estudo. O destaque fica para o periódico E-Legis, da Câmara dos Deputados que foi responsável por 31% dos casos. A Revista Dados (12%) e a Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos (11%) também apresentaram números expressivos. A última apresenta como foco principal a análise do Poder Legislativo em escala global e sua interface com outras instituições.

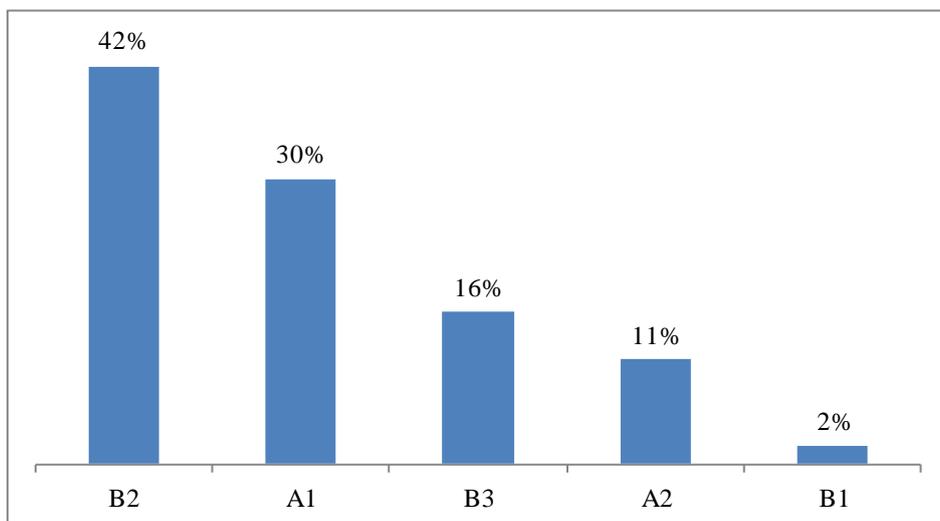
Gráfico 3: Distribuição da produção acadêmica por periódicos



Fonte: Elaboração própria

Os periódicos B2 são os que apresentam o maior percentual de estudos sobre o Poder Legislativo no Brasil (42%). Esse destaque se deve a força quantitativa do periódico E-Legis ligado ao Centro de Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados (CEFOR).

Gráfico 4: Distribuição da produção acadêmica por *Qualis/CAPES*



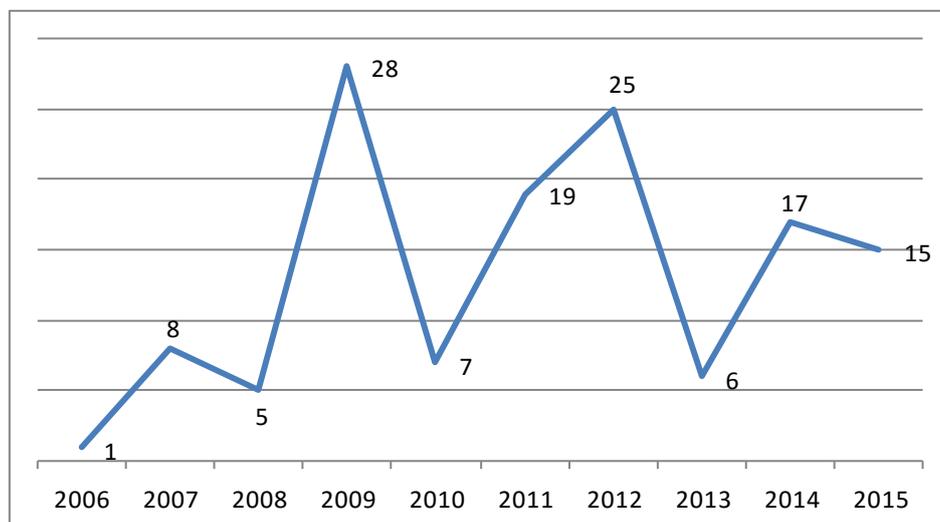
32

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 5 traz a distribuição da produção acadêmica através dos anos analisados. O ano de 2009 aparece em destaque com 28 publicações (22%) do total dos casos analisados. Nesses anos dois livros foram publicados *"Elites Parlamentares na América Latina"* e *"Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada"*, ambos contam com a colaboração de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Para além do ganho quantitativo as obras trazem importantes contribuições para os estudos legislativos em perspectiva comparada (Ver Quadro 3). O gráfico também mostra que não existe um padrão constante na produção acadêmica sobre o Poder Legislativo.

Gráfico 5: Distribuição da produção acadêmica por anos analisados

33



Fonte: Elaboração própria

A tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas da produção acadêmica através dos anos analisados.

Tabela 1: Estatísticas descritivas da produção acadêmica (2006-2015)

Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	N
13	12	7	9,08	1	28	131

Fonte: Elaboração própria

O quadro (3) sintetiza os capítulos de livros analisados, 29 casos no total. A descrição das publicações veiculadas em periódicos se dará ao longo do trabalho e no anexo (1) apresentamos a lista completa dos casos analisados.

Quadro 3: Artigos de livros selecionados

Ano	Título	Organizadores(as)/Autor	Título do artigo selecionado	Autor do artigo
2007	O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo	Wagner Mancuso	Todo o livro	Wagner Mancuso
2007	A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21	Carlos Ranulfo e Manuel Alcántara	Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados	Argelina Figueiredo e Fernando Limong Magna Inácio
2009	Elites Parlamentares na América Latina	Fátima Anastasia, Araceli Mateos, Diáz, Magna Inácio e Marta Mendes	Conectando deputados, partidos e governos sob o presidencialismo de coalizão no Brasil e no Chile Presidencialismo y estancamiento legislativo. Entre Partidos e Distritos: instituições, opiniões e comportamento parlamentar no Brasil, no Chile e na Venezuela	Magna Inácio, Marina Brito e Breno Cypriano Mercedes García Monteiro e Cecília Rodriguez Paulo Magalhães Araújo e Geralda Miranda
2009	Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada	Magna Inácio e Lúcio Rennó	Poder de Agenda e Políticas Substantivas O Brasil, Liphart e o Modelo Consensual de Democracia Presidencialismo de Coalizao e Recompensas Paralelas: Explicando o Escandalo do Mensalao Avaliação das Taxas de Sucesso Legislativo dos Chefes do Executivo Os Determinantes do Sucesso Legislativo Presidencial na América Latina: partidos e instituições Mudança Procedimental, Oposições e Obstrução na Câmara dos Deputados Ideologia e Distância de Preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula Ambições Políticas e Percursos de Carreira em Federações "Robustas": legisladores subnacionais na Argentina e no Brasil Comparando os Legislativos Subnacionais da Argentina e do Brasil	Fernando Limongi e Argelina Figueiredo Octavio Amorim Neto Calos Pereira, Timothy Power e Eric Raile Sebastian Saiegh Mercedes García Monteiro e Manuel Alcántara Magna Inácio Carlos Ranulfo e Felipe Nunes Germán Lodola Gustavo Grohmann

(Continua)

2011	Fundamentos Informativos do Presidencialismo de Coalizão	Fabiano Santos e Acir Almeida	<p>Requerimentos de Urgência e o Problema Informativo na Câmara dos Deputados</p> <p>A Política das Medidas Provisórias: uma delegação com bases informativas</p> <p>Teoria Informativa e Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados</p> <p>A Formulação de Políticas Públicas sob o Presidencialismo de Coalizão</p>	<p>Fabiano Santos e Acir Almeida</p>
2011	O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira	Timothy Power e Cesar Zucco	<p>Esquerda, Direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros</p> <p>A "coerência" ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009</p> <p>O Presidencialismo de Coalizão na visão dos parlamentares brasileiros</p> <p>Engajamento Parlamentar no Brasil</p> <p>Individualismo e Partidarismo na Lógica Parlamentar</p> <p>Famintos por Pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política</p> <p>O Bolsa Família: visões desde cima e de baixo</p>	<p>Cesar Zucco</p> <p>Kevin Lucas e David Samuels</p> <p>Timothy Power</p> <p>Magna Inácio</p> <p>Leany Lemos e Paolo Ricci</p> <p>Barry Ames, Carlos Pereira e Lucio Rennó</p> <p>Natasha Sugiyama</p>
2012	O Legislativo Brasileiro: Funcionamento, composição e opinião pública	Raquel Meneguello	<p>As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local</p> <p>Caminhos, Veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas</p> <p>Poder de Atração, Complexidade Institucional e Processo Decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil</p> <p>Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migração na Câmara Federal, 1987-2002</p>	<p>Maria Tereza Kerbauy</p> <p>Fátima Anastasia, Izabela Corrêa e Felipe Nunes</p> <p>Fabiano Santos</p> <p>André Marengo</p>

Fonte: Elaboração própria

Duas instituições destacam na produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil a Câmara dos Deputados e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O corpo técnico da Câmara dos Deputados foi responsável por 20% da produção analisada. O periódico E-Legis e o *Mestrado Profissional em Poder Legislativo*, ambos ligados a instituição, são grandes responsáveis pela divulgação de conhecimento e de experiências sobre o Poder Legislativo¹⁴.

Outra instituição que merece destaque é a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também com 20% (26 casos analisados) a instituições mantém o Centro de Estudos Legislativos (CEL-DCP-UFMG), onde são realizadas pesquisas sobre os legislativos estaduais e a Câmara dos Deputados. E professores ligados (CEL-DCP-UFMG) participaram da organização de três das seis obras analisadas, são elas: (i) *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*, (ii) *Elites Parlamentares na América Latina*, (iii) *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Em cinco das seis obras analisadas profissionais da instituição contribuíram com capítulos.

A partir do que foi apresentado no presente capítulo fica evidente a disposição dos estudiosos do Poder Legislativo no Brasil um robusto cardápio metodológico para se chegar as inferências causais. Assim, as páginas que se seguem se dedicarão a análise da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo tendo como instrumento o Modelo de Engrenagens Analíticas.

¹⁴ O anexo 2 apresenta os resultados da produção acadêmica por instituição.

Capítulo 2

Estudos Legislativos no Brasil: foco analítico e foco de estudo na produção acadêmica recente

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as questões de pesquisa mobilizadas pelos estudiosos que se dedicaram ao entendimento do Poder Legislativo no Brasil no período de 2006 a 2015. A questão de pesquisa (problematização) pode ser entendida como o aspecto orientador de uma investigação científica (REZENDE, 2015). Assim, ela é centro do triângulo que representa graficamente o Modelo de Engrenagens Analíticas - MEA (Ver figura 1). O Foco de Estudo, as áreas dos estudos Legislativos que os pesquisadores mobilizaram para a realização de seus desenhos de pesquisa e o Foco de Análise, quais casas legislativas receberam mais atenção dos pesquisadores, são as dimensões analisadas, na medida em que ambos os focos se configuram com o *loci* das questões de pesquisa. No que diz respeito ao Foco de Estudo optou-se pela abordagem estrutural como estratégia de análise, fato que atestou a centralidade do Comportamento Parlamentar nos estudos sobre o Poder Legislativo no Brasil. Já com relação ao Foco de Análise os dados apontam para uma relevância quantitativa das análises dedicadas a Câmara dos Deputados, em detrimento do Senado, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Assim, além da presente introdução o capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção tem por objetivo apresentar uma morfologia do campo de pesquisa, como forma de trazer a baila as revisões da literatura realizadas até então, fato que permite o enquadramento teórico e metodológico do presente estudo. A seção seguinte descreve e analisa os Focos de Estudo e os Focos Analíticos mobilizados pelos estudiosos, como forma de apresentar os temas e as instituições abordadas pelos pesquisadores. A terceira seção apresenta um estudo estrutural dos Focos de Estudo e uma análise quantitativa dos Focos Analíticos. A quarta traça um quadro comparativo entre o trabalho em tela e

outras revisões da literatura, além de uma análise temporal da produção. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2.1. A morfologia dos Estudos Legislativos: as revisões da literatura em perspectiva

As revisões sistemáticas de literatura não são uma rotina na ciência política brasileira¹⁵. Em 1999 Olavo Brasil de Lima Junior, tentando preencher essa lacuna produziu uma revisão de três áreas fundamentais para os estudos políticos. Em *Partidos, Eleições e Poder Legislativo* o autor dissecou a produção bibliográfica desses três campos do conhecimento. Com relação aos estudos legislativos o esforço inédito de Lima Jr (1999) é fundamental para os estudiosos da área, na medida em que apresenta o estado da arte da produção acadêmica até aquele momento, além de apontar deficiências e as oportunidades para a construção mais robusta do conhecimento em torno do Poder Legislativo brasileiro.

Na concepção do autor a ciência política brasileira até meados dos anos de 1980 se dedicou a uma análise do Poder Legislativo a partir de variáveis exógenas, notadamente o sistema eleitoral e partidário. O cerne dessas análises priorizava o efeito da matriz institucional brasileira sobre a estabilidade política do país. Lima Jr (1999) observa também o descolamento do foco analítico das macroinstituições políticas, para as microinstituições, em especial a organização legislativa. O autor aponta que até aquele momento a produção sobre o Poder Legislativo, era do ponto de vista quantitativo e qualitativo, pequena, com várias deficiências analíticas, e sinaliza para uma área promissora de pesquisa, os estudos legislativos tributários do novo institucionalismo. Esses estudos trataram as instituições legislativas endogenamente, as estruturas legislativas passaram a ser tomadas como variáveis independentes. Lima Jr (1999)

¹⁵ Para o encontro de 2016 a ABCP estabeleceu uma Área Temática intitulada "*Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais*" a curto prazo esse pode se constituir no *lócus* institucional de trabalhos que se dedicam a diagnósticos dos diversos campos que formam a ciência política brasileira. Sob coordenação dos professores Lorena Barberia (USP) e Marcelo Valença (UERJ) o área temática tem por objetivo: "*fomentar e estimular a reflexão sobre a docência e a pesquisa e seus diferentes métodos e abordagens como parte integrante e necessária da atividade acadêmica. Trabalhos que discutam a docência com suas dinâmicas e atividades em sala de aula, a integração entre os diferentes níveis de ensino, estágio docência e iniciação à pesquisa, bem como trabalhos que analisem o desenvolvimento de métodos e metodologias de pesquisa buscando avançar a reflexão sobre temas da Ciência Política e das Relações Internacionais são bem vindos na AT*".

destaca os trabalhos de Limongi (1994) e Figueiredo e Limongi (1995a, 1995b), além das teses de doutorado de Fabiano Santos, "*Os microfundamentos do clientelismo no Brasil*" (IUPERJ) e Charles Pessanha, "*Relação entre os Poderes Executivos e Legislativo no Brasil: 1946-1994*" (USP), como trabalhos fundadores dessa perspectiva teoricamente responsável e metodologicamente consciente dos estudos legislativos.

Seis anos depois de Lima Jr (1999), Santo (2006) em dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, também realiza uma revisão da literatura sobre os estudos legislativos, mais precisamente sobre o Congresso Nacional. O autor investigou "*em que medida as explicações sobre o Congresso Nacional, no período de 1994-2005 foram influenciadas pelos paradigmas da teoria da escolha racional e do novo institucionalismo*". A análise do autor se fez em duas frentes: (i) a análise sistemática da produção acadêmica no período supracitado e (ii) uma consulta, em forma de *survey*, aos pesquisadores do Congresso Nacional. A análise sistemática da literatura contou com um escopo total de 45 artigos, a partir de então o autor promoveu um enquadramento teórico e metodológico da literatura analisada, fato que propiciou a construção de um quadro bastante exaustivo dos estudos legislativos no período analisado. O primeiro exercício analítico do autor foi o de elencar o conjunto de variáveis explicativas utilizadas pela literatura especializada para o entendimento do Congresso Nacional, a partir de então às divide em dois grupos: *variáveis endógenas e variáveis exógenas* ao processo legislativo. O quadro abaixo sintetiza o exercício analítico de Santos (2009).

Quadro 4 : Variáveis explicativas utilizadas para explicar a organização do legislativo brasileiro

Macrovariáveis exógenas	Macrovariáveis Endógenas
Formas de governo	Poderes do presidente
Sistema eleitoral	Centralização decisória
Desempenho eleitoral	Direitos parlamentares
Característica do distrito	Partidos políticos
Sistema partidário	Patronagem
Ideologia	<i>Pork</i>
<i>Background/expertise</i>	<i>Seniority</i>
Posição política	Processo legislativo

Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2009)

A partir das variáveis elencadas pelos pesquisadores o autor chega a três grupos de estudos sobre o Congresso Nacional. O primeiro grupo composto por 25 estudos, com

foco exclusivo em variáveis endógenas¹⁶. Um segundo grupo composto por seis estudos com uso de variáveis exógenas¹⁷. E finalmente um terceiro grupo formado por 14 estudos híbridos entre variáveis exógenas e endógenas¹⁸. Os achados de Santos (2009) mostram um incremento teórico e metodológico dos estudos legislativos no Brasil em relação ao levantamento de Lima Jr (1999). A presença de modelos ligados a escolha racional e a influência do novo institucionalismo promoveram no período de 1994 a 2006 um acúmulo de conhecimento, pautado em um rigor científico mais efetivo.

Inácio e Rennó (2009) também realizaram um balanço da área de estudos legislativos no Brasil. A operacionalização do trabalho teve como seu ponto inicial o envio de mensagens de correio eletrônico para 16 cientistas políticos brasileiros. Estes se posicionaram frente a uma lista de estudos sobre o Poder Legislativo, o resultado dessa consulta orientou a construção de palavras-chave, que por sua vez pautou a busca dos trabalhos nos principais repositórios e periódicos do país. Os autores apresentam um recorte temporal bastante robusto que vai de 1960 a 2008. Com o objetivo de responder a seguinte questão de pesquisa: *"em quais subáreas se publica mais, qual o quadro temporal dessas publicações, em que modo se publica mais e qual o padrão de crescimento das diferentes subáreas"* (INÁCIO E RENNÓ, 2009: 24). A consulta aos especialistas mapeou 15 subáreas dos estudos legislativos que orientou a busca, totalizando 430 itens pesquisados. Ao todo foram pesquisados pelos autores 185 (43%) de artigos em periódicos, 116 (27%) livros e capítulos, 99 (23%) dissertações e 30 (7%) teses. A tabela abaixo sintetiza os dados.

¹⁶ Os trabalhos enquadrados nessa perspectiva foram: Figueiredo e Limongi (1994; 1996; 1997; 1998a; 1998b; 2000; 2001a; 2001b; 2002a; 2002b; 2004; 2005); Figueiredo (2001); Almeida e Santos (2005); Figueiredo, Limongi e Valente (1999); Cheibub, Figueiredo e Limongi (2002); Amorim Neto (2000; 2002); Amorim Neto e Santos (2001); Amorim Neto e Tafner (2002); Amorim Neto, Cox e McCubbins (2003); Santos (1995; 1997); Ricci (2003); Pereira e Mueller (2000).

¹⁷ Apresenta: dois modelos de Ames (2003); dois modelos de Mainwaring (2001); um de Carey e Reinhardt (2003) e outro de Santos (1999)

¹⁸ Os trabalhos são dois modelos de Ames (2003); Pereira e Mueller (2002; 2003); Santos (2002; 2003); Amorim Neto e Santos (2003); Pereira e Rennó (2001); Santos e Rennó (2004); Mueller e Alston (2005); Cheibub, Figueiredo e Limongi (2002); Arretche e Rodden (2004); Lemos (2001) e Leoni, Pereira e Rennó (2003).

Tabela 2: Produção bibliográfica por subárea dos estudos legislativos

Subárea	Contagem	%
Partidos Políticos	95	22
Eleições/reeleição	86	20
Relação Executivo-Legislativo	73	17
Carreiras/recrutamento	43	10
Processo decisório	34	8
Comportamento legislativo	26	6
Produção legislativa	17	4
Migração partidária	13	3
Orçamento público	13	3
Processo legislativo	9	2
Conexão eleitoral	4	1
Comissões parlamentares	4	1
Legislativo subnacional	4	1
Modelo espacial do voto	4	1
Lideranças/Mesa Diretora	4	1
Total	430	100

Fonte: Inácio e Rennó (2009)

A conclusão dos autores a partir dos dados da tabela é a existência de uma concentração de estudos em algumas subáreas. Fato que demonstra a juventude da área. Por exemplo, nos anos 2000 os autores atestaram a consolidação dos estudos em três grandes áreas dos estudos legislativos, carreiras/recrutamento/reeleição somando 34%, partidos e migrações partidárias totalizando 31%, e os estudos sobre a relação Executivo-Legislativo com 13%. Assim, essas três subáreas são responsáveis por 78% da atual produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. Outro achado importante do trabalho de Inácio e Rennó (2009) é que além da concentração temática existe uma concentração na divulgação de sua produção científica limitada a poucos periódicos. As revistas *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Opinião Publica* concentram 1/3 da produção sobre o Poder Legislativo no Brasil.

Mais recentemente Paranhos (2014) apresentou em sua tese de doutorado uma revisão sistemática da literatura sobre os estudos legislativos no Brasil. Com o objetivo de responder a questão "*O que produz os estudos legislativos no Brasil?*". O autor analisou a produção acadêmica sobre o tema entre os anos de 1994 a 2013 e diferentemente de

Lima Jr. (1999) e Santos (2009) a autor utiliza a técnica de meta-análise¹⁹ e a partir de confecção de um banco de dados bastante exaustivo sobre a produção bibliográfica para o período assinalado, o autor chega a importantes conclusões sobre a essência da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil, a principal delas é que os legislativos subnacionais não contam com a atenção privilegiada dos autores. Essa lacuna apresentada por Paranhos (2014) subsidiou a confecção da sua tese de doutoramento, onde o autor que se aprofundou no diagnóstico da política subnacional no Brasil.

Figueiredo et. al. (2016) também fizeram um balanço da literatura sobre o Poder Legislativo no Brasil, a classificação proposta pelos autores foi elaborada de forma indutiva, sem obedecer a categorias previamente estabelecidas. Os estudos foram classificados de acordo com os aspectos que os autores julgaram mais relevantes. Com relação aos critérios de seleção os autores apontaram que a principal fonte para seleção dos artigos foi o índice de Ciências Sociais. Além disso, foram realizadas consultas diretas às principais revistas da área. Os livros foram selecionados a partir de referências bibliográficas. O levantamento das dissertações e teses foi feito por meio de consulta a todos os cursos de pós-graduação em ciência política. A tabela 3 apresenta os dados.

Tabela 3: Temas analisados por década

Temas	Décadas			
	1970	1980	1990	Total
Relação Executivo/Legislativo e papel do Legislativo	11	6	51	68
Atuação dos Legislativos em políticas específicas	2	3	43	48
Organização Legislativa	1	6	36	43
Comportamento parlamentar e partidário	2	1	30	33
Carreira parlamentar e recrutamento político	8	5	11	24
Produção legislativa	1	-	14	15
Processo orçamentário	2	2	11	15
Relação Congresso/Grupos de Interesse	2	-	7	9
Controle do Executivo	-	1	13	14
Total	29	24	216	269

Fonte: Figueiredo et. al. (2016)

¹⁹ Meta-análise pode ser definida como a utilização de técnicas estatísticas para analisar resultados empíricos de pesquisa com o objetivo de produzir sínteses de literatura (FIGUEIREDO FILHO et. al, 2014).

2.2. Estudos Legislativos: o que se estuda na produção acadêmica recente

Nessa seção dois aspectos importantes da produção acadêmica serão abordados uma análise dos Focos de Análise, qual casa Legislativa é o centro da análise (Parlamentos Supranacionais, Congresso Nacional, Senado Federal Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou/e Câmaras Municipais) nos desenhos de pesquisa. E qual o Foco do Estudo é discutido mais fortemente pelo autor, áreas como: Relação Executivo-Legislativo, Comportamento parlamentar, Processo Legislativo, Grupos de Interesse e *Lobby*, são exemplos de dimensões analisadas pelos pesquisadores. Os dados serão apresentados temporalmente, foram construídos oito quadros analíticos com os aspectos acima levantados. Acredita-se que a análise dessas duas dimensões colocam luz sobre quais área e casas legislativas as problematizações se colocam mais fortemente. No apêndice do capítulo todas as questões de pesquisa serão apresentadas.

Assim, o quadro (5) sintetiza as Questões de Pesquisa, o Foco da Análise e o Foco do Estudo da produção acadêmica para os anos de 2006, 2007 e 2008. Dos treze estudos que compõe o quadro, onze tem como Foco da Análise a Câmara dos Deputados e dois o Senado Federal. Esse dado pode ser entendido de duas formas: a primeira a afirmação dos estudos sobre a Câmara dos Deputados, que auxiliaram na consolidação da disciplina e a segunda o surgimento das análises sobre o Senado Federal com os estudos de Neiva (2006) e Lemos et. al. (2007). Já com relação ao Foco do Estudo tem-se um caráter multifacetado com um leve destaque para os estudos centrados da Relação Executivo-Legislativo (FIGUEIREDO et. al., 2007; DINIZ ET. AL., 2008) e no Comportamento Parlamentar (ARRETCHE, 2007; MORITZ, 2008; RANINCHESKI et. al.; 2008). Questões relacionadas com: Carreiras Políticas, Migração Partidária, Federalismo, Elites Políticas também aparecem no quadro analítico. Com relação as questões levantadas pelos pesquisadores percebe-se forte influencia do modelo desenvolvido por Figueiredo e Limongi (1999) pautado na centralização decisória e nos seus resultados políticos.

Quadro 5: Foco da Análise e Foco do Estudo (2006, 2007, 2008)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Neiva (2006)	Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo?	Senado Federal	Sistemas de Governo/Federalismo
Marenco et. al. (2007)	Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.	Câmara dos Deputados	Carreiras Políticas
Mancuso (2007)	O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo	Congresso Nacional	Grupos de Interesse/Lobby
Roma (2007)	Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Messenberg (2007)	A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004)	Congresso Nacional	Elites políticas e suas Trajetórias
Lemos et. al. (2007)	O Senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil	Senado Federal	Controle Legislativo
Arretche (2007)	The Veto Power of Subnational Governments in Brazil	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Federalismo
Figueiredo et. al. (2007)	Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Inácio (2007)	Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	Processo legislativo
Santos (2008)	O Poder Conclusivo das Comissões na Câmara dos Deputados na 52ª legislatura.	Câmara dos Deputados	Comissões
Moritz (2008)	A atuação parlamentar dos partidos de esquerda: legislando para quem e em nome de quem (1995-1999).	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Partidos Políticos
Ferreira (2008)	Comissão de Legislação Participativa: a construção da democracia deliberacionista.	Câmara dos Deputados	Comissões
Diniz et. al. (2008)	The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Ranincheski et. al. (2008)	Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar

Fonte: Elaboração própria

O quadro (6) apresenta os detalhes da produção acadêmica para o ano de 2009, ano que contou com o maior número de publicações na área, ao todo foram produzidos 28 trabalhos. Esse ano foi especialmente importante para os estudos legislativos no Brasil,

foram publicados dois livros, o primeiro deles, *Elites Parlamentares na América Latina* foi organizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da *Universidad de Salamanca*. Os trabalhos de Inácio et. al. (2009), Montero et. al. (2009A) e Araújo et. al. (2009) fazem parte da presente análise. A outra obra, *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada* (INÁCIO E RENNÓ, 2009) também contribuiu em muito para o desenvolvimento teórico e metodológico da área. O trato comparado do Legislativo nacional com outras casas, em especial as da América Latina foi de suma importância para a consolidação dos estudos Legislativos em perspectiva comparada na ciência política brasileira. Os trabalhos de Limongi et. al. (2009), Amorim Neto (2009), Saiegh (2009), Montero et. al. (2009B) Lodola (2009) e Grohmann (2009) ajudam nessa consolidação. Com relação ao Foco da Análise o Comportamento Parlamentar com doze trabalhos e Relação Executivo-Legislativo com oito concentram boa parte da produção.

A Câmara dos Deputados (15) ainda é *locus* principal das análises, porém os Legislativos Subnacionais (8), o Congresso Nacional (5), também mereceram atenção dos pesquisadores. Com relação as Questões de Pesquisa diversos temas foram abordados, como por exemplo, a atuação das mulheres no Parlamento brasileiro foi problematizada pelo trabalho de Miguel et. al. (2009). A relação entre as arenas legislativa e eleitoral no legislativo paranaense foi colocada pelo trabalho de Cervi (2009). Assim, como questões relacionadas ao entendimento mais aprofundado dos subsistemas políticos estaduais e municipais foram abordadas pelos trabalhos de Silveira (2009), Dantas (2009), Fuks et. al. (2009), Castro et. al. (2009), Carreirão (2009), Lodola (2009) e Grohmann (2009). O caráter multifacetado da produção acadêmica no ano de 2009 pode ser constatado com o trabalho de Vieira (2009), o ator aborda o tema do *Lobby* na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, e pauta uma agenda promissora para os estudos Legislativos brasileiros.

Quadro 6: Foco da Análise e Foco do Estudo (2009)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Silveira (2009)	O perfil do poder legislativo da capital e do estado de Mato Grosso (1983/2004).	Assembleias legislativas/Câmaras Municipais	Elites políticas e suas Trajetórias
Cheibub et. al. (2009)	Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006.	Câmara dos Deputados	Partidos Políticos/Federalismo/Comportamento Parlamentar
Cervi (2009)	Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do estado do Paraná	Assembleias legislativas	Comportamento Parlamentar/Conexão Eleitoral
Gomes et. al. (2009)	Projetos de lei ordinária apresentados na câmara dos deputados entre 1999 e 2006: Tramitação geral e dos relacionados à saúde.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Miranda (2009)	A Influência da Dinâmica Eleitoral sobre o Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar/Sistemas Eleitorais
Dantas (2009)	Coesão, migração e posicionamento partidário na assembleia legislativa do estado de São Paulo na legislatura 1999 a 2003.	Assembleias Legislativas	Comportamento Parlamentar/Partidos Políticos/Migração Partidária
Brod (2009)	Quando o Legislativo não legisla...: O caso do Projeto de lei nº 1.151/1995, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Miguel et. al. (2009)	O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Braga et. al. (2009)	Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Comissões
Fuks et. al. (2009)	Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006)	Assembleias legislativas	Opinião Pública
Castro et. al. (2009)	Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros	Assembleias legislativas	Comportamento Parlamentar
Lima (2009)	Análise da atividade legislativa da comissão de seguridade social e família de acordo com as vertentes distributivista e informacional.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Perissinotto et. al. (2009)	Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006	Câmara dos Deputados	Recrutamento Político
Felisbino (2009)	Atores e práticas: a produção de leis da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Elites Políticas
Vieira (2009)	O estudo do lobby no legislativo - o caso de sucesso da CDU-CD.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Lobby
Carreirão et. al. (2009)	Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999-2006)	Assembleias legislativas	Comportamento Parlamentar
Inácio et. al. (2009)	Conectando deputados, partidos e governos sob o presidencialismo de coalizão no Brasil e no Chile	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Montero et. al. (2009)	Presidencialismo y estancamiento legislativo.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo

(Continua)

Araújo et. al. (2009)	Entre Partidos e Distritos: instituições, opiniões e comportamento parlamentar no Brasil, no Chile e na Venezuela	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Limongi et. al. (2009)	Poder de Agenda e Políticas Substantivas	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Amorim Neto (2009)	O Brasil, Liphart e o Modelo Consensual de Democracia	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Pereira et. al. (2009)	Presidencialismo de Coalizao e Recompensas Paralelas: Explicando o Escandalo do Mensalao	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Saiegh (2009)	Avaliação das Taxas de Sucesso Legislativo dos Chefes do Executivo	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Montero et. al. (2009)	Os Determinantes do Sucesso Legislativo Presidencial na América Latina: partidos e instituições	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Inácio (2009)	Mudança Procedimental, Oposições e Obstrução na Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo Oposições
Melo et. al. (2009)	Ideologia e Distância de Preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Lodola (2009)	Ambições Políticas e Percursos de Carreira em Federações "Robustas": legisladores subnacionais na Argentina e no Brasil	Assembleias Legislativas	Carreiras políticas
Grohmann (2009)	Comparando os Legislativos Subnacionais da Argentina e do Brasil	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo

Fonte: Elaboração própria

O quadro (7) trás a síntese da produção acadêmica para o ano de 2010, sete estudos fazem parte dessa análise. A Câmara dos Deputados é o foco analítico de todos os estudos, apenas o trabalho de Miranda (2010) trás o Senado Federal a baila objetivo de comparar a delegação de prerrogativas às lideranças partidárias. Com relação ao Foco do Estudo percebe-se um caráter mais diversificado, o Comportamento Parlamentar é o foco de três trabalhos (BONVECCHI, 2010; CÔRTEZ, 2010; PEREIRA, 2010). O estudo do processo legislativo aparece em dois trabalhos, Miranda (2010) e Pereira (2010). Os estudos dos Grupos de Interesse e das Comissões também mereceram destaque. O trabalho Coradini (2010) aborda as frentes parlamentares e representação de interesses na Câmara dos Deputados. Já Leite (2010) discute a análise dos recursos contra o poder conclusivo das comissões e Pereira (2010) o direito das minorias na criação das Comissões Parlamentares de Inquérito. O quadro abaixo sintetiza essas informações.

Quadro 7: Foco da Análise e Foco do Estudo (2010)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Bonvecchi (2010)	Tipos de Presidencialismo y Efectividad del Control Legislativo sobre el Presupuesto: Control Político y Control Técnico en Argentina, Brasil y Mexico.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Relação Executivo-Legislativo
Côrtes (2010)	Reprodução eleitoral, especialização ou cartelização legislativa? a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em pauta	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Miranda (2010)	A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal	Senado Federal/Câmara dos Deputados	Partidos Políticos/Processo Legislativo
Coradini (2010)	Frentes Parlamentares, Representação de Interesses e Alinhamentos Políticos.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesses
Leite (2010)	Análise do Recurso contra o poder conclusivo das comissões.	Câmara dos Deputados	Comissões
Medeiros (2010)	O espaço e as leis: estratégias para o planejamento da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Processo Legislativo
Pereira (2010)	Comissão parlamentar de inquérito, representação proporcional e minoria parlamentar: estudo de caso.	Câmara dos Deputados	Comissões/Comportamento Parlamentar

Fonte: Elaboração própria

A produção acadêmica do ano 2011 aparece sintetizada no quadro (8). A principal marca desse ano foi consolidação dos modelos calcados no pressuposto da incerteza como a mola mestra dos resultados produzidos no âmbito do Poder Legislativo. Modelos pautados na Teoria Informacional (KREHBIEL,1991) ganham relevância na produção acadêmica nacional. Destaque para o livro *Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão* nele os autores Fabiano Santos e Acir Almeida promoveram uma robusta investigação empírica sobre como a Teoria Informacional e a dinâmica da assimetria de informações entre os agentes políticos podem colocar luz sobre importantes dimensões do presidencialismo brasileiro. Os autores trabalham com questões que passam pelo entendimento mais acurado de áreas importantes do trabalho legislativo como os Requerimentos de Urgência e as Medidas Provisórias, até a seleção de relatores na Câmara dos Deputados e a entrada da Venezuela no Mercosul. O pressuposto da incerteza e da assimetria informacional também está presente no trabalho de Pogrebinschi et. al. (2011), os autores discutem o impacto das diretrizes

resultantes das conferências nacionais de políticas públicas na atividade legislativa do Congresso Nacional.

O ano de 2011 também marca o lançamento do livro *O Congresso Por Ele Mesmo: autopercepções da classe política brasileira*, organizado por Timothy Power e César Zucco a obra conta com a contribuição de pesquisadores nacionais e estrangeiros e representa um ganho importante para o entendimento mais robusto do Congresso Nacional, a partir das percepções dos parlamentares. Melo (2011) e Nunes (2011) apresentam temáticas instigantes sobre o partidarismo e a formação de coalizões no nível subnacional brasileiro. Já Neiva (2011) investiga o comportamento dos partidos no Senado Federal nas votações nominais. Com relação ao Foco do Estudo o comportamento parlamentar foi a temática que recebeu atenção privilegiada dos pesquisadores. O Congresso Nacional também recebeu grande atenção, muito em virtude do trabalho de Power e Zucco Jr (2011).

Quadro 8: Foco da Análise e Foco do Estudo (2011)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Santa Helena (2011)	Conflitos Temporais entre os Processos Legislativos Ordinário e Orçamentário	Congresso Nacional	Processo legislativo
Müller (2011)	O papel informacional das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados 1991/1994 - 1995/1999	Câmara dos Deputados	Comissões
Ferreira (2011)	As migrações partidárias e a correlação de forças na câmara dos deputados (1995-2006).	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Araújo (2011)	Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006.	Senado Federal	Recrutamento Político
Neiva (2011)	Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal	Senado Federal	Comportamento Parlamentar
Melo (2011)	Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros	Assembleias Legislativas	Partidos Políticos
Nunes (2011)	Coalizões Legislativas Estaduais: Uma análise comparativa dos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul entre 1998-2006	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Pogrebinschi et. al. (2011)	Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Santos et. al. (2011A)	Requerimentos de Urgência e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Santos et. al. (2011B)	A Política das Medidas Provisórias: uma delegação com bases informacionais	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Santos et. al. (2011C)	Teoria Informacional e Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Santos et. al. (2011D)	A Formulação de Políticas Públicas sob o Presidencialismo de Coalizão	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Zucco Jr. (2011)	Esquerda, Direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Lucas et. al. (2011)	A "coerência" ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Power (2011)	O Presidencialismo de Coalizão na visão dos parlamentares brasileiros	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Inácio (2011)	Engajamento Parlamentar no Brasil	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Lemos et. al. (2011)	Individualismo e Partidarismo na Lógica Parlamentar	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Ames et. al. (2011)	Famintos por Pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Sugiyama (2011)	O Bolsa Família: visões desde cima e de baixo	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar

Fonte: Elaboração própria

O quadro (9) apresenta os resultados para os anos de 2012 que conta com 25 trabalhos, desses quatro compõe o livro *O Legislativo Brasileiro: fundamentos, composição e opinião pública*, organizado por Raquel Meneguello a obra é mais um tentativa de compreensão do Poder Legislativo brasileiro. O trabalho tem o mérito de apresentar análises sobre as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados. Nesse ano a Câmara dos Deputados perdeu o *status* de *locus* principal das

análises, nove estudos tiveram como foco analítico as Assembleias legislativas e oito a Câmara dos Deputados. Esse fato demonstra o crescente interesse dos pesquisadores na análise da política subnacional.

Como relação ao Foco dos Estudos percebe-se um caráter bem diversificado nas análises. A relação Executivo-Legislativo recebeu a atenção dos trabalhos Nunes (2012), Miranda (2012), Gontijo (2012), Diniz (2012), Tomio et. al. (2012) e Kerbauy (2012). Porém, uma gama de outras temáticas mereceram atenção dos pesquisadores, tais como: gestão estratégica no âmbito da Assembleias Legislativas (GUIMARÃES et. al., 2012), o papel das comissões no nível subnacional brasileiro (ROCHA et. al., 2012) e a formatação da Constituição de 1988 a partir da alteração do Regimento Interno (PRAÇA et. al., 2012). Diante disso, e de um exame detido do quadro (9) podemos atestar para uma diversificação das abordagens dos pesquisadores sobre o Poder Legislativo brasileiro nas suas diversas esferas. Essa diversificação aponta para crescimento teórico e metodológico da ciência política brasileira em especial da área de estudos legislativos.

Quadro 9: Foco da Análise e Foco do Estudo (2012)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Barreto (2012)	Reeleição para a Câmara dos Deputados em 2006: é possível vencer as incertezas do sistema eleitoral?	Câmara dos Deputados	Sistemas Eleitorais
Guimarães et. al. (2012)	Gestão Estratégica no Poder Legislativo: o caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	Assembleias Legislativas	Gestão Estratégica
Freitas (2012)	Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Speck et. al. (2012)	A 'força' das oposições nas Assembleias Legislativas Brasileiras.	Assembleias Legislativas	Oposições
Pegurier (2012)	Political careers and the chamber of deputies in Brazil.	Câmara dos Deputados	Carreiras políticas
Gomes (2012)	Cooperação, Liderança e Impasse entre o Legislativo e o Executivo na Produção Legislativa do Congresso Nacional do Brasil	Congresso Nacional	Preponderância do Executivo, Comportamento Parlamentar, Produção Legislativa
Nunes (2012)	What is the Best Strategy to Obtain Legislative Support? Survey Evidence from Brazilian State Assemblies?	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Miranda (2012)	Executivo, Congresso e parlamentares na estrutura de delegação legislativa do Brasil republicano.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Silva Junior et. al. (2012)	O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003).	Congresso Nacional	Sistemas Eleitorais/Profissionalização e Renovação
Gontijo (2012)	Relação Executivo-Legislativo e Processo de Retração de Provisões Sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Soares (2012)	Por que os atores mudaram as regras do jogo? O processo legislativo da PEC da reeleição.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Reis (2012)	Cidadania Legislativa: um balanço dos dez anos da comissão de legislação participativa da câmara dos deputados	Assembleias Legislativas	Comissões
Rocha et. al. (2012)	Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das Assembleias Estaduais brasileiras	Assembleias Legislativas	Comissões
Melo et. al. (2012)	Diferentes, mas Iguais? Padrões de Disciplina Partidária na Câmara e no Senado.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Ferreira Junior et. al. (2012)	Reforma Política no Parlamento Brasileiro: considerações a partir da rejeição política do projeto de lei 1210 de 2007.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Reforma Política
Ricci et. al. (2012)	O Poder da caneta. A medida provisória no processo legislativo estadual.	Assembleias Legislativas	Preponderância do Executivo
Neiva et. al (2012)	Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os Senadores Suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo	Senado Federal	Comportamento Parlamentar
Praça et. al (2012)	Políticas públicas e a descentralização da Assembleia Constituinte brasileira, 1987-1988.	Congresso Nacional	Formatação Institucional
Praça (2012)	A organização do processo orçamentário nas Assembleias Legislativas brasileiras.	Assembleias Legislativas	Orçamento
Diniz (2012)	O senado federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro	Senado Federal	Comportamento Parlamentar/Relação Executivo-Legislativo

(Continua)

Tomio et. al. (2012)	O governo estadual na experiência política brasileira: As performances legislativas das Assembleias estaduais.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Kerbaui (2012)	As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local	Câmaras Municipais	Relação Executivo/Legislativo
Anastasia et. al. (2012)	Caminhos, Veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas	Assembleias Legislativas	Elites políticas e suas Trajetórias
Santos (2012)	Poder de Atração, Complexidade Institucional e Processo Decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil	Assembleias Legislativas	Carreiras políticas
Marengo (2012)	Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migração na Câmara Federal, 1987-2002	Câmara dos Deputados	Migração Partidária

Fonte: Elaboração própria

O quadro (10) apresenta a produção para o ano de 2013, seis estudos compreendem o quadro analítico, desses três apresentam como Foco de Análise as Assembleias Estaduais (INÁCIO et. al., 2013; FELISBINO et. al., 2013; NUNES, 2013). Dois, o Congresso Nacional (ARABI, 2013; SOARES, 2013) e um Senado Federal (NEIVA et. al. 2013). Esses dados apontam para uma mudança no foco analítico dos estudos legislativos se nos primeiros anos do decênio analisado a Câmara dos Deputados era o principal foco de análise dos pesquisadores o ano de 2013 demonstrou outras casas Legislativas também despertaram interesse dos estudos. Esse fato por atesta a evolução do campo no Brasil.

A produção acadêmica do ano de 2013 sintetizada no quadro abaixo também comprova uma diversificação no Foco dos Estudos, dos seis modelos que compõem o quadro seis dimensões diferentes são analisadas pelos pesquisadores, abordagens que vão desde o ativismo judicial (ARABI, 2013), que passam pelos estudos das oposições no nível subnacional (INÁCIO et. al., 2013) e dos determinantes dos resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (NUNES, 2013), além do impacto das eleições majoritárias sobre as eleições proporcionais (SOARES, 2013), mostram o caráter diversificado das temáticas mobilizadas pelos pesquisadores.

Quadro 10: Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2013)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Arabi (2013)	A Ascensão do Judiciário e a Tensão Institucional: Judicialização, Ativismo e a Reação do Poder Legislativo (PEC 33/2011).	Congresso Nacional	Ativismo Judicial
Inácio et. al. (2013)	Government or Opposition? The Determinants of Legislative Support for Governors in Brazil.	Assembleias Legislativas	Oposições
Soares (2013)	Influência Majoritária em Eleições Proporcionais: Os Efeitos Presidenciais e Governatoriais sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1994-2010).	Congresso Nacional	Eleições
Neiva et. al. (2013)	Senado brasileiro: casa federativa ou partidária	Senado Federal	Comportamento Parlamentar
Felisbino et. al. (2013)	Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense.	Assembleias Legislativas	Opinião Pública
Nunes (2013)	Os determinantes dos resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo

Fonte: Elaboração própria

A produção acadêmica do ano 2014 sintetizada no quadro (11) apresenta um grande número de publicações que tem com foco analítico a Câmara dos Deputados, das 17 publicações que compõe o quadro dez tem como referência a Câmara dos Deputados. Esse fato tem ligação direta com o periódico E-Legis que é vinculado a Câmara dos Deputados e tem como principal foco a divulgação do conhecimento produzido pelos técnicos da câmara e pelos alunos da pós-graduação em Poder Legislativo da instituição. Os estudos sobre o Congresso Nacional, também ganham relevância no período analisado.

Com relação ao Foco do Estudo percebe-se grande diversificação temática estudos sobre consultoria legislativa (SATANA, 2014) e sobre a escola do legislativo da Câmara dos Deputados (CARVALHO, 2014) atestam essa diversificação temática. Outra área que demonstra importância no período é a consolidação dos estudos sobre os Grupos de Interesse e *Lobby* (SANTOS et. al., 2014; SANTOS, 2014; SILAME et. al. 2014) as questões levantadas pelos pesquisadores vão desde a discussão sobre a representação de interesses na Câmara dos Deputados ao processo de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O quadro abaixo sintetiza a produção para o período.

Quadro 11: Foco da Análise e Foco do Estudo (2014)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Campos (2014)	Ficha Limpa e a Resposta Congressual: comportamento legislativo e processo decisório	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Processo decisório
Barros et. al (2014)	O Poder Legislativo e as políticas educacionais: a ótica cidadã sobre o contexto recente.	Congresso Nacional	Políticas Públicas
Barros et. al (2014)	O discurso fundador das mídias legislativas da câmara dos deputados	Câmara dos Deputados	Comunicação
Hiroi et. al. (2014)	Institutional and Partisan Sources of Legislative Conflict: The Brazilian Case	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Paro (2014)	Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares	Congresso Nacional	Comissões
Zampieri (2014)	Ação dos Grupos de Pressão no Processo decisório das Comissões Permanentes no Congresso Nacional.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse
Santos et. al. (2014)	Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Lobby
Santos (2014)	Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Lobby
Santos (2014)	El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Prates (2014)	Caminhos decisórios de CPIs: uma descrição desde a criação até o relatório final.	Câmara dos Deputados	Comissões/CPIs
Santana (2014)	A relação agente-principal entre deputados federais e gestores administrativos na Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Consultoria legislativa
Santana (2014)	Reforma Administrativa do Poder Executivo e Ações de Modernização da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Reformas administrativas
Aguiar (2014)	Os atores-chave no Processo Decisório no Âmbito das Comissões Permanentes.	Câmara dos Deputados	Comissões
Braga (2014)	A Agenda Legislativa do Governo Castelo Branco: um regime político em transição.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Weber et. al. (2014)	Legislative organization and executive success rate at the subnational level: a comparison of Brazil and Germany, 1990-2010.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Silame et. al. (2014)	Entre a Delegação e o Lobby: um Estudo de Caso sobre o Processo de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil.	Congresso Nacional	Lobby
Carvalho (2014)	Escolas do Legislativo e a educação para a democracia	Câmara dos Deputados	Escolas do Legislativo

Fonte: Elaboração própria

Por fim, o quadro (12) trás os detalhes da produção acadêmica para o ano de 2015, quinze trabalhos fazem parte dessa análise, desses sete apresentam como foco analítico o Congresso Nacional e seis a Câmara dos Deputados, fato que demonstra uma

concentração nessas áreas. Já com relação ao Foco do Estudo o que se percebe é um caráter multifacetado na produção acadêmica, trabalhos ligados a estudo da Presidência (LAMEIRÃO, 2015) e ao entendimento da governança das coalizões governativas (INÁCIO, et. al., 2015) convivem no mesmo recorte temporal com o trabalho de Barros et. al. (2015) que se dedica ao entendimento da atuação virtual dos parlamentares. Com o quadro acima (11) uma área aparece como promissora para os estudos Legislativos no Brasil a *Lobby* e a atuação dos grupos de interesses, a regulamentação da atividade de *Lobby* recebeu atenção dos trabalhos de Santos et. al. (2014B), Santos et. al. (2014C). O financiamento das campanhas eleitorais e o apoio à agenda legislativa da indústria (SANTOS et. al., 2014A) e a tramitação da proposta de Reforma Política na Câmara dos Deputados (MELO et. al. 2015) foram temas abordados pelos pesquisadores, isso demonstra que a produção acadêmica está atenta aos temas atuais.

Quadro 12: Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2015)

Autor(es)	Título	Foco da Análise	Foco do Estudo
Barros et. al. (2015)	Atuação Parlamentar Virtual: as estratégias dos Deputados Federais em seus Websites.	Câmara dos Deputados	Internet
Lameirão (2015)	A Casa Civil e a gestão da coordenação política governamental no presidencialismo de coalizão brasileiro, 1995-2010.	Congresso Nacional	Presidência
Teles (2015)	Mudanças entre Partidos na Câmara dos Deputados: sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária.	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Cunha (2015)	Emendamento de Medidas Provisórias pelo Congresso no Brasil: Congressistas pegando carona na agenda política nacional iniciada no Executivo.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Gonzalez et. al. (2015)	Who Distributes? Presidents, Congress, Governors, and the Politics of Distribution in Argentina and Brazil.	Congresso Nacional	Federalismo
Rennó et. al. (2015)	The Changing Role of Ministers in the Legislative Agenda in Brazil.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Inácio et. al. (2015)	Partidos Legislativos e Governo de Coalizão: controle horizontal das políticas públicas	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Santos et. al. (2015)	Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Financiamento de Campanha
Santos et. al. (2015)	Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: convergências e divergências.	Congresso Nacional	Grupos de Interesse/Lobby
Santos et. al. (2015)	Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada.	Congresso Nacional	Grupos de Interesse/Lobby
Batista (2015)	A Conexão Ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010).	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Neiva et. al. (2015)	Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história.	Senado Federal	Elites políticas e suas trajetórias
Melo et. al. (2015)	A Reforma na Câmara: poderia ter sido pior	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Melo (2015)	Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras.	Assembleias Legislativas	Partidos Políticos
Santos (2015)	Da Gênese ao Funcionamento de uma Comissão Permanente na Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comissões

Fonte: Elaboração própria

2.3. Os Estudos Legislativos em uma perspectiva relacional

2.3.1. Os Estudos Legislativos e os Focos de Estudo: uma abordagem em rede

A partir da análise dos quadros acima, especialmente da coluna destinada ao Foco do Estudo foi possível verificar que algumas dimensões analisadas pelos pesquisadores aparecem relacionadas a outras. Como por exemplo, trabalho de Santos et. al. (2015A) que compõe o quadro (12) apresenta uma relação entre os temas: Grupos de Interesse, Financiamento de Campanha e Comportamento Parlamentar²⁰.

Diante disso, foi possível elaborar um estudo estrutural, que tem como objetivo mostrar como as relações contribuem para a compreensão dos fenômenos estudados (LAZEGA, et. al., 2014). É importante destacar que os indicadores de interdependência utilizados pelo método estrutural são as relações, entendidas aqui pela conexão entre os Focos de Estudo. Assim, esse conjunto de relações específicas, são denominadas redes sociais.

Segundo Lazega et. al. (2014) o procedimento de análise estrutural pode ser resumido em quatro conjuntos de procedimentos:

1. Reconstituição e representação da morfologia do sistema de troca;
2. Procedimento de posicionamento dos atores nessa estrutura, ou seja, como cada membro do sistema estudado poder situado nessa estrutura;
3. Procedimentos de associação entre posição e comportamento estratégico dos atores;
4. Procedimentos que medem a eventual evolução do sistema de interdependência com relação ao tempo t2 em função do tempo t1.

O principal objetivo da análise é identificar a estrutura relacional dos Focos de Estudo mobilizados pelos pesquisadores. Dos 131 estudos que compõe o presente trabalho 20 apresentaram interações entre os Focos de Estudo. A representação gráfica da dimensão relacional (grafo 1) nos permite construir medidas e mensurar a magnitude das relações. Assim, a análise de redes sociais pode utilizar várias medidas de distância entre os

²⁰ O trabalho utilizou como critério para atestar a relação entre os Focos de Estudo, o fato do pesquisador, apontar no título, no resumo, nas palavras-chave ou na pergunta de pesquisa um duplo ou triplo Foco de Estudo. A partir das dimensões elencadas na Ficha de Leitura (Anexo 1).

vértices (pontos). No presente trabalho usaremos duas medidas para mensurar a posição relativa dos Focos de Estudo dentro da rede: a densidade e a Centralidade de Grau.

A densidade é uma característica fundamental da análise de redes sociais. Sua mensuração se dá pela razão entre o número de relações observadas na rede e o número de relações possíveis (LAZEGA et. al., 2014). Assim, a densidade de uma rede está relacionada a coesão da cadeia de vínculos entre os atores envolvidos, no caso os Focos de Estudo.

$$\delta = \frac{L}{g(g - 1)}$$

Como não é possível realizar comparações com outras redes, de maneira indutiva podemos dizer a densidade da rede dos Focos de Estudo é baixa não apenas pela magnitude do escore (0,117) como também pela diferença entre o N° de relações possíveis e o N° relações observadas. Isso significa que os pesquisadores pouco relacionam os Focos de Estudo nos estudos Legislativos brasileiros. A tabela 4 sintetiza os dados.

Tabela 4: Densidade - Foco de Estudo

Densidade	Focos de Estudos (relacionados)	N° de relações possíveis	N° de relações observadas
0,117	21	420	49

Fonte: Elaboração própria

A centralidade foi outra medida trabalhada no presente estudo, ela consiste no número de atores (Focos de Estudos) com os quais um ator está diretamente relacionado. Segundo Lazega (2014) a Centralidade de Grau é medida pelo número de laços, ou seja, o tamanho da rede de um ator. Assim, podemos dizer que quanto mais um ator é central, mais ativo no sistema de interações ele é. Essa medida depende de g (número de atores da rede); seu valor máximo é g-1 (WASSERMAN E FAUST, 1994).

$$(g - 1): C' Di = \frac{\sum j Xg}{g - 1}$$

Onde:

X g = número relações observadas na rede;

g = número de relações possíveis.

A tabela 5 apresenta os Graus de Saída, ou seja, soma das interações que os atores da rede tem uns com os outros. Comportamento Parlamentar apresenta 14 interações com outros Focos de Estudo, valor bem maior do que Partidos Políticos que apresenta apenas 4 interações. O Grau de Saída Padronizado é a representação percentual dos referidos graus. Diante disso, podemos dizer que o Comportamento Parlamentar é o ator central da rede, em termos de interações, pois apresentou Grau de Saída Padronizado de 70%. Outra medida importante que mensura a centralização da rede é o seu Grau de Centralização de Saída. A estimativa apresentou o valor de 61,25%, fato que atesta a robusta centralização da Rede de Focos de Estudo em um ator específico, o Comportamento Parlamentar.

Tabela 5: Centralidade de Grau - Rede Foco de Estudo

Focos de Estudo	Grau de Saída	Grau de Saída (Padronizado)²¹
Comportamento Parlamentar	14	70
Partidos Políticos	4	20
Federalismo	3	15
Sistemas Eleitorais	2	10
Financiamento de Campanha	2	10
Produção Legislativa	2	10
Migração Partidária	2	10
Preponderância do Executivo	2	10
Grupos de Interesse	2	10
Processo Legislativo	2	10
Relação Executivo-Legislativo	2	10
Sistema de Governo	1	5
Comissões	1	5
Conexão Eleitoral	1	5
Elites Políticas	1	5
Carreiras Políticas	1	5
Reforma Política	1	5
Ativismo Judicial	1	5
Relação Executivo-Judiciário	1	5
Oposições	1	5
Processo Decisório	1	5

Fonte: Elaboração própria

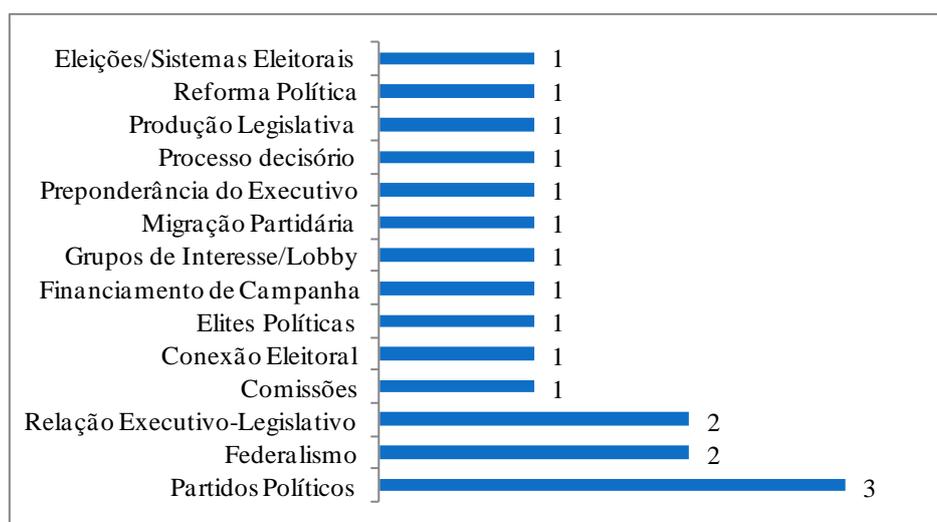
A centralidade do Comportamento Parlamentar nos estudos Legislativos está diretamente ligada ao percurso teórico e metodológico realizado pela área a partir de sua

²¹ A Medida Padronizada do grau de centralidade dos Focos de Estudo varia entre 0 e 1. Quanto maior o valor e um ator na rede, maior o seu grau de centralidade.

consolidação na ciência política brasileira. A influência dos estudos sobre o Congresso norte-americano e a consolidação de modelos ligados ao novo institucionalismo (SANTOS, 2006) trazem a baila uma perspectiva pautada no estudo dos incentivos gerados pelas instituições sobre o comportamento dos atores políticos. Sob esse prisma, o Comportamento Parlamentar se coloca não apenas como um campo privilegiado de estudo, como também um campo onde as relações com outros Focos se tornam promissoras. Outro aspecto importante no exame da estrutura da rede de Focos de Estudo é a não conectividade dos focos, Ativismo Judicial e Relação Legislativo/Judiciário com os demais pontos da rede. Essa não conectividade apresenta novas possibilidades de pesquisas dada a relevância institucional que o Poder Judiciário apresenta no sistema político brasileiro. Assim, fomentar a conectividade de temas relacionados ao Judiciário, com temas mais canônicos dos estudos Legislativos é um campo promissor de estudo e ainda não explorada pelos pesquisadores.

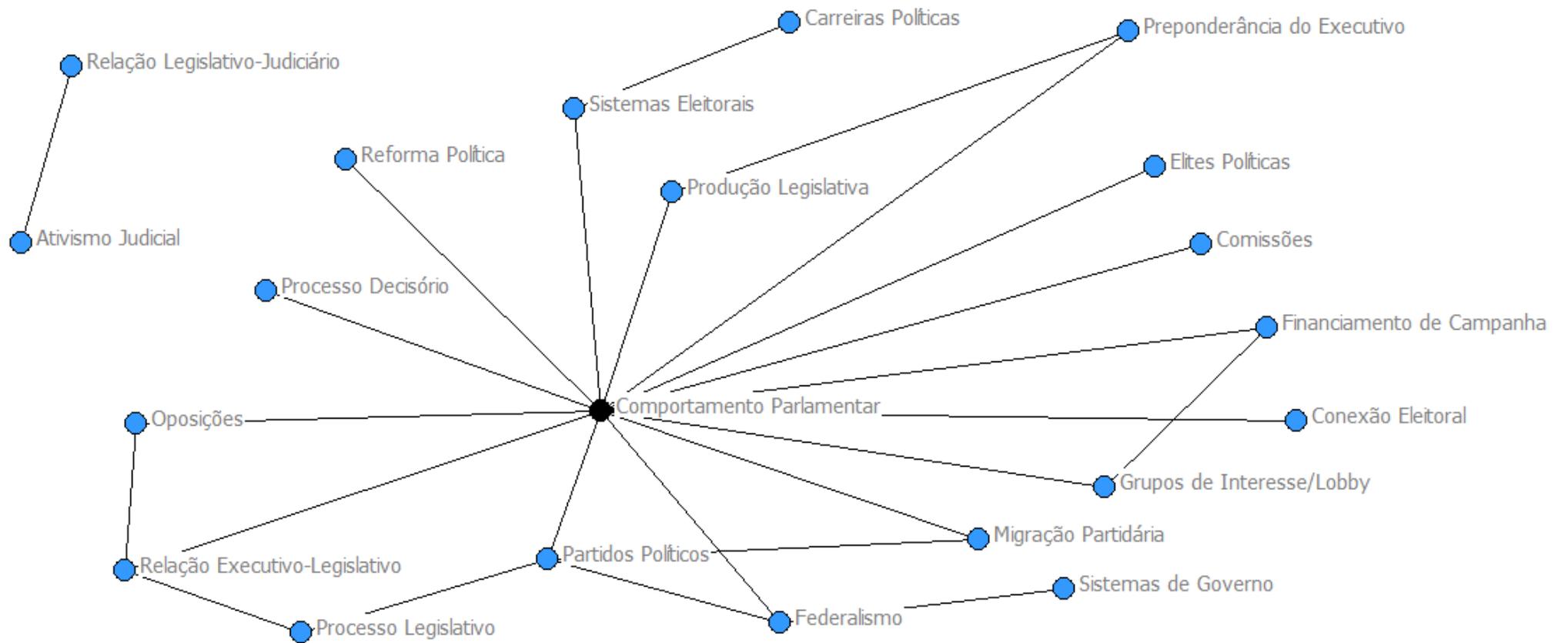
A partir da constatação da centralidade do Comportamento Parlamentar na rede de Focos de Estudo, um pergunta surge com inevitável. Existe algum foco que apresenta uma relação mais privilegiada com o comportamento parlamentar? Os dados do Gráfico 6 apresentam que dos 14 focos que estabelecem relação o Comportamento Parlamentar os que estabelecem relação mais significativas são: Relação Executivo/Legislativo (2), Federalismo (2), e Partidos Políticos (3).

Gráfico 6: Conexão dos Focos de Estudo com o Comportamento Parlamentar



Fonte: Elaboração própria

Grafo 1: Interações entre os Focos de Estudo nos Estudos Legislativos brasileiros para o período de 2006-2015

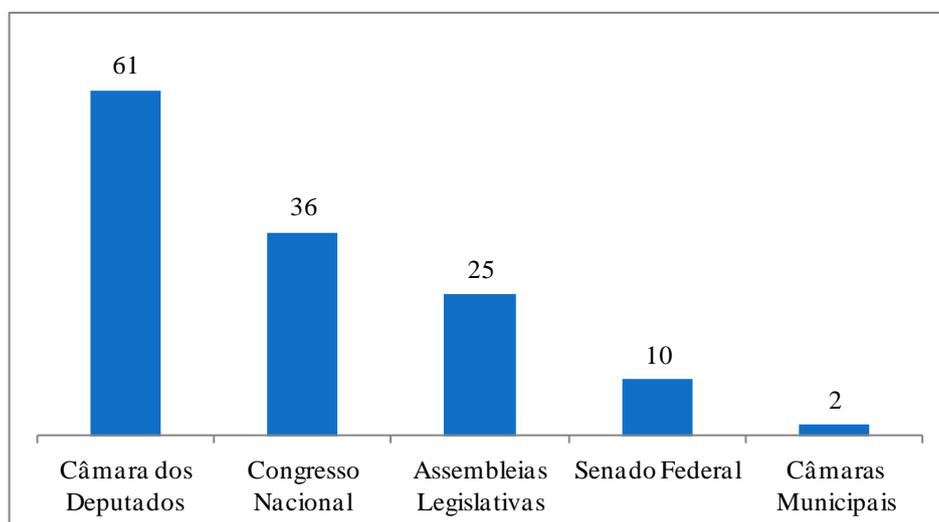


Fonte: Elaboração própria

2.3.2. Estudos Legislativos: uma análise do foco analítico da produção acadêmica recente

O gráfico abaixo apresenta um balanço do foco analítico da produção acadêmica²². A Câmara dos Deputados aparece em destaque com 61 dos 130 trabalhos analisados, isso corresponde a 47% da produção acadêmica do período de 2006 a 2015. As análises sobre o Congresso Nacional também aparecem em destaque, seguidas pelos estudos das Assembleias Legislativas. O Senado Federal aparecem com um número reduzido de análises. Os trabalhos de Pedro Neiva (NEIVA, 2006; NEIVA, 2011; NEIVA et. al., 2012; NEIVA et. al.; 2012; NEIVA et. al., 2012) iniciaram e consolidaram o estudo sistemático da Câmara Alta brasileira, porém essa agenda de pesquisa ficou praticamente restrita a esse pesquisador e seus colaboradores. As Câmaras Municipais apresentam sem sombra de dúvidas a gargalo mais robusto dos estudos Legislativos no Brasil, apenas dois trabalhos (1,5% da produção acadêmica) se dedicaram a análise dos Legislativos subnacionais no âmbito municipal (SILVEIRA, 2009; KERBAUY, 2009). Assim, é necessário que os pesquisadores se dediquem ao exame mais acurado dessas instâncias de poder, como forma de construir um entendimento mais completo do sistema político brasileiro em todos as suas dimensões.

Gráfico 7: Distribuição da produção por Foco da Análise



Fonte: Elaboração Própria

²² Os textos de Silveira (2009), Miranda (2010) e Inácio (2011) apresentam duplo Foco de Análise, fato que eleva o universo de análise do gráfico 6 para 133. Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, Câmara dos Deputados e Senado Federal e Congresso Nacional e Assembleias Legislativas são os respectivos focos analíticos dos artigos.

2.4. Três revisões da literatura em perspectiva comparada

Os trabalhos Inácio et. al. (2009), Figueiredo et. al. (2016) e o presente trabalho tem o mesmo objetivo discutir e analisar o campo dos estudos Legislativos na ciência política brasileira. O trato comparado das três revisões nos dará a dimensão do recrudescimento da área ao longo dos períodos analisados pelos autores. Os trabalhos de Inácio et. al. (2009) e Figueiredo et. al. (2016) tem critérios semelhantes ambas usam além de artigos, dissertações e teses. Porém, Figueiredo et. al. amplia o escopo de análise para apresentações em congressos nacionais e internacionais. O trabalho em tela se analisou artigos acadêmicos publicados em período indexados no Qualis/CAPES. A tabela abaixo compara os critérios utilizados pelos autores para a seleção dos trabalhos.

Quadro 13: Critérios das revisão da literatura sobre o Poder Legislativo

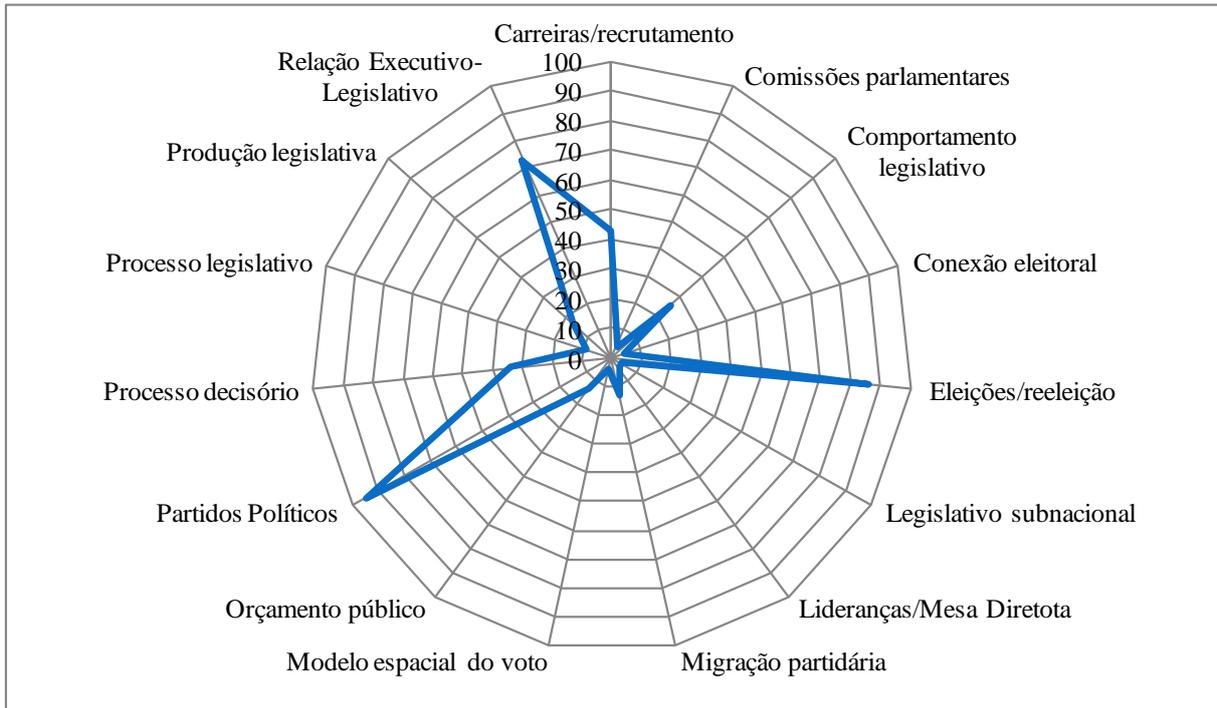
Revisão	Critério	Veiculação	Período	N
Inácio et. al. (2009)	Consulta a 18 cientistas políticos. Os pesquisadores se posicionaram sobre as áreas dos estudos Legislativos. Após a consolidação das áreas foram realizadas pesquisas bibliográficas em diversos catálogos on-line e visitadas às bibliotecas	Artigos, Livros, Dissertações e teses	1960 a 2008	430
Figueiredo et. al. (2016)	Consultas diretas as principais revistas de Ciências Sociais. Os livros foram selecionados a partir de referências bibliográficas. O levantamento das Dissertação e teses foi feito por meio de consulta aos programas de pós-graduação	Artigos, Livros, Dissertações e teses, Trabalhos apresentados Anpocs, ABPC e Congressos Internacionais	1970 à dezembro de 2000	269
De Paula (2017)	Seleção dos períodos da área de Ciência Política e Relações Internacionais classificados pelo Qualis/CAPES em: A1, A2, B1, B2 e B3. Foram consultados os repositórios dos respectivos periódicos, como o objetivo de realizar o levantamento mais exaustivo o possível. ²³	Artigos (Qualis/CAPES)	2006 a 2015	131

Fonte: Elaboração própria

Os resultados encontrados são apresentados nos gráficos 6, 7 e 8.

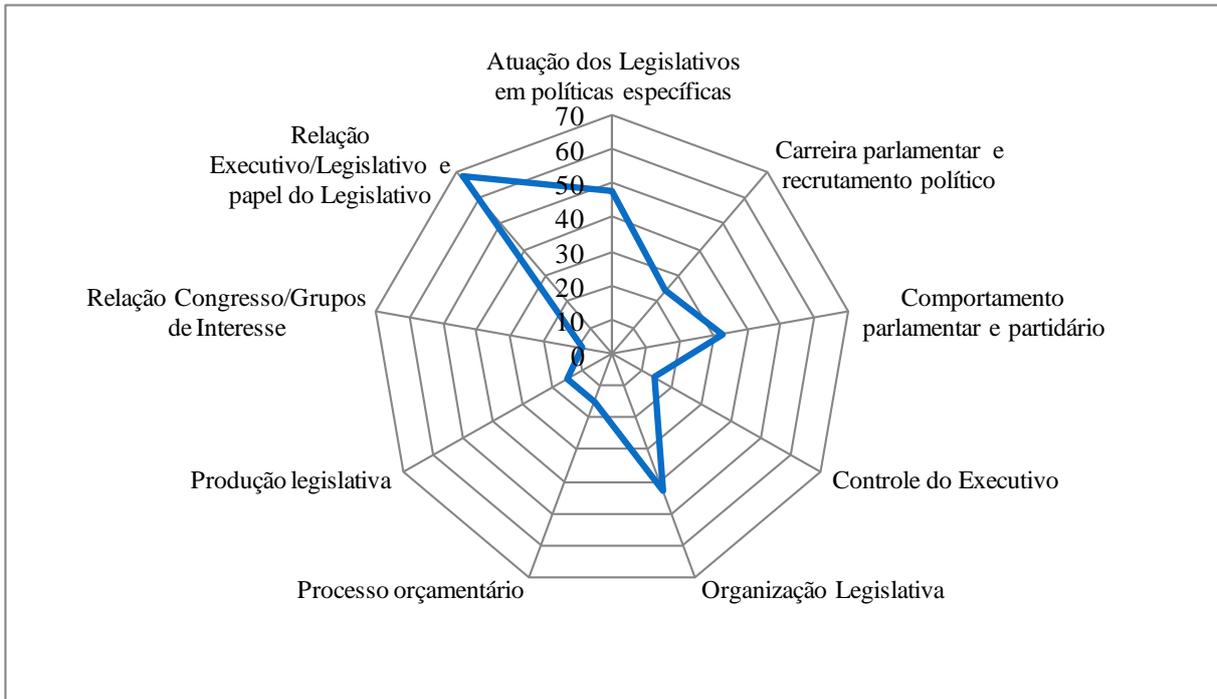
²³ O banco de dados disponibilizado pelo professor Ranulfo Paranhos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi essencial para nessa fase do trabalho. Por isso, sou extremamente grato ao professor pela elegância acadêmica disponibilizada a minha pessoa.

Gráfico 8: Revisão da literatura Inácio et. al. 2009



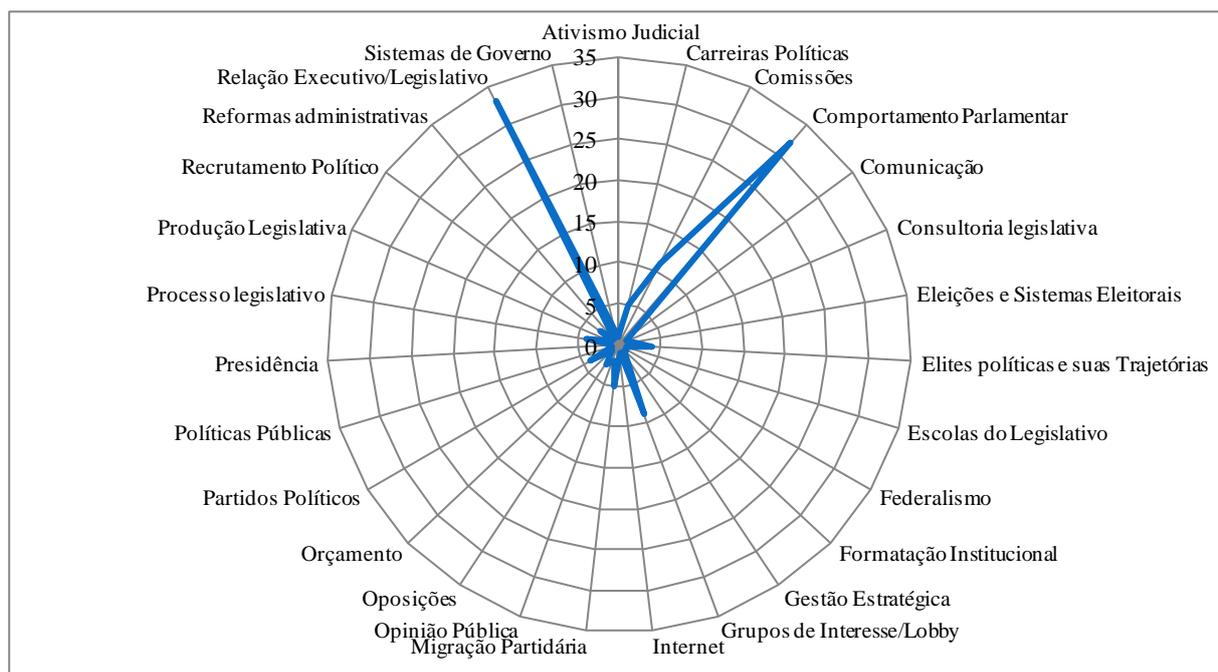
Fonte: Elaboração própria a partir de Inácio et. al. (2009)

Gráfico 9: Revisão da Literatura Figueiredo et. al. (2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de Figueiredo et. al. (2016)

Gráfico 10: Revisão da literatura De Paula (2017)



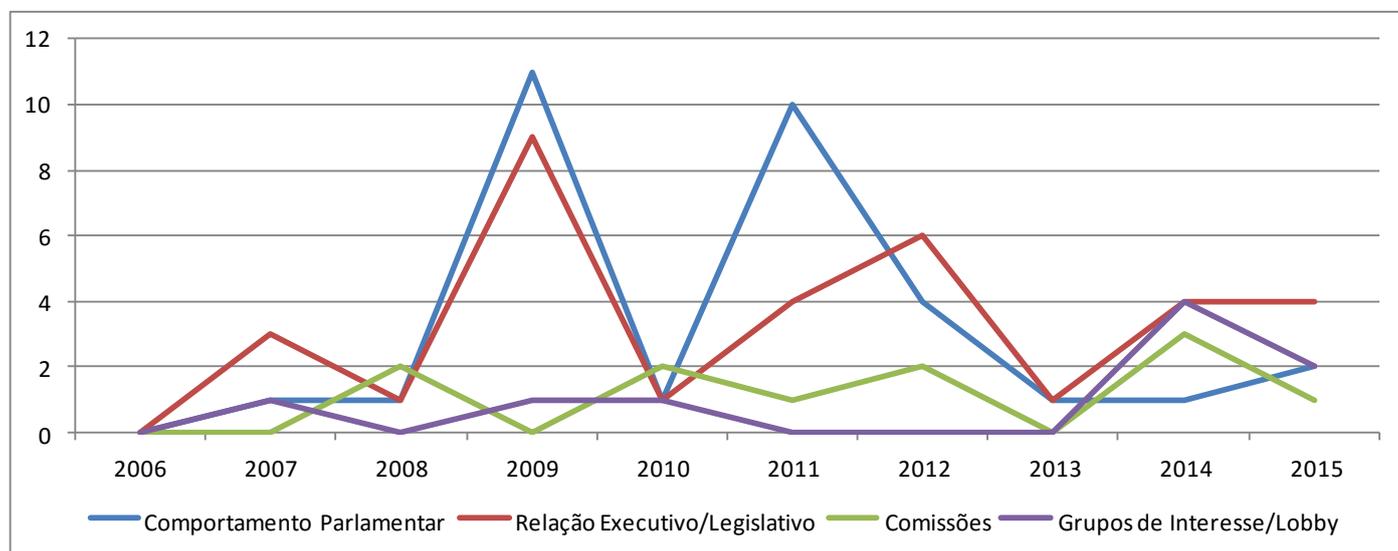
Fonte: Elaboração própria

Apesar dos estudos apresentarem critérios diferentes, marcos temporais diferentes e instrumentos de veiculação diferentes, algumas semelhanças são notórias. O trabalho de Inácio et. al. (2009) apresentou uma concentração em três grandes áreas *Relação Executivo/Legislativo*, *Partidos Políticos* e *Eleições e Reeleição*. Já o trabalho de Figueiredo et. al. (2016) também atesta a relevância da categoria *Relação Executivo/Legislativo*, como também para a categoria *Atuação dos Legisladores em Políticas Específicas*. O presente estudo procurou escrutinar a produção acadêmica mais recente. Assim, dois dados chamam atenção no Gráfico 8, o primeiro é pulverização de temas e o segundo é concentração da produção acadêmica em dois campos muito específicos, *Relação Executivo/Legislativo* e *Comportamento Parlamentar*²⁴. Sob esse prisma, é notória a forte presença da dimensão *Relação Executivo/Legislativo* na ciência política brasileira. Isso se deve a força institucional do poder central, força essa captada pelas análises institucionais e materializada na produção acadêmica. O *Comportamento Parlamentar* aparece como relevante nas três análises, porém, mais saliente no presente estudo. Critérios de classificação diferentes ou mesmo uma mudança no campo de pesquisa podem explicar tal diagnóstico.

²⁴ Os critérios para categorização das áreas estão no anexo 2 no presente trabalho.

Uma análise mais acurada do campo de pesquisa só pode ser feita a partir de uma análise temporal da produção acadêmica a partir das duas dimensões estudadas no capítulo, o Foco de Estudo e Foco de Análise. O Gráfico 9 apresenta uma série temporal Focos de Estudos que apresentaram maior relevância quantitativa na produção acadêmica analisada. As áreas de *Comportamento Parlamentar e Relação Executivo/Legislativo* apesar de apresentarem maior relevância no período não apresentam um padrão constante ao longo do período. A área de Grupos de Interesse/Lobby por exemplo, marca a produção a partir de 2007 (MANCUSO, 2007) e se consolidada a partir de 2014.

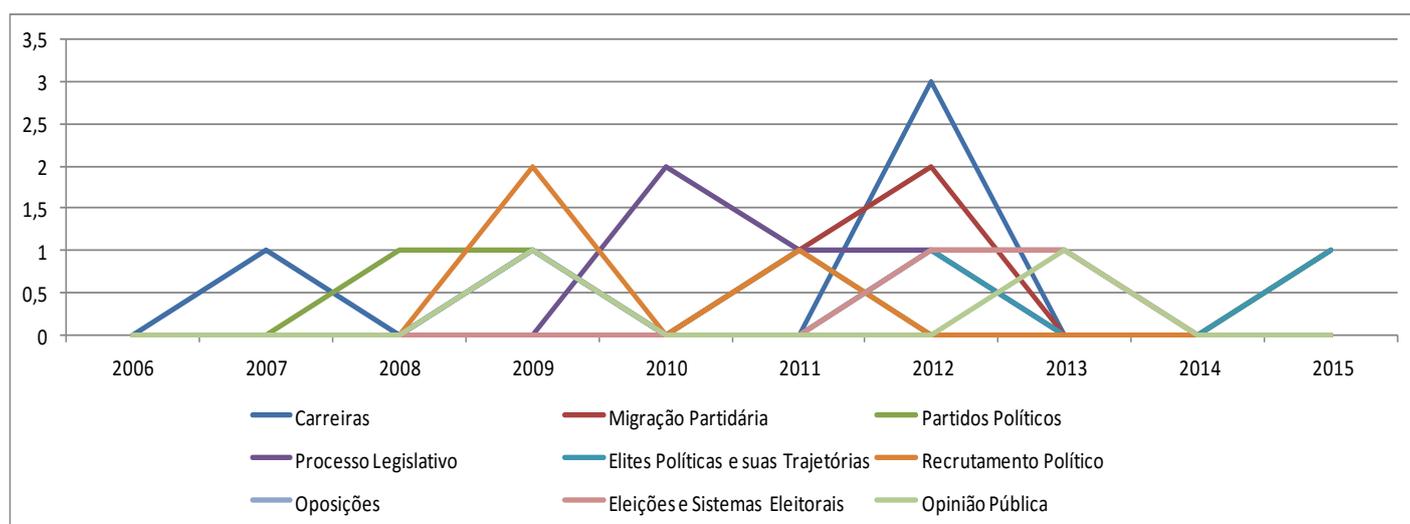
Gráfico 11: Sazonalidade da produção acadêmica por Foco de Estudo (1)



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 10 também apresenta um quadro sazonal da produção acadêmica para o período de 2006 a 2015, com os temas que foram menos mobilizados pelos pesquisadores ao longo do período. Mesmo os temas que receberam pouca atenção dos pesquisadores não mostraram um padrão ao longo do período, o estudo das Elites Políticas e suas Trajetórias ganhou relevância no período de 2012, porém, sem destaque ao longo da série histórica.

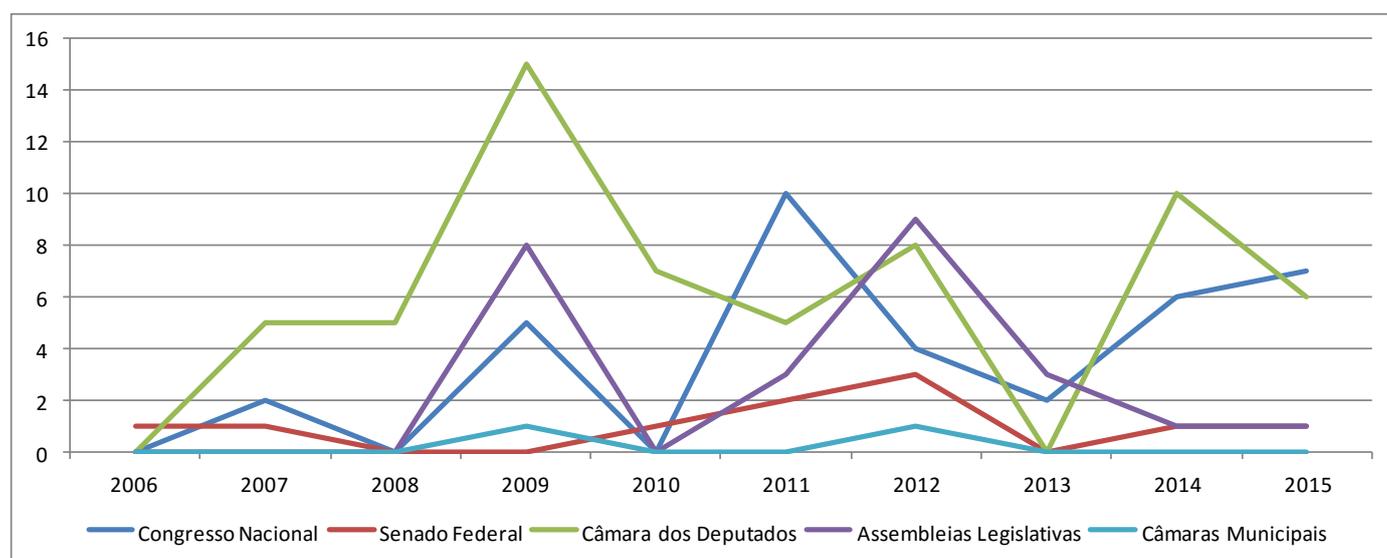
Gráfico 12: Sazonalidade da produção acadêmica por Foco de Estudo (2)



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 11 apresenta uma análise temporal dos Focos Analíticos mobilizados pelos pesquisadores ao longo do período estudado, não há um padrão de estudo de casas legislativas no Brasil. A Câmara dos Deputados de longe a instituição mais estudada oscilou como objeto analítico o ano de 2013 não apresentou nem estudo exclusivo da Câmara dos Deputados. Assim, pode-se concluir que não há uma tendência nos estudos legislativos brasileiros a agenda de pesquisa se coloca em uma sazonalidade descontinuada. Não só com relação aos Focos de Análise, como também em relação aos Focos de Estudos.

Gráfico 13: Sazonalidade da produção acadêmica por Foco de Análise



Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

O presente capítulo se dedicou análise das questões levantadas pelos pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil. Com relação os Focos de Estudo, os dados apontaram para a concentração da produção acadêmica em dois focos específicos, O Comportamento Parlamentar e a Relação Executivo/Legislativo. A relevância quantitativa desses focos (44% dos Focos de Estudo) se coaduna perfeitamente com os paradigmas teóricos e metodológicos dos estudos Legislativos no Brasil. O estudo dos fundamentos da relação Executivo/Legislativo e sua influência no comportamento legislativo dos parlamentares foram dimensões constitutivas da área no território nacional. Além disso, foram o ponto de inflexão nos diagnósticos sobre o sistema político brasileiro a partir de meados dos anos 1990. A importância desses focos para as pesquisas do último decênio demonstra a importância desses focos para a produção atual.

Com relação ao Foco de Análise, a produção ainda aponta forte presença de estudos que tem como base a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e os Legislativos Estaduais foram mais mobilizados no período analisado, porém, a ainda carecem de um olhar mais sistemático dos autores. O gargalo maior está nas Câmaras Municipais, que foram praticamente inexploradas.

O estudo estrutural atestou a importância relacional do Comportamento Parlamentar, sendo o Foco de Estudo que estabeleceu conexão privilegiada com os outros focos. A centralidade do Comportamento Parlamentar também confirma a proeminência do novo institucionalismo com o principal referencial teórico mobilizado pelos pesquisadores, na medida em que traz a baila uma perspectiva pautada no estudo dos incentivos gerados pelas instituições sobre o comportamento dos atores políticos. Os aspectos relacionados a teoria mobilizada pelos pesquisadores serão abordados mais fortemente no próximo capítulo.

Por fim, a análise temporal nos mostrou que não há uma tendência unívoca na produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil nem com relação aos Focos de Estudo, nem com relação aos Focos de Análise. Áreas consolidadas como, *Relação Executivo/Legislativo e Comportamento Parlamentar* apresentaram forte descontinuidade ao longo da série. Os Focos de Análise apresentam a mesma oscilação.

Apêndice 1 Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2006, 2007, 2008 e 2009)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Neiva (2006)	Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo?	Identificar quais são os determinantes da existência e da força política das câmaras altas, aqui entendida como os poderes que ela exerce em relação aos outros poderes do Estado.	Senado Federal	Sistemas de Governo/Federalismo
Marengo et. al. (2007)	Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.	Oferecer uma explicação dos diferentes padrões de recrutamento legislativo, elaborando modelos de bases sociais e carreira das elites políticas.	Câmara dos Deputados	Carreiras Políticas
Roma (2007)	Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar	Avaliar comparativamente o desempenho de deputados leais vis-à-vis desertores quanto ao compromisso deles de expressar ideias compatíveis com a agenda do partido ao qual estiveram filiados e de apoiá-la nas votações da Câmara.	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Messenberg (2007)	A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004)	Analisar o perfil dos parlamentares que fizeram parte da elite parlamentar brasileira ao longo dos anos de 1989 a 2004. E compreender de que maneira diferentes matizes socioculturais interferem no fazer e pensar a política no Brasil.	Congresso Nacional	Elites políticas e suas Trajetórias
Lemos et. al. (2007)	O Senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil	Explorar o papel dos Senados da Argentina e do Brasil na aprovação de autoridades indicadas pelos presidentes.	Senado Federal	Relação Executivo/Legislativo Processo Legislativo
Arretche (2007)	The Veto Power of Subnational Governments in Brazil	Examinar o poder de veto dos governos estaduais a partir do comportamento das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Federalismo
Figueiredo et. al. (2007)	Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira	Analisar duas experiências do presidencialismo multipartidário no Brasil: os períodos de 1946 a 1964 e pós-1988.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Inácio (2007)	Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados	Analisar a estrutura e o funcionamento da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Processo legislativo
Santos (2008)	O Poder Conclusivo das Comissões na Câmara dos Deputados na 52ª legislatura.	Qual foi a contribuição do poder conclusivo das comissões nos trabalhos legislativos efetuados pela Câmara dos Deputados durante a 52ª legislatura.	Câmara dos Deputados	Comissões
Moritz (2008)	A atuação parlamentar dos partidos de esquerda: legislando para quem e em nome de quem (1995-1999).	Analisar a atuação dos partidos brasileiros de esquerda em um contexto de democracia recente, especificamente no decorrer do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Partidos Políticos
Ferreira (2008)	Comissão de Legislação Participativa: a construção da democracia deliberacionista.	Discutir as ações da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados no Brasil pós-1988.	Câmara dos Deputados	Comissões
Diniz et. al. (2008)	The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy	Que papel o legislativo brasileiro tem no processo de tomada de decisão nos acordos internacionais propostos pelo Poder Executivo? Os parlamentares são atores políticos com a capacidade de exercer influência sobre esses acordos?	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Ranincheski et. al. (2008)	Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil.	Identificar quais as visões de democracia – aquela que enfatiza o processo ou aquela que se conecta com a participação, em outras palavras, a democracia Processual ou Participativa – estão presentes nos discursos dos deputados federais do PT e do PSDB.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Silveira (2009)	O perfil do poder legislativo da capital e do estado de mato grosso (1983/2004).	Refletir sobre o perfil dos parlamentares mato-grossenses e cuiabanos a partir da composição partidária, das profissões de origem e das experiências com organizações coletivas.	Assembleias legislativas/Câmaras Municipais	Elites políticas e suas Trajetórias
Cheibub et. al. (2009)	Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006.	Investigar o impacto relativo das influências das esferas estadual e nacional sobre o comportamento não só do legislador individual, mas também das bancadas dos estados na Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Partidos Políticos/Federalismo/Comportamento Parlamentar
Cervi (2009)	Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia legislativa do estado do Paraná	Analisar as interações entre as arenas (Legislativa e Eleitoral) em um sistema de representação política subnacional: o legislativo estadual do Paraná. E o desempenho eleitoral dos concorrem a reeleição.	Assembleias legislativas	Comportamento Parlamentar/Conexão Eleitoral
Gomes et. al. (2009)	Projetos de lei ordinária apresentados na câmara dos deputados entre 1999 e 2006: Tramitação geral e dos relacionados à saúde.	Analisar as características de tramitação de todos os projetos de lei ordinária (PL) apresentados na Câmara dos Deputados (CD). Também analisa um subgrupo de proposições composto por PL relacionados à saúde apresentados na CD.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Miranda (2009)	A Influência da Dinâmica Eleitoral sobre o Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.	Avaliar se a dinâmica das eleições presidenciais e congressuais influencia o comportamento parlamentar dos partidos.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar/Sistemas Eleitorais
Dantas (2009)	Coesão, migração e posicionamento partidário na assembleia legislativa do estado de são Paulo na legislatura 1999 a 2003.	Verificar como se comportam as bancadas partidárias na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, notando que além do comportamento dos parlamentares em torno das votações nominais, houve a preocupação de avaliar o que ocorre com a atuação do deputado estadual que muda de partido.	Assembleias Legislativas	Comportamento Parlamentar/Partidos Políticos/Migração Partidária
Brod (2009)	Quando o Legislativo não legisla...: O caso do Projeto de lei nº 1.151/1995, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo.	Analisar as repercussões sociais e jurídicas da falta de regulamentação do projeto de lei que trata da união civil de pessoas do sexo.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Miguel et. al. (2009)	O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados	Investigar como as mulheres agem ao romper barreiras e ingressar no campo ainda masculino da política. Se, como parece, elas se concentram em nichos temáticos específicos, isso representa um aporte feminino diferenciado à atividade política ou, ao contrário, é apenas o efeito de constrangimentos que as afastam das questões mais prestigiosas? O caminho feminino para as posições centrais do campo político é diferenciado daquele seguido pelos homens?	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Braga et. al. (2009)	Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006.	O artigo investiga o recrutamento e o perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006.	Câmara dos Deputados	Recrutamento Político
Fuks et. al. (2009)	Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006)	A questão a ser respondida é se esse contexto de mudança institucional gerou, no público mineiro, uma imagem mais positiva da ALMG.	Assembleias legislativas	Opinião Pública

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Castro et. al. (2009)	Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros	Analisar os efeitos: (a) das dinâmicas da competição política; (b) da filiação partidária dos deputados, considerando o posicionamento ideológico de seus partidos; (c) dos tipos de apoiadores consistentes; e (d) de bases eleitorais sobre o comportamento legislativo dos deputados investigados.	Assembleias legislativas	Comportamento Parlamentar
Lima (2009)	Análise da atividade legislativa da comissão de seguridade social e família de acordo com as vertentes distributivista e informacional.	Apresentar a atividade legislativa da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Perissinotto et. al. (2009)	Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006	Analisar o processo seletivo das elites políticas por meio da comparação entre o perfil dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2006 e o dos que foram efetivamente eleitos.	Câmara dos Deputados	Recrutamento Político
Felisbino (2009)	Atores e práticas: a produção de leis da elite parlamentar da Câmara Dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Analisar a produção de leis dos membros da elite parlamentar da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Elites Políticas
Vieira (2009)	O estudo do lobby no legislativo - o caso de sucesso da CDU-CD.	Expor o caso de sucesso da construção da legislação urbanística federal brasileira por meio do lobby e da participação política de entidades representativas na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Lobby
Carreirão et. al. (2009)	Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999-2006)	Analisar o grau de disciplina partidária e os padrões ideológicos das coalizões realizadas em plenário, nas votações nominais ocorridas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre 1999 e 2006	Assembleias legislativas	Comportamento Parlamentar
Inácio et. al. (2009)	Conectando deputados, partidos e governos sob o presidencialismo de coalizão no Brasil e no Chile	Analisar se o pertencimento à coalizão governativa afeta os microfundamentos da disciplina partidária na arena parlamentar em sistemas presidencialistas.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Montero et. al. (2009)	Presidencialismo y estancamiento legislativo.	Analisar se a fragmentação, a polarização dos atores políticos, a ausência de maiorias sólidas e a formação de coalizões influenciam nas taxas de aprovação dos parlamentos	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Araújo et. al. (2009)	Entre Partidos e Distritos: instituições, opiniões e comportamento parlamentar no Brasil, no Chile e na Venezuela	Investigar as bases do comportamento parlamentar no Chile, no Brasil e na Venezuela.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Limongi et. al. (2009)	Poder de Agenda e Políticas Substantivas	Entender a agenda do Executivo no presidencialismo brasileiro.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Amorim Neto (2009)	O Brasil, Liphart e o Modelo Consensual de Democracia	Calcular os indicadores propostos por Lijphart (1999) para o Brasil.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Pereira et. al. (2009)	Presidencialismo de Coalizão e Recompensas Paralelas: Explicando o Escandalo do Mensalão	Investigar o uso de recompensas ilegais no governo Lula.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Saiegh (2009)	Avaliação das Taxas de Sucesso Legislativo dos Chefes do Executivo	Analisar o sucesso Legislativo dos chefes do Poder Executivo	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Montero et. al. (2009)	Os Determinantes do Sucesso Legislativo Presidencial na América Latina: partidos e instituições	Investigar os fatores que determinam o grau de sucesso legislativo de diferentes presidentes na América Latina.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Inácio (2009)	Mudança Procedimental, Oposições e Obstrução na Câmara dos Deputados	Discutir de que forma as oposições mobilizam os seus recursos e direitos parlamentares para modificar as condições de acomodação dos interesses dos partidos da coalizão ao longo dessa concorrência pela agenda do Governo.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo/Oposições
Melo et. al. (2009)	Ideologia e Distância de Preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula	Comparar Brasil e Chile a partir da formação de governos de coalizão tendo como referência a distribuição de preferências políticas entre os diversos atores dotados de relevância no interior do processo decisório.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Lodola (2009)	Ambições Políticas e Percursos de Carreira em Federações "Robustas": legisladores subnacionais na Argentina e no Brasil	Examinar como a variância de fatores institucionais e organizacionais afeta as ambições políticas de legisladores estaduais e suas carreiras políticas.	Assembleias Legislativas	Carreiras políticas
Grohmann (2009)	Comparando os Legislativos Subnacionais da Argentina e do Brasil	Comparar a estrutura institucional dos Legislativos subnacionais da Argentina e do Brasil a partir de 1994, e particularmente o relacionamento destes com seus respectivos Executivos.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo

Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2010)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Bonvecchi (2010)	Tipos de Presidencialismo y Efectividad del Control Legislativo sobre el Presupuesto: Control Político y Control Técnico en Argentina, Brasil y Mexico.	Explicar a eficácia do controle legislativo sobre o orçamento e os incentivos que cada tipo de regime político fornece aos atores políticos (legisladores e partidos) para realizar o controle.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Relação Executivo-Legislativo
Côrtes (2010)	Reprodução eleitoral, especialização ou cartelização legislativa? a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em pauta	Avaliar a dinâmica de funcionamento da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Miranda (2010)	A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal	Comparar a delegação de prerrogativas às lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal	Senado Federal/Câmara dos Deputados	Partidos Políticos/Processo Legislativo
Coradini (2010)	Frentes Parlamentares, Representação de Interesses e Alinhamentos Políticos.	Demonstrar que essas frentes parlamentares não são o produto de alguma fragilidade partidária, mas de uma configuração específica dos modos de relacionamento entre a atuação de grupos de interesse e o espaço político.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesses
Leite (2010)	Análise do Recurso contra o poder conclusivo das comissões.	Analisar o recurso (poder conclusivo das comissões), sua incidência e legitimidade, além de buscar identificar o poder de agenda do Executivo, exercido por meio de sua competência co-legislativa e pela influência sobre a atuação parlamentar.	Câmara dos Deputados	Comissões
Medeiros (2010)	O espaço e as leis: estratégias para o planejamento da Câmara dos Deputados.	Como a estrutura física resultando de seus bens imóveis colabora, ou não, para a organização e funcionamento do parlamento, com vistas à promoção das atividades políticas parlamentares e do processo legislativo?	Câmara dos Deputados	Processo Legislativo
Pereira (2010)	Comissão parlamentar de inquérito, representação proporcional e minoria parlamentar: estudo de caso.	O objetivo deste artigo é verificar se o direito da Minoria de propuser a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito — CPIs — é usurpado pela composição das Comissões pelo sistema de representação proporcional, que dá à Maioria superioridade de votos nas decisões das CPIs.	Câmara dos Deputados	Comissões/Comportamento Parlamentar

Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2011)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Santa Helena (2011)	Conflitos Temporais entre os Processos Legislativos Ordinário e Orçamentário	Analisar a interdependência, com ênfase no aspecto temporal, entre o processo legislativo ordinário, bicameral, produtor de normas permanentes, com prazos impróprios, em que se avalia o mérito, e o processo orçamentário, congressional, prazos constitucionais, expedito e conciso.	Congresso Nacional	Processo legislativo
Müller (2011)	O papel informacional das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados 1991/1994 - 1995/1999	Oferecer uma contribuição preliminar a respeito do papel desempenhado pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comissões
Ferreira (2011)	As migrações partidárias e a correlação de forças na câmara dos deputados (1995-2006).	Analisar a relação entre a migração e a correlação de forças no interior da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Araújo (2011)	Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006.	Analisar o perfil da representação política no Senado, tendo como referência os blocos ideológicos de esquerda, centro e direita.	Senado Federal	Recrutamento Político
Neiva (2011)	Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal	Analisar o comportamento dos partidos no Senado brasileiro entre 1989 a 2009, por meio da avaliação do seu grau de disciplina/coesão interna nas votações nominais que foram realizadas na Casa.	Senado Federal	Comportamento Parlamentar
Melo (2011)	Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros	Explicar a variação encontrada quando se analisa o perfil partidário dos deputados das doze casas legislativas analisadas.	Assembleias Legislativas	Partidos Políticos
Nunes (2011)	Coalizões Legislativas Estaduais: Uma análise comparativa dos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul entre 1998-2006	Seria possível falar em coalizões governativas em subsistemas partidários, ou seja, no nível estadual de governo?	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Pogrebinschi et. al. (2011)	Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional	Analisar o impacto das diretrizes resultantes das conferências nacionais de políticas públicas na atividade legislativa do Congresso Nacional durante o período compreendido entre 1988 e 2009	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Santos et. al. (2011)	Requerimentos de Urgência e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados	Investigar a lógica subjacente ao uso de um importante mecanismo de controle da agenda legislativa, o procedimento de urgência, no contexto da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Santos et. al. (2011)	A Política das Medidas Provisórias: uma delegação com bases informacionais.	Discutir a instituto das Medidas Provisórias à luz da teoria da Teoria Informacional.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Santos et. al. (2011)	Teoria Informacional e Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados	Identificar os determinantes da escolha dos relatores para as comissões e os mecanismos que influenciam a decisão da mesma.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Santos et. al. (2011)	A Formulação de Políticas Públicas sob o Presidencialismo de Coalizão	Discutir os pontos relacionados a dificuldade de aprovação da entrega da Venezuela no Mercosul por parte do Senado Brasileiro.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Zucco Jr. (2011)	Esquerda, Direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros	Atualizar e corrigir as estimativas de posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros no período pós-Constituinte e examinar o papel da ideologia no comportamento dos parlamentares no plenário.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Lucas et. al. (2011)	A "coerência" ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009	Analisar a diferenciação ideológica dos partidos brasileiros.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Power (2011)	O Presidencialismo de Coalizão na visão dos parlamentares brasileiros	Analisar qual é o entendimento dos parlamentares sobre presidencialismo de coalizão.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Inácio (2011)	Engajamento Parlamentar no Brasil	Analisar as percepções dos parlamentares dos parlamentares brasileiros sobre as atividades realizadas no exercício do mandato e identificar se elas revelam diferentes estratégias de atuação parlamentar.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Lemos et. al. (2011)	Individualismo e Partidarismo na Lógica Parlamentar	Discutir se há conflito entre a arena eleitoral e arena legislativa. E até que ponto os parlamentares se sentem constrangidos na aceitação de regras que lhes impõem um comportamento disciplinado.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar
Ames et. al. (2011)	Famintos por Pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política	Examinar os laços entre políticos e eleitores baseados em políticas do tipo <i>pork barrel</i> .	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Sugiyama (2011)	O Bolsa Família: visões desde cima e de baixo	Como os políticos veem o programa Bolsa Família e suas consequências eleitorais.	Congresso Nacional	Comportamento Parlamentar

Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2012)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Barreto (2012)	Reeleição para a Câmara dos Deputados em 2006: é possível vencer as incertezas do sistema eleitoral?	Verificar o sucesso ou o fracasso na tentativa de reeleição dos deputados federais no pleito de 2006 com o desempenho individual (votação maior ou menor) e o posicionamento de cada um na lista (não pior ou melhor), comparados a 2002.	Câmara dos Deputados	Sistemas Eleitorais
Guimarães et. al. (2012)	Gestão Estratégica no Poder Legislativo: o caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	O objetivo do artigo é registrar, criticamente, o processo de implantação da gestão estratégica na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	Assembleias Legislativas	Gestão Estratégica
Freitas (2012)	Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009	Analisar as trocas de legenda na Câmara dos Deputados entre fevereiro de 1987 e outubro de 2009, da ótica dos partidos políticos.	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Speck et. al. (2012)	A 'força' das oposições nas Assembleias Legislativas Brasileiras.	Analisar a força das oposições nas Assembleias Legislativas na legislatura 2007-2011.	Assembleias Legislativas	Oposições
Pegurier (2012)	Political careers and the chamber of deputies in Brazil.	Avaliar a evolução do papel desempenhado pela Câmara dos Deputados no Brasil sobre as carreiras políticas dos representantes.	Câmara dos Deputados	Carreiras políticas
Gomes (2012)	Cooperação, Liderança e Impasse entre o Legislativo e o Executivo na Produção Legislativa do Congresso Nacional do Brasil	Aprofundar a análise do papel dos poderes na produção legislativa nacional	Congresso Nacional	Preponderância do Executivo, Comportamento Parlamentar, Produção Legislativa
Nunes (2012)	What is the Best Strategy to Obtain Legislative Support? Survey Evidence from Brazilian State Assemblies?	Examinar as estratégias adotadas pelos governadores para obter apoio parlamentar nas Assembleias Legislativas de 12 estados da federação no Brasil.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Miranda (2012)	Executivo, Congresso e parlamentares na estrutura de delegação legislativa do Brasil republicano.	Analisar a evolução da estrutura de delegação legislativa no Brasil republicano.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Silva Junior et. al. (2012)	O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003).	Qual é o efeito das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais?	Congresso Nacional	Sistemas Eleitorais/Profissionalização e Renovação
Gontijo (2012)	Relação Executivo-Legislativo e Processo de Retração de Provisões Sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil.	Abordar, a partir da literatura pertinente, a relação Executivo-Legislativo em processos decisórios que envolvem retração de políticas já consolidadas. As reformas da previdência dos governos Lula e FHC.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Soares (2012)	Por que os atores mudaram as regras do jogo? O processo legislativo da PEC da reeleição.	Analisa o processo de tramitação e votação da PEC 01/1995 (Emenda da Reeleição) na arena legislativa, observando os incentivos e os custos de transação existentes para os atores envolvidos na mudança constitucional que permitiu a reeleição dos cargos do poder Executivo no Brasil.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Reis (2012)	Cidadania Legislativa: um balanço dos dez anos da comissão de legislação participativa da câmara dos deputados	Refletir se os objetivos propugnados no surgimento da Comissão de Legislação Participativa foram alcançados.	Assembleias Legislativas	Comissões

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Rocha et. al. (2012)	Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das Assembleias Estaduais brasileiras	Compreender em que medida, as percepções dos parlamentares coadunam-se com as conclusões da literatura sobre o funcionamento e o desempenho das comissões, bem como a importância atribuída a essa instância pelos deputados estaduais	Assembleias Legislativas	Comissões
Melo et. al. (2012)	Diferentes, mas Iguais? Padrões de Disciplina Partidária na Câmara e no Senado.	Analisar a disciplina partidária nas duas casas legislativas (Câmara dos Deputados e Senado).	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Ferreira Junior et. al. (2012)	Reforma Política no Parlamento Brasileiro: considerações a partir da rejeição política do projeto de lei 1210 de 2007.	Estudar a construção, tramitação e rejeição política do Projeto de Lei (PL) nº 1.210, de 2007.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Reforma Política
Ricci et. al. (2012)	O Poder da caneta. A medida provisória no processo legislativo estadual.	(1) Explicar a não adoção da MP pela maioria dos estados. (2) Entender o uso da MP nos estados que a adotam.	Assembleias Legislativas	Preponderância do Executivo
Neiva et. al (2012)	Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os Senadores Suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo	Identificar quem são os suplentes de senadores, quais são suas ocupações predominantes, como se distribuem pelos partidos, como são escolhidos e quais cargos costumam ocupar antes do mandato. E quais os impactos no funcionamento do senado e na relação com o Poder Executivo	Senado Federal	Comportamento Parlamentar
Praça et. al (2012)	Políticas públicas e a descentralização da Assembleia Constituinte brasileira, 1987-1988.	Entender como a alteração no Regimento Interno da Assembleia Constituinte impactou o texto da Constituição.	Congresso Nacional	Formatação Institucional
Praça (2012)	A organização do processo orçamentário nas Assembleias Legislativas brasileiras.	Analisar a organização do processo orçamentário nas Assembleias Legislativas estaduais, bem como a liberdade para emendar o orçamento que os deputados estaduais possuem.	Assembleias Legislativas	Orçamento
Diniz (2012)	O senado federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro	Analisar a ação do Senado Federal na deliberação dos atos internacionais negociados pelo poder Executivo brasileiro e encaminhados para deliberação.	Senado Federal	Comportamento Parlamentar/Relação Executivo-Legislativo
Tomio et. al. (2012)	O governo estadual na experiência política brasileira: As performances legislativas das Assembleias estaduais.	Analisar o volume e a dinâmica da produção legislativa em 12 assembleias legislativas estaduais brasileiras durante duas legislaturas, 1999-2002 e 2002-2006.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Kerbauy (2012)	As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local	(1) Analisar a composição do Legislativo municipal no Brasil, no período de 1996 a 2000 e suas características sociais e partidário-eleitorais. (2) Analisar o perfil dos presidentes das Câmaras dos Estados de São Paulo e Santa Catarina, com especial atenção às questões referentes à opção partidária e como os poderes Legislativos locais de São Paulo e Santa Catarina percebem os poderes Executivos.	Câmaras Municipais	Relação Executivo/Legislativo
Anastasia et. al. (2012)	Caminhos, Veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas	Examinar os padrões de recrutamento e de carreira política desenvolvidos nos legislativos subnacionais.	Assembleias Legislativas	Elites políticas e suas Trajetórias
Santos (2012)	Poder de Atração, Complexidade Institucional e Processo Decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil	Examinar como a estrutura de oportunidades políticas fundamenta pelo (presidencialismo, federalismo e sistema proporcional de listas abertas) em combinação com as instituições políticas estaduais produzem efeitos no processo decisório no âmbito estadual.	Assembleias Legislativas	Carreiras políticas
Marengo (2012)	Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migração na Câmara Federal, 1987-2002	Analisar o fenômeno da troca de partidos entre deputados federais no Brasil, na Câmara dos Deputados entre 1987 e 2002.	Câmara dos Deputados	Migração Partidária

Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2013)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Arabi (2013)	A Ascensão do Judiciário e a Tensão Institucional: Judicialização, Ativismo e a Reação do Poder Legislativo (PEC 33/2011).	Abordar os principais aspectos da relação entre legislativo e judiciário no Brasil no pós-1988.	Congresso Nacional	Ativismo Judicial
Inácio et. al. (2013)	Government or Opposition? The Determinants of Legislative Support for Governors in Brazil.	Analisar os microfundamentos de apoio aos governadores no Brasil, com base em um modelo de decisão em que os deputados tentam reduzir seus riscos eleitorais.	Assembleias Legislativas	Oposições
Soares (2013)	Influência Majoritária em Eleições Proporcionais: Os Efeitos Presidenciais e Governatoriais sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1994-2010).	Verificar se um partido tem sua performance eleitoral para a câmara baixa influenciada pela ocupação de cargos de governador e/ou presidente e/ou pela apresentação e pelo desempenho de candidatos aos cargos majoritários para os executivos estaduais e federal.	Congresso Nacional	Eleições
Neiva et. al. (2013)	Senado brasileiro: casa federativa ou partidária	Identificar as variáveis que explicam o comportamento dos senadores no plenário do Senado, especialmente se eles recebem algum tipo de influência dos governadores de seus respectivos estados.	Senado Federal	Comportamento Parlamentar
Felisbino et. al. (2013)	Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense.	O que pensam sobre a democracia os deputados estaduais de São Paulo e do Paraná.	Assembleias Legislativas	Opinião Pública
Nunes (2013)	Os determinantes dos resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.	Conhecer é o modo como variadas estratégias (i) de formação de maiorias e (ii) de cooptação, atração ou satisfação de interesses de minorias e/ou oposições podem resultar em diferentes formas de apoio Legislativo ao governo estadual.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo

Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2014)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Campos (2014)	Ficha Limpa e a Resposta Congressional: comportamento legislativo e processo decisório	Analisar no âmbito da Câmara dos Deputados, sobre o comportamento parlamentar e sobre os processos decisórios subjacentes à tramitação do projeto de lei que culminou com a edição da Lei Complementar nº 135/2010, intitulada Lei da Ficha Limpa.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar/Processo decisório
Barros et. al (2014)	O Poder Legislativo e as políticas educacionais: a ótica cidadã sobre o contexto recente.	Analisar as percepções do público sobre a atuação do parlamento, com foco específico nas políticas educacionais.	Congresso Nacional	Políticas Públicas
Barros et. al (2014)	O discurso fundador das mídias legislativas da câmara dos deputados	Analisar os aspectos políticos do discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comunicação
Hiroi et. al. (2014)	Institutional and Partisan Sources of Legislative Conflict: The Brazilian Case	Examinar os efeitos das dimensões individuais, partidárias e institucionais de conflito legislativo sobre a duração e os resultados dos processos legislativos no Congresso brasileiro.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Paro (2014)	Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares	Investigar as Comissões Parlamentares do Congresso brasileiro sob um aspecto normativo-institucional e também empírico.	Congresso Nacional	Comissões
Zampieri (2014)	Ação dos Grupos de Pressão no Processo decisório das Comissões Permanentes no Congresso Nacional.	Em que momentos acontecem a interferência ou as tentativas de implementação de ações de influência produzidas pelos grupos de pressão nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse
Santos et. al. (2014)	Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)	Realizar um estudo descritivo para diagnosticar que grupos atuam no Legislativo.	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Lobby
Santos (2014A)	Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria	Em que medida a ação política dos grupos de pressão, em especial o lobby do setor produtivo, pode ser considerada responsável pelo sucesso na aprovação da agenda legislativa da indústria?	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/Lobby
Santos (2014B)	El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina.	Analisar em que condições os presidentes dominam a agenda legislativa na América Latina.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Prates (2014)	Caminhos decisórios de CPIs: uma descrição desde a criação até o relatório final.	Descrever os processos decisórios que levam à constituição de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como seus processos internos de decisão e produção do relatório final.	Câmara dos Deputados	Comissões/CPIs
Santana (2014)	A relação agente-principal entre deputados federais e gestores administrativos na Câmara dos Deputados.	A relação entre os Deputados Federais e os gestores administrativos da Câmara dos Deputados pode ser explicada pela teoria do agente-principal?	Câmara dos Deputados	Consultoria legislativa

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Santana (2014)	Reforma Administrativa do Poder Executivo e Ações de Modernização da Câmara dos Deputados.	Analisar as possíveis relações entre o movimento de reformas administrativas promovidas pelo Poder Executivo no aparelho do Estado, especificamente as mais recentes, e as ações adotadas no processo de modernização do Poder Legislativo, no que se refere à gestão administrativa da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Reformas administrativas
Aguiar (2014)	Os atores-chave no Processo Decisório no Âmbito das Comissões Permanentes.	Descrever os atores-chave no processo decisório no âmbito das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, a partir de uma análise de como influenciam na tomada de decisões naqueles órgãos.	Câmara dos Deputados	Comissões
Braga (2014)	A Agenda Legislativa do Governo Castelo Branco: um regime político em transição.	Analisar e descrever a agenda legislativa do governo Castelo Branco.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Weber et. al. (2014)	Legislative organization and executive success rate at the subnational level: a comparison of Brazil and Germany, 1990-2010.	Como a organização parlamentar afeta o sucesso dos governadores no Brasil e na Alemanha.	Assembleias Legislativas	Relação Executivo/Legislativo
Silame et. al. (2014)	Entre a Delegação e o Lobby: um Estudo de Caso sobre o Processo de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil.	Analisar o processo de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), tendo como pano de fundo o contexto de reforma por que passou o Estado brasileiro na década de 1990.	Congresso Nacional	Grupos de Interesse/Lobby
Carvalho (2014)	Escolas do Legislativo e a educação para a democracia	Analisar como as Escolas do Legislativo, que têm a finalidade precípua de formar, treinar e capacitar os profissionais que atuam nas Casas Legislativas, passaram a ter função difusora da educação política.	Câmara dos Deputados	Escolas do Legislativo

Questões de Pesquisa, Foco da Análise e Foco do Estudo (2015)

Autor(es)	Título	Questão de Pesquisa	Foco da Análise	Foco do Estudo
Barros et. al (2015)	Atuação Parlamentar Virtual: as estratégias dos Deputados Federais em seus Websites.	Analisar como os deputados brasileiros utilizam os sites ou páginas pessoais para sua comunicação e ação políticas.	Câmara dos Deputados	Internet
Lameirão (2015)	A Casa Civil e a gestão da coordenação política governamental no presidencialismo de coalizão brasileiro, 1995-2010.	Analisar as estruturas da presidência encarregadas de funções de natureza político parlamentar, nos mandatos de FHC e Lula.	Congresso Nacional	Presidência
Teles (2015)	Mudanças entre Partidos na Câmara dos Deputados: sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária.	Comparar as migrações interpartidárias que ocorreram na Câmara dos Deputados em um período anterior (1995 a 2006) e um período posterior (2007 a 2014) à Decisão do Tribunal Superior Eleitoral.	Câmara dos Deputados	Migração Partidária
Cunha (2015)	Emendamento de Medidas Provisórias pelo Congresso no Brasil: Congressistas pegando carona na agenda política nacional iniciada no Executivo.	O poder Legislativo é capaz de interferir na agenda política em um sistema presidencial cujo Presidente é dotado de amplos poderes Legislativos? E, caso seja capaz quais meios, em termos de normas e procedimentos são utilizados para fazê-lo e quais efeitos essa interferência traz em termos da produção legal?	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Gonzalez et. al. (2015)	Who Distributes? Presidents, Congress, Governors, and the Politics of Distribution in Argentina and Brazil.	Quais fatores afetam a política distributiva no Brasil e na Argentina.	Congresso Nacional	Federalismo
Rennó et. al. (2015)	The Changing Role of Ministers in the Legislative Agenda in Brazil.	O papel dos ministros na elaboração da agenda legislativa mudou ao longo dos tempos.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Inácio et. al. (2015)	Partidos Legislativos e Governo de Coalizão: controle horizontal das políticas públicas	O objetivo deste artigo é analisar se a delegação cruzada, de natureza compulsória, incentiva o monitoramento recíproco entre os membros da coalizão.	Câmara dos Deputados	Relação Executivo/Legislativo
Santos et. al. (2015A)	Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados.	Qual o efeito do financiamento de campanha no comportamento parlamentar?	Câmara dos Deputados	Grupos de Interesse/ Financiamento de Campanha/Comportamento Parlamentar
Santos et. al. (2015B)	Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: convergências e divergências.	Procura verificar empiricamente em que medida as controvérsias sobre a regulamentação do <i>lobby</i> se manifestam nas opiniões dos atores políticos diretamente envolvidos nas atividades no Congresso Nacional.	Congresso Nacional	Grupos de Interesse/Lobby
Santos et. al. (2015C)	Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada.	Verificar em que medida os legisladores brasileiros incorporaram questões como (transparência e <i>accountability</i>) nas inúmeras tentativas de regulamentação do <i>lobby</i> no país desde 1984.	Congresso Nacional	Grupos de Interesse/Lobby
Batista (2015)	A Conexão Ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010).	Em que medida o poder dentro do Executivo é compartilhado entre o presidente e os partidos que formam a coalizão governativa, analisando a alocação de recursos pelo Executivo Federal.	Congresso Nacional	Relação Executivo/Legislativo
Neiva et. al. (2015)	Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história.	Mapear o repertório biográfico de todos os senadores brasileiros, desde a primeira legislatura em 1826 até a última, que se iniciou em 2010.	Senado Federal	Elites políticas e suas trajetórias
Melo et. al. (2015)	A Reforma na Câmara: poderia ter sido pior	Analisar o primeiro turno da discussão e votação da reforma política na Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comportamento Parlamentar
Melo (2015)	Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras.	Explicar a variação encontrada quando se analisa o perfil, mais ou menos partidário, dos deputados.	Assembleias Legislativas	Partidos Políticos
Santos (2015)	Da Gênese ao Funcionamento de uma Comissão Permanente na Câmara dos Deputados.	Estudar a formação de uma Comissão Permanente (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência) no âmbito da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados	Comissões

Apêndice: Quadro Sociométrico 1

	Sistemas de Governo	Federalismo	Comportamento Parlamentar	Partidos Políticos	Conexão Eleitoral	Sistemas Eleitorais	Migração Partidária	Elites Políticas	Relação Executivo-Legislativo
Sistemas de Governo	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Federalismo	1	0	1	1	0	0	0	0	0
Comportamento Parlamentar	0	1	0	1	1	1	1	1	1
Partidos Políticos	0	1	1	0	0	0	1	0	0
Conexão Eleitoral	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Sistemas Eleitorais	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Migração Partidária	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Elites Políticas	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Relação Executivo-Legislativo	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Processo Legislativo	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Comissões	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Preponderância do Executivo	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Produção Legislativa	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Carreiras Políticas	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Reforma Política	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Ativismo Judicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relação Legislativo-Judiciário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo Decisório	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Grupos de Interesse/Lobby	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Campanha	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Oposições	0	0	1	0	0	0	0	0	1

	Processo Legislativo	Comissões	Preponderância do Executivo	Produção Legislativa	Carreiras Políticas	Reforma Política	Ativismo Judicial	Relação Legislativo-Judiciário
Sistemas de Governo	0	0	0	0	0	0	0	0
Federalismo	0	0	0	0	0	0	0	0
Comportamento Parlamentar	0	1	1	1	0	1	0	0
Partidos Políticos	1	0	0	0	0	0	0	0
Conexão Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0
Sistemas Eleitorais	0	0	0	0	1	0	0	0
Migração Partidária	0	0	0	0	0	0	0	0
Elites Políticas	0	0	0	0	0	0	0	0
Relação Executivo-Legislativo	1	0	0	0	0	0	0	0
Processo Legislativo	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0	0	0	0
Preponderância do Executivo	0	0	0	1	0	0	0	0
Produção Legislativa	0	0	1	0	0	0	0	0
Carreiras Políticas	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma Política	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativismo Judicial	0	0	0	0	0	0	0	1
Relação Legislativo-Judiciário	0	0	0	0	0	0	1	0
Processo Decisório	0	0	0	0	0	0	0	0
Grupos de Interesse/Lobby	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento de Campanha	0	0	0	0	0	0	0	0
Oposições	0	0	0	0	0	0	0	0

	Processo Decisório	Grupos de Interesse/Lobby	Financiamento de Campanha	Oposições
Sistemas de Governo	0	0	0	0
Federalismo	0	0	0	0
Comportamento Parlamentar	1	1	1	0
Partidos Políticos	0	0	0	0
Conexão Eleitoral	0	0	0	0
Sistemas Eleitorais	0	0	0	0
Migração Partidária	0	0	0	0
Elites Políticas	0	0	0	0
Relação Executivo-Legislativo	0	0	0	1
Processo Legislativo	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Preponderância do Executivo	0	0	0	0
Produção Legislativa	0	0	0	0
Carreiras Políticas	0	0	0	0
Reforma Política	0	0	0	0
Ativismo Judicial	0	0	0	0
Relação Legislativo-Judiciário	0	0	0	0
Processo Decisório	0	0	0	0
Grupos de Interesse/Lobby	0	0	1	0
Financiamento de Campanha	0	1	0	0
Oposições	0	0	0	0

Capítulo 3

Da Lógica de Causação aos Padrões de Explicação: teoria e metodologia nos estudos legislativos

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo identificar os padrões de explicação e a lógica de causação da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. Esse binômio causação e padrões de explicação compõe a engrenagem 1²⁵ do Modelo de Engrenagens Analíticas - MEA (Ver figura 1). A engrenagem 1 é a base do triângulo equilátero proposto por Rezende (2015). Fato que atesta o caráter estruturador da teoria para a ciência política contemporânea (KKV, 1994).

Como maneira de atingir tal objetivo o capítulo está dividido em quatro seções. A primeira, "*A Teoria como elemento estruturador na pesquisa na pesquisa social*" discute a importância da teoria para a condução de uma pesquisa social responsável metodologicamente. A seção seguinte apresenta os compromissos teóricos mais mobilizados pelos pesquisadores além de diagnosticar aspectos relacionados a integração teórica. Sob esse prisma, o Novo Institucionalismo da Escolha Racional aparece como relevante não apenas do ponto de vista quantitativo como também no estudo estrutural realizado. A terceira seção apresenta uma discussão das premissas dos estudos Legislativos no Brasil no último decênio. A quarta seção apresenta as lógicas de causação da produção analisada, como maneira de verificar o ajuste inferencial dos estudos Legislativos no Brasil. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

3.1. A teoria como elemento estruturador na pesquisa social

A teoria é o alicerce de um bom desenho de pesquisa e o caminho para a construção de uma investigação responsável metodologicamente. Assim, um bom arcabouço teórico é o guia para

²⁵ Definição: revela a importante conexão entre os elementos teóricos e os recursos metodológicos mobilizados. Ela revela sobre duas categorias relevantes: a lógica de causação e os padrões de explicação (teoria) (REZENDE, 2015).

a escolha dos métodos corretos e para construção de inferências válidas. O referencial teórico é o catalisador da construção das hipóteses, dos mecanismos causais e da explicitação conceitual mobilizados pelos pesquisadores (KKV, 1994).

Dada a importância da teoria para a pesquisa social e política problemas de má especificação teórica podem inviabilizar o trabalho do pesquisador. Questões como: endogeneidade, problemas de validação, modelos mal especificados, são exemplos de como uma teoria pode invalidar a produção do conhecimento. A importância do arcabouço teórico como elemento estruturador da pesquisa social não nos impede de atestar o caráter conjectural e transitório das diversas construções teóricas e conseqüentemente do conhecimento científico. Assim, o mesmo deve ser submetido ao constante trabalho de refutação promovido pelos pesquisadores. Dessa forma, um paradigma teórico deve ser passível de refutação e falseamento consubstanciado pela observação empírica. Só esse processo blinda teorias científicas do caráter dogmático de algumas proposições teóricas (POPPER, 2008). Assim, segundo Popper (2008) o conhecimento sobre o mundo é ampliado a partir do falseamento de proposições. O caráter conjectural do conhecimento científico é a mola propulsora de uma construção mais precisa e robusta do mesmo. Stinchcombe (1968) também atesta a importância do caráter contínuo do conhecimento científico, para o autor o trabalho de pesquisa é uma tarefa contínua e a observação sistemática das mudanças na vida social é a tarefa principal dos pesquisadores. Assim, quanto mais uma teoria "sobrevive" a essas mudanças mais robusta ela se apresenta. Com relação aos estudos Legislativos percebemos o caráter transitório e conjectural das reflexões teóricas promovidas pelos pesquisadores? Existe uma teoria que se sobrepõe as outras nas análises sobre o Poder Legislativo no Brasil? Esses pontos serão tratado na seção seguinte.

3.2. Os Estudos Legislativos e os Compromissos teóricos: transitoriedade e consolidação

A constituição da área de estudos Legislativos na ciência política brasileira é bastante recente. Se não bastasse a juventude a definição de limites com outras áreas da disciplina não são fáceis de serem estabelecidos (LIMONGI, 2010). Claramente a incorporação dos paradigmas levantados para interpretação do Legislativo norte-americano contribuiu para a consolidação da área e a ressignificação dos diagnósticos sobre o sistema político brasileiro. O

fortalecimento da área de estudos Legislativos marcou a passagem de estudos voltados para a transição democrática para os estudos voltados para o funcionamento da ordem democrática (Idem). Essa transição temática marcou a consolidação dos estudos sobre as instituições políticas brasileiras e o fortalecimento dos estudos calcados no novo institucionalismo.

Os primeiros estudos sobre o sistema político brasileiro tinham como principal referencial teórico a sociologia política, e a ênfase nos fundamentos estruturais da distribuição e do exercício poder (LIMONGI, et. al. 2016). Em linhas gerais podemos dizer que a agenda de pesquisa em política comparada foi orientada pelos estudos pautados nas transições entre regimes políticos. Os trabalhos de Linz e Stepan (1996) e de O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986) marcam fortemente essa tradição. No caso específico dos estudos sobre o sistema político brasileiro, o processo de transição democrática ocorrido em meados da década de 1980 e consubstanciado com a Constituição de 1988 marcou uma ruptura teórica e metodológica nos estudos sobre a vida política no Brasil.

Assim, a ciência política brasileira rapidamente se municiou do aparato teórico-metodológico dos estudos congressuais norte-americanos, e tratou de propor novas explicações sobre a essência de nossas instituições. Segundo Limongi (2010) a constituição dos estudos Legislativos como área de pesquisa no interior da ciência política brasileira propiciou a consolidação de alguns temas, como por exemplo, o estudo das relações entre o Executivo e o Legislativo e suas ressonâncias no comportamento dos parlamentares²⁶. Ainda segundo o autor, essa reformulação temática foi acompanhada pela afirmação do novo institucionalismo como principal arcabouço teórico, não apenas nos estudos Legislativos, como também na ciência política com um todo.

O trabalho de Santos (2009) também atesta a importância do novo institucionalismo como o principal referencial teórico dos estudos Legislativos no Brasil. Na revisão da literatura realizada pelo autor para o período de 1994 a 2005, o novo institucionalismo aparece como o paradigma mais mobilizado pelos pesquisadores do Congresso Nacional. Diante disso, é importante destacar que o paradigma institucionalista parte da premissa de que as regras do jogo político estruturam a teia de incentivos com as quais os atores interagem e fazem suas

²⁶ Os dados levados a cabo no capítulo 2 atestam a relevância atual dessas duas áreas.

escolhas. Assim, além das instituições definirem a estrutura de incentivos, penas e recompensas, elas explicam os resultados políticos, como bem destacou o trabalho de Diermeier e Krehbiel (2002). O novo institucionalismo não se formou em quanto corrente teórico-metodológica sob um único esquema conceitual. Segundo Hall e Taylor (2003) aquilo que foi chamado de maneira unívoca de Institucionalismo pode ser dividido em três vertentes: O Institucionalismo Histórico, o Institucionalismo da Escolha Racional e o Institucionalismo Sociológico²⁷. As três vertentes partem do pressuposto de que as instituições são importantes, e que em boa medida são variáveis explicativas dos diversos processos políticos. (HALL E TAYLOR, 2003).

A partir do protocolo de investigação criado para a confecção do presente trabalho foi possível mensurar o peso do novo institucionalismo e de suas três vertentes na produção nos estudos Legislativos brasileiros. Assim, além de identificar o compromisso teórico mais relevante dos trabalhos analisados, foi possível verificar a existência ou não de relações entre teorias. Os dados da tabela 6 mostram a forte presença do novo institucionalismo nos estudos Legislativos brasileiros, 106 (81%) trabalhos dos 131 analisados apresentaram como compromisso teórico mais relevante o novo institucionalismo, em suas três vertentes. O Novo Institucionalismo da Escolha Racional aparece destacado 99 dos 105 trabalhos filiados a essa vertente teórica.

²⁷ Para mais informações ver Hall e Taylor (2003).

Tabela 6: Compromisso teórico mais relevante

Foco Teórico	Contagem	%
Novo Institucionalismo	106	81%
V.S. Cultura Política	12	9%
Teoria da Administração Pública	1	1%
Teoria Política Feminista	1	1%
Teoria da lógica social do espaço	1	1%
Divulgação midiática	1	1%
Desenvolvimento urbano	1	1%
Democracia participativa	1	1%
Educação para a cidadania	1	1%
Teoria da Agência	1	1%
Gestão Pública	1	1%
Teoria democrática	1	1%
Comunicação Política	1	1%
Constitucionalismo	1	1%
Sociologia	1	1%
Total	131	100%

Fonte: Elaboração própria

Com relação aos estudos legislativos, o novo institucionalismo da escolha racional teve forte ressonância (TSEBELLIS, 1994; HALL E TAYLLOR, 2003), na medida em que analisa as instituições como “regras do jogo” e como estas formatam o cenário e a interação dos atores com o processo decisório. Dito de outra forma, as regras formais do jogo político estruturam a teia de incentivos com os quais os representantes deparam e fazem suas escolhas, com o objetivo de maximizar seus ganhos (TSEBELIS, 1990, 1998). Além de as instituições definirem a estrutura de incentivos (DIERMEIER E KREHBIEL, 2002). Assim, os resultados legislativos não se vinculam unicamente às preferências dos atores envolvidos no processo decisório; eles são também resultados dos arranjos procedimentais que estruturam os mecanismos de tomada de decisão (SHEPSLE, 1979, 1986).

Foi diagnosticado também a relação entre os compromissos, teóricos o Quadro 13 traz os trabalhos que apresentaram interação realizar tal integração.

Quadro 14: Integração teórica - Estudos Legislativos (2006-2015)

Atores(s)	Título	Compromisso teórico principal	Integração teórica
Moritz (2008)	A atuação parlamentar dos partidos de esquerda: legislando para quem e em nome de quem (1995-1999).	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política
Ferreira (2008)	Comissão de Legislação Participativa: a construção da democracia deliberacionista.	Teoria democrática	Teoria Deliberacionista e Participação
Diniz et. al. (2008)	The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Relações Internacionais
Ranincheski et. al. (2008)	Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil.	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Teoria Democrática
Silveira (2009)	O perfil do poder legislativo da capital e do estado de mato grosso (1983/2004).	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Escolha Racional
Miguel et. al. (2009)	O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados	Teoria Política Feminista	Novo Institucionalismo (Histórico), Uso de variáveis/Cultura Política, Teoria do Reconhecimento
Braga et. al. (2009)	Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria da Organização Partidária (Panebianco)
Fuks et. al. (2009)	Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Novo Institucionalismo (Histórico)
Felisbino (2009)	Atores e práticas: a produção de leis da elite parlamentar da Câmara Dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)
Vieira (2009)	O estudo do lobby no legislativo - o caso de sucesso da CDU-CD.	Desenvolvimento urbano	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)
Amorim Neto (2009)	O Brasil, Liphart e o Modelo Consensual de Democracia	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria Democrática
Müller (2011)	O papel informacional das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados 1991/1994 - 1995/1999	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política
Araújo (2011)	Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006.	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)
Melo (2011)	Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política

Continua

Pogrebinski et. al. (2011)	Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria Deliberacionista e Participativa, Novo Institucionalismo (Escolha Racional)
Lucas et. al. (2011)	A "coerência" ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política
Miranda (2012)	Executivo, Congresso e parlamentares na estrutura de delegação legislativa do Brasil republicano.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Novo Institucionalismo (Histórico)
Neiva et. al (2012)	Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os Senadores Suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria Democrática
Praça et. al (2012)	Políticas públicas e a descentralização da Assembleia Constituinte brasileira, 1987-1988.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Constitucionalismo
Diniz (2012)	O senado federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Relações Internacionais
Kerbaui (2012)	As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local.	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)
Anastasia et. al. (2012)	Caminhos, Veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política
Arabi (2013)	A Ascensão do Judiciário e a Tensão Institucional: Judicialização, Ativismo e a Reação do Poder Legislativo (PEC 33/2011).	Constitucionalismo	Teoria Democrática
Barros et. al (2014A)	O Poder Legislativo e as políticas educacionais: a ótica cidadã sobre o contexto recente.	Sociologia	Republicanismo e Teoria Crítica
Barros et. al (2014B)	O discurso fundador das mídias legislativas da câmara dos deputados.	Divulgação midiática	Sociologia
Santos (2014)	El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria Democrática
Prates (2014)	Caminhos decisórios de CPIs: uma descrição desde a criação até o relatório final.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria da Administração
Santana (2014A)	A relação agente-principal entre deputados federais e gestores administrativos na Câmara dos Deputados.	Teoria da Agência	Administração, Novo Institucionalismo
Santana (2014B)	Reforma Administrativa do Poder Executivo e Ações de Modernização da Câmara dos Deputados.	Teoria da Administração Pública	Novo Institucionalismo (Histórico)
Braga (2014)	A Agenda Legislativa do Governo Castelo Branco: um regime político em transição.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Novo Institucionalismo (Histórico)

(Continua)

Silame et. al. (2014)	Entre a Delegação e o Lobby: um Estudo de Caso sobre o Processo de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria dos grupos de Interesse
Carvalho (2014)	Escolas do Legislativo e a educação para a democracia.	Educação para a cidadania	Teoria Política Normativa
Barros et. al (2015)	Atuação Parlamentar Virtual: as estratégias dos Deputados Federais em seus Websites.	Comunicação Política	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política
Santos et. al. (2015)	Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria da Regulação
Santos et. al. (2015A)	Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: convergências e divergências.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria dos grupos de Interesse
Santos et. al. (2015B)	Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria dos grupos de Interesse
Neiva et. al. (2015)	Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história.	Uso de variáveis sociológicas/Cultura Política	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)
Santos (2015)	Da Gênese ao Funcionamento de uma Comissão Permanente na Câmara dos Deputados.	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria da departamentalização (administração)
Mancuso (2007)	O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo	Novo Institucionalismo (Escolha Racional)	Teoria dos grupos de Interesse

Fonte: Elaboração Própria

Dos 131 trabalhos analisados, 38 apresentaram algum tipo de integração teórica. Os critérios estabelecimentos para atestar a integração entre as teorias foram: (i) mobilização de diferentes teorias para execução da pesquisa; (ii) uso de variáveis nos modelos explicativos.

Diante disso, foi possível elaborar um estudo estrutural, que analogamente ao realizado no capítulo 2 tem por objetivo estudar a integração entre teorias a partir de uma perspectiva relacional. A representação gráfica da dimensão relacional (grafo 2) nos permite construir medidas e mensurar a magnitude das relações. Assim, a análise de redes sociais pode utilizar várias medidas de distância entre os vértices (pontos). Neste capítulo usaremos duas medidas para mensurar a posição relativa dos compromissos teóricos dentro da rede: a Densidade²⁸ e a Centralidade de Grau²⁹.

Como não é possível realizar comparações com outras redes, de maneira indutiva podemos dizer a densidade da rede dos Focos de Estudo é baixa não apenas pela magnitude do escore (0,163) como também pela diferença entre o N° de relações possíveis e o N° relações observadas. Isso significa que os pesquisadores pouco relacionam teorias nos estudos Legislativos brasileiros.

Tabela 7: Densidade - Compromissos Teóricos

Densidade	Focos de Estudos (relacionados)	N° de relações possíveis	N° de relações observadas
0,163	25	702	98

Fonte: Elaboração própria

A tabela 8 apresenta os Graus de Saída, ou seja, soma das interações que os atores da rede tem uns com os outros. Novo Institucionalismo da Escolha Racional apresenta 28 interações com outros compromissos teóricos. O Grau de Saída Padronizado é a representação percentual dos referidos graus. Diante disso, podemos dizer que o Novo Institucionalismo da Escolha Racional é o ator central da rede, em termos de interações, pois apresentou Grau de Saída Padronizado de 14,6%. Outra medida importante que mensura a centralização da rede é o seu Grau de Centralização de Saída. A estimativa apresentou o valor de 13%, fato que atesta a

²⁸ A densidade é uma característica fundamental da análise de redes sociais. Sua mensuração se dá pela razão entre o número de relações observadas na rede e o número de relações possíveis (LAZEGA et. al., 2014).

²⁹ A centralidade consiste no número de atores (compromissos teóricos) com os quais um ator está diretamente relacionado. Segundo Lazega (2014) a Centralidade de Grau é medida pelo número de laços, ou seja, o tamanho da rede de um ator.

centralização da Rede de Compromissos Teóricos em um ator específico, o Novo Institucionalismo da Escolha Racional. Assim, é importante destacar que esses dados caminham na esteira de outras pesquisas (LIMONGI, 2010; SANTOS, 2006; LIMONGI et. al. 2016) que atestaram a força do novo institucionalismo para ciência política contemporânea. Porém, é importante destacar que o uso de variáveis de cunho sociológico (LIPSET, 1960; LISET E ROKKAN, 1967; PUTNAM, 1996) não é residual na produção acadêmica brasileira sobre o poder Legislativo e é forte a presença dessas variáveis e consequentemente do seu arcabouço teórico conectadas com os estudos institucionais.

Tabela 8: Grau de Centralidade - Compromissos Teóricos

Compromissos Teóricos	Grau de Saída	Grau de Saída (Padronizado)³⁰
Novo Institucionalismo Escolha Racional	28	14.583
Variáveis Sociológicas/Cultura Política	15	7.813
Teoria Democrática	7	3.646
Novo Institucionalismo Histórico	7	3.646
Grupos de Interesse	5	2.604
Teoria Deliberacionista	3	1.563
Participação	3	1.563
Sociologia	3	1.563
Teoria Política Feminista	3	1.563
Teoria do Reconhecimento	3	1.563
Relações Internacionais	2	1.042
Teoria da Regulação	2	1.042
Republicanismo	2	1.042
Teoria Crítica	2	1.042
Administração	2	1.042
Constitucionalismo	2	1.042
Teoria da Organização Partidária	1	0.521
Escolha Racional	1	0.522
Divulgação Midiática	1	0.523
Administração Pública	1	0.524
Teoria Política Normativa	1	0.525
Educação	1	0.526
Comunicação	1	0.527
Desenvolvimento Urbano	1	0.528
Teoria da Agência	1	0.529

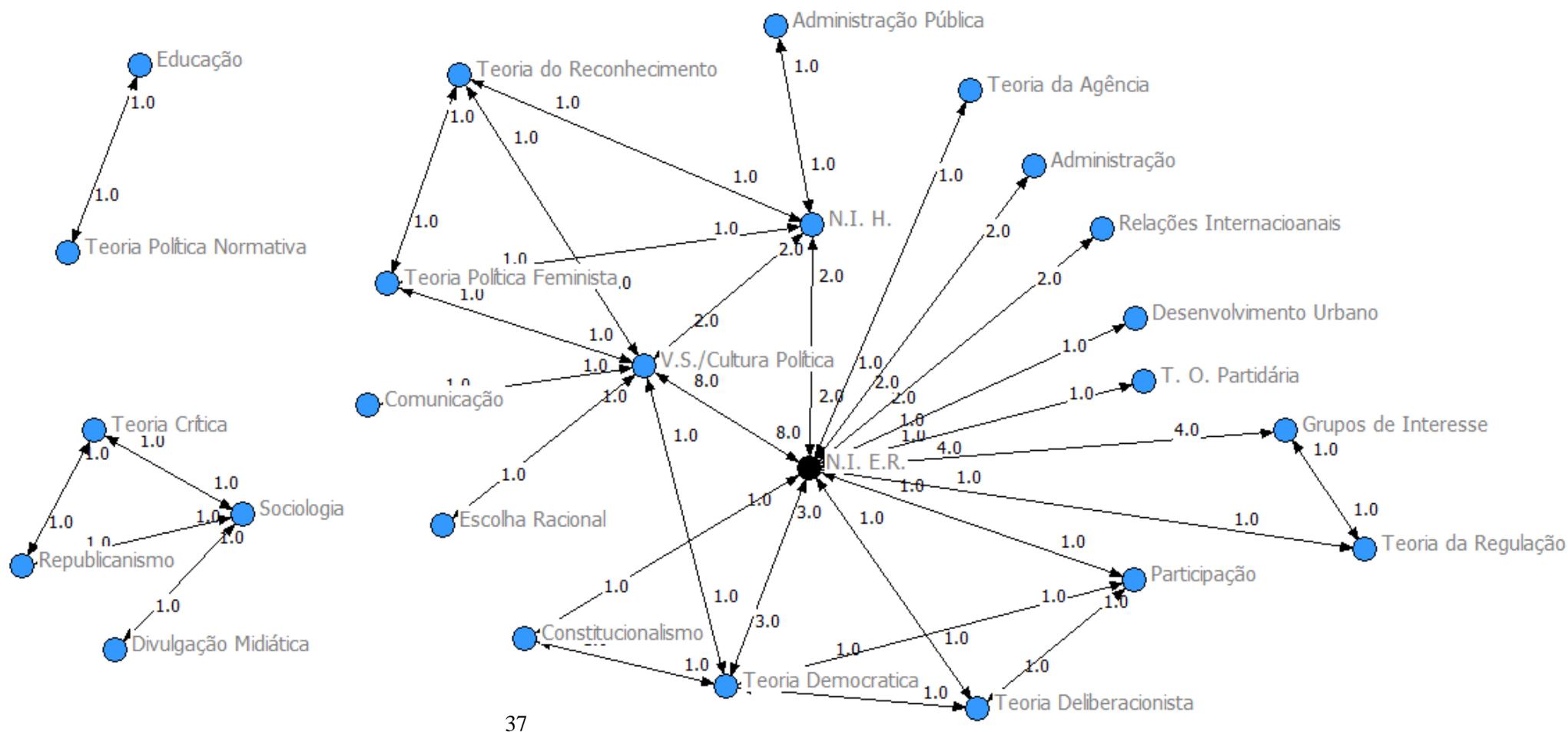
Fonte: Elaboração Própria

³⁰ A Medida Padronizada do grau de centralidade dos Focos de Estudo varia entre 0 e 1. Quanto maior o valor e um ator na rede, maior o seu grau de centralidade.

A centralidade do Novo Institucionalismo da Escolha Racional nos estudos Legislativos está diretamente ligada ao percurso teórico e metodológico realizado pela área a partir de sua consolidação na ciência política brasileira. A influência dos estudos sobre o Congresso norte-americano e a consolidação de modelos ligados ao novo institucionalismo (SANTOS, 2006) trazem a baila uma perspectiva pautada no estudo dos incentivos gerados pelas instituições sobre o comportamento dos atores políticos. A expressão reflexa dessa contribuição está nos três modelos clássicos de organização legislativa, as abordagens distributivista (MAYHEW, 1974), informacional (KREHBIEL, 1991) e partidária (COX E McCUBBINS, 1993). Ambas partem do pressuposto de que a configuração institucional afeta as preferências dos legisladores. E que os mesmos, como atores racionais que são, buscariam maximizar suas chances de reeleição.

A partir da análise do Grafo 2 que apresenta as interconexões entre as teorias, fica claro a existência a existência de três clusters. O primeiro formado por estudos relacionados a *Teoria do Reconhecimento*, *Teoria Política Feminista*, *Novo Institucionalismo Histórico*, *Cultura Política* (MIGUEL et. al., 2009; FUKS et. al., 2009) Um segundo composto por *Teoria Democrática*, *Participação*, *Teoria Deliberacionista*, (POGREBINSCHI et. al., 2011) um terceiro cluster menos robusto como por *Teoria dos Grupos de Interesse* e *Teoria da Regulação* (MANCUSO 2007; SANTOS et. al. 2015) A conexão com Novo Institucionalismo da Escolha Racional existe em todos os clusters, vide o trabalho de Pogrebinschi et. al. (2011) que conecta *Teoria Deliberacionista*, *Participação e Novo Institucionalismo da Escolha Racional*, áreas que não mantêm um permanente diálogo teórico.

Grafo 2: Interações entre os Compromissos Teóricos nos Estudos Legislativos brasileiros para o período de 2006-2015³¹



37

Fonte: Elaboração própria

³¹ A imprecisão teórica de alguns trabalhos fez com que optássemos pela apresentação das áreas do conhecimento, tais como: Desenvolvimento Urbano, Administração Pública, Administração, Relações Internacionais, Educação.

NIER = Novo Institucionalismo da Escolha Racional

NIH = Novo Institucionalismo Histórico

VS/Cultura Política = Variáveis Sociológicas/Cultura Política

TO Partidária = Teoria da Organização Partidária (Panebianco)

3.3. Os Estudos Legislativos e seus Pressupostos

Toda pesquisa parte de uma situação problema inserida em uma dimensão onde algo já é minimamente conhecido pelo pesquisador. Esse conhecimento inicial da realidade deve caminhar lado a lado com o desejo de conhecer melhor seu objeto de investigação. A junção desses dois pontos é a mola propulsora do conhecimento científico. Ampliar o conhecimento sobre os fenômenos da realidade é uma rotina para os pesquisadores e os pressupostos são um ponto importante desse processo. Eles são estabelecidos previamente ao desenvolvimento da pesquisa e estão baseados nas reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores que estudaram o tema anteriormente. Assim, os pressupostos são os alicerces teóricos e metodológicos para todas as inferências subquentes geradas pela pesquisa. Assim, os estudos legislativos se consolidaram como um campo importante de pesquisa para a ciência política contemporânea a partir de pressupostos bem definidos que orientaram os pesquisadores na consolidação da área não apenas no Brasil, como também em outras localidades.

O trabalho de Santos (2009) se preocupou em diagnosticar os pressupostos dos estudos legislativos no Brasil para o período de (1994 a 2005) o autor atestou de maneira geral a preponderância dos modelos ligados a escolha racional, ao novo institucionalismo e as teorias positivas sobre o legislativo norte-americano. Assim, o comportamento racional dos indivíduos sob o constrangimento das instituições, a premissa da reeleição e as explicações orientadas pelos modelos de explicação do legislativo norte-americano (distributivista, informacional, e partidário), foram os pressupostos principais dos estudos legislativos no período de consolidação da disciplina. A questão que surge é se esses pressupostos diagnosticados por Santos (2009) se mantiveram para o último decênio. Ou se o aumento exponencial da produção acadêmica trouxe a baila novos pressupostos para o entendimento de nossas instituições legislativas. Santos (2009) foi prodigioso no mapeamento das premissas que nortearam os estudos Legislativos no Brasil para o período (1994 a 2005) momento de surgimento e consolidação da área na ciência política brasileira. Premissas influenciadas pela literatura norte-americana como: reeleição, conexão eleitoral, estrutura das carreiras parlamentares, informação incompleta dos atores políticos e papel dos partidos políticos na arena legislativa, marcaram a produção acadêmica e foram diagnosticados por Santos (2009). Nesse período de consolidação da área e de intenso debate em torno de questões definidoras do

sistema político brasileiro, a demarcação entre os pressupostos foi bastante robusta, fato que não aconteceu para o período estudado no presente trabalho. A consolidação da disciplina e o alcance dos estudos de Figueiredo e Limongi, praticamente colocaram em um segundo plano os estudos voltados ao pressuposto da conexão eleitoral³², por exemplo. E pautaram o fortalecimento dos estudos centrados no papel dos partidos políticos e dos líderes partidos como organizadores do processo político no âmbito do Poder Legislativo.

A centralidade do Novo Institucionalismo da Escolha Racional atesta que o pressuposto da ação racional sob o constrangimento das instituições está em boa parte da produção acadêmica analisada, quando não está descrita explicitamente, ela aparece de forma implícita nas análises. Com relação ao uso das teorias sobre o congresso norte-americano, não foi possível identificar um padrão rígido dos estudos analisados. É mais correto falar em testes de hipóteses específicos sugeridos por tais teorias do que na incorporação de um modelo explicativo na íntegra. Como exemplo, podemos citar a influência dos modelos de informação incompleta, os trabalhos de Progrebinschi et. al. (2011), Santos et. al. (2011A), Santos et. al. (2011B), Santos et. al. (2011C), Santos et. al. (2011D), Santos et. al. (2011E), são exemplos de testes de hipóteses realizados sob a luz dos modelos de informação incompleta calcados na Teoria Informacional desenvolvida por Krehbiel (1991).

É importante destacar também que o pressuposto da influência dos recursos financeiros na atuação dos atores políticos vem ganhando relevância. Assim, aspectos ligados estudos dos grupos de interesse e *lobby* (SANTOS et. al. 2014; SANTOS 2014; SILAME et. al. 2014; SANTOS et. al. 2015B; SANTOS et. al. 2015B) e dos mecanismos de financiamento de campanhas (SANTOS et. al. 2015A) também ganharam relevância no período estudado e se colocam como agenda promissora para estudos futuros.

³² Apenas um trabalho se dedicou explicitamente ao estudo da conexão eleitoral, o estudo de Cervi (2009) na Assembleia Legislativa no Estado do Paraná que procurou analisar os mecanismos de interação entre as arenas Legislativa e Eleitoral no nível subnacional. Estudos sobre comportamento particularista no nível subnacional apresentaram alguma relevância (CASTRO et. al. 2009; MELO 2011; MELO 2015). Porém, a chamada agenda distributivista no âmbito nacional não apresentou a mesma relevância.

A discussão dos testes de hipóteses e suas relações com os pressupostos teóricos trazem a baila os modelos de causalção, ou seja, o entendimento da lógica inferencial por traz da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. Esse será o tema da próxima seção.

3.4. Os Estudos Legislativos e suas Lógicas de Causação

Segundo Kellstedt et. al. (2015) "*uma teoria é uma tentativa de conjecturar sobre as causas de um fenômeno de interesse*" (KELLSTEDT et. al., 2015: 29). O ponto chave da afirmação dos atores está na expressão "*conjecturar sobre as causas de um fenômeno de interesse*". Assim, muitas áreas das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas constituíram seus padrões de causalção baseados na tentativa de estabelecer relações causais entre variáveis (WOOLDRIDGE, 2014). Com relação a ciência política desde meados da década de 1990 a disciplina tem sido orientada por uma crescente preocupação com a inferência causal. Porém, segundo Rezende (*no prelo*) a inferência causal pode ser atingida por múltiplas lógicas de causalção. A expressão reflexa dessa lógica multifacetada é o Pluralismo Inferencial (Ver Capítulo 1). A presente seção tem por objetivo analisar os modelos de causalção mobilizados pelos pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil. O pluralismo Inferencial tem com pressuposto que nenhum modelo de causalção possui o monopólio legítimo da validade inferencial, e na ciência política comparada coexistem diferentes concepções e formas de pensar a causalção (REZENDE, *no prelo*).

A partir da análise dos modelos de causalção propostos pelos pesquisadores, foram verificadas as estratégias de identificação mobilizadas, além de aferir o grau de formalização das inferências realizadas nos estudos Legislativos no Brasil. O gráfico 10 apresenta a distribuição da formulação das hipóteses nos modelos de causalção. Segundo Rezende (*no prelo*)³³ existem quatro modelos de causalção: modelos covariacionais³⁴, contrafactual³⁵, experimentais³⁶ e de mecanismos causais³⁷. Dos 67 trabalhos que

³³ A reflexão do autor foi baseada em Brady (2008).

³⁴ Os modelos covariacionais assumem que as regularidades empíricas entre causas (X) e efeitos (Y) permitem auferir sobre causalção (REZENDE, 2015).

³⁵ Contrafactuais se perguntam sobre casos potencialmente similares em que a "*ausência de uma causa X conduz a ausência de um efeito Y*". O papel dos contrafactuais se amplia nos desenhos de pesquisa *small n*, situação em que é possível testar hipóteses em condições "*que simulam desenhos experimentais*" (Idem).

apresentam hipóteses 40 (59%) utilizam os modelos de causalidade covariacionais, modelos experimentais não foram utilizados pelos pesquisadores. De maneira residual foram utilizados modelos de mecanismos causais, em dois trabalhos (3%) e o modelo quase-experimental (contrafactual) (RICCI et. al., 2012) em apenas um trabalho (1%). Os trabalhos de Ferreira Junior et. al. (2012) e Santos et. al. (2014) foram enquadrados nessa lógica por terem empreendido análises de Process-Tracing e QCA em suas análises, técnicas que se coadunam com esse modelo de causalidade. É importante lembrar que o trabalho de Santos et, al. (2014) foi o único a utilizar diferentes lógicas de causalidade, além do modelo de mecanismos causais, o trabalho também se vinculou a lógica covariacional. Esse fato fez com que o trabalho fosse contado duas vezes, fato que elevou o N da tabela para 68.

A tabela 9 também traz o número de estudos que realizaram geração hipóteses e as testaram descritivamente dos 68 trabalhos, 26 (38%) trabalharam dentro dessa perspectiva.

Tabela 9: Distribuição das hipóteses por modelos causalidade

Modelos	Contagem	%
Covariacional	40	59%
Mecanismos causais	2	3%
Quase-Experimental (Contrafactual)	1	1%
<i>Inferências descritivas</i> ³⁸	26	38%
Total	69	100%

Fonte: Elaboração própria

Os dados tabela 9 atestam que majoritariamente lógica de causalidade que impera nos estudos Legislativos no Brasil é a lógica covariacional. Essa lógica empreende um nível de formalização as análises, não sem acarretar problemas de validação aos resultados. Em modelos covariacionais a propriedade "causal" está ligada a variação conjunta das variáveis. Porém, os desenhos de pesquisa devem conseguir manter outras causas do

³⁶ Nos modelos experimentais, por sua vez, a causalidade está relacionada aos controles e as formas de manipulação "inserida" pelo pesquisador. Neste sentido, considera-se como fundamental a ideia de "*no manipulation, no causation*" (Idem).

³⁷ A análise por mecanismos argumenta claramente sobre a necessidade de entender os "*componentes que dão sentido*" as conexões causais entre duas variáveis X e Y numa proposição causal sugerida por teoria. Os mecanismos representam o caminho, o processo, ou a variável interviniente pela qual um fator causal de interesse opera e afeta um dado resultado. (Idem).

³⁸ Os aspectos relacionados as inferências serão discutidos no capítulo 5.

fenômeno estudado controladas. Controle esse, de difícil realização em modelos puramente covariacionais. O próximo capítulo discutirá esses pontos de maneira mais robusta.

Considerações finais

O presente capítulo se dedicou ao estudo das lógicas de causalção e dos padrões de explicação dos estudos Legislativos no Brasil para o período de (2006 - 2015). Com relação aos padrões de explicação os dados apontaram para forte relevância do Novo Institucionalismo e mais precisamente do Novo Institucionalismo da Escolha Racional fato que se coaduna com a história da disciplina não apenas no Brasil, como também em escala mundial. Com relação aos estudos Legislativos os trabalhos de Santos (2009), Limongi (2010) e Figueiredo et. al. (2016) já haviam atestado a importância do Novo Institucionalismo com elemento estruturador do campo de estudo. Diante disso, o presente trabalho atualizou essa relevância e apresentou um elemento novo, no qual o Novo Institucionalismo se coloca como elemento central em uma rede de integração teórica. Foi atestada também a relevância das variáveis sociológicas nos desenhos de pesquisa analisados. Com relação as lógicas de causalção utilizados pelos pesquisadores para se chegar a inferência causal, os *Modelos Covariacionais* apresentaram grande relevância, fato que empreende uma certa formalização as inferências, não sem custos na validação dos resultados.

Apêndice: Quadro Sociométrico 2

	N.I. E.R.	Grupos de Interesse	V.S./Cultura Política	Teoria Democrática	Teoria Deliberacionista	Participação
N.I. E.R.	0	4	8	3	1	1
Grupos de Interesse	4	0	0	0	0	0
V.S./Cultura Política	8	0	0	1	0	0
Teoria Democrática	3	0	1	0	1	1
Teoria Deliberacionista	1	0	0	1	0	1
Participação	1	0	0	1	1	0
Relações Internacionais	2	0	0	0	0	0
Escolha Racional	0	0	1	0	0	0
Teoria Política Feminista	0	0	1	0	0	0
Teoria do Reconhecimento	0	0	1	0	0	0
T. O. Partidária	1	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Urbano	1	0	0	0	0	0
Constitucionalismo	1	0	0	1	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0
Republicanismo	0	0	0	0	0	0
Teoria Crítica	0	0	0	0	0	0
Divulgação Midiática	0	0	0	0	0	0
Administração	2	0	0	0	0	0
Teoria da Agência	1	0	0	0	0	0
Administração Pública	0	0	0	0	0	0
Teoria Política Normativa	0	0	0	0	0	0
Educação	0	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	1	0	0	0
Teoria da Regulação	1	1	0	0	0	0
N.I. H.	2	0	2	0	0	0

	Relações Internacionais	Escolha Racional	Teoria Política Feminista	Teoria do Reconhecimento	T. O. Partidária
N.I. E.R.	2	0	0	0	1
Grupos de Interesse	0	0	0	0	0
V.S./Cultura Política	0	1	1	1	0
Teoria Democrática	0	0	0	0	0
Teoria Deliberacionista	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0
Relações Internacionais	0	0	0	0	0
Escolha Racional	0	0	0	0	0
Teoria Política Feminista	0	0	0	1	0
Teoria do Reconhecimento	0	0	1	0	0
T. O. Partidária	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Urbano	0	0	0	0	0
Constitucionalismo	0	0	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0
Republicanismo	0	0	0	0	0
Teoria Crítica	0	0	0	0	0
Divulgação Midiática	0	0	0	0	0
Administração	0	0	0	0	0
Teoria da Agência	0	0	0	0	0
Administração Pública	0	0	0	0	0
Teoria Política Normativa	0	0	0	0	0
Educação	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0
Teoria da Regulação	0	0	0	0	0
N.I. H.	0	0	1	1	0

	Desenvolvimento Urbano	Constitucionalismo	Sociologia	Republicanismo	Teoria Crítica	Divulgação Midiática	Administração
N.I. E.R.	1	1	0	0	0	0	2
Grupos de Interesse	0	0	0	0	0	0	0
V.S./Cultura Política	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Democrática	0	1	0	0	0	0	0
Teoria Deliberacionista	0	0	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0	0	0
Relações Internacionais	0	0	0	0	0	0	0
Escolha Racional	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Política Feminista	0	0	0	0	0	0	0
Teoria do Reconhecimento	0	0	0	0	0	0	0
T. O. Partidária	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Urbano	0	0	0	0	0	0	0
Constitucionalismo	0	0	0	0	0	0	0
Sociologia	0	0	0	1	1	1	0
Republicanismo	0	0	1	0	1	0	0
Teoria Crítica	0	0	1	1	0	0	0
Divulgação Midiática	0	0	1	0	0	0	0
Administração	0	0	0	0	0	0	0
Teoria da Agência	0	0	0	0	0	0	0
Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Política Normativa	0	0	0	0	0	0	0
Educação	0	0	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0	0
Teoria da Regulação	0	0	0	0	0	0	0
N.I. H.	0	0	0	0	0	0	0

	Teoria da Agência	Administração Pública	Teoria Política Normativa	Educação	Comunicação	Teoria da Regulação	N.I. H.
N.I. E.R.	1	0	0	0	0	1	2
Grupos de Interesse	0	0	0	0	0	1	0
V.S./Cultura Política	0	0	0	0	1	0	2
Teoria Democrática	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Deliberacionista	0	0	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0	0	0
Relações Internacionais	0	0	0	0	0	0	0
Escolha Racional	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Política Feminista	0	0	0	0	0	0	1
Teoria do Reconhecimento	0	0	0	0	0	0	1
T. O. Partidária	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Urbano	0	0	0	0	0	0	0
Constitucionalismo	0	0	0	0	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0	0
Republicanismo	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Crítica	0	0	0	0	0	0	0
Divulgação Midiática	0	0	0	0	0	0	0
Administração	0	0	0	0	0	0	0
Teoria da Agência	0	0	0	0	0	0	0
Administração Pública	0	0	0	0	0	0	1
Teoria Política Normativa	0	0	0	1	0	0	0
Educação	0	0	1	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0	0
Teoria da Regulação	0	0	0	0	0	0	0
N.I. H.	0	1	0	0	0	0	0

Capítulo 4

Teoria e Base Empírica: operacionalização, formulação dos conceitos e estratégias de mensuração nos estudos legislativos

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo discutir e apresentar a conexão entre teoria e base empírica nos Estudos Legislativos no Brasil para o período de 2006 a 2015. A conexão entre teoria e base empírica é o cerne da Engrenagem 2 do Modelo de Engrenagens Analíticas - MEA (Ver figura 1). Segundo Rezende (2015) esta conexão releva quatro características importantes dos desenhos de pesquisa: a formação dos conceitos, as estratégias de mensuração, a geração das hipóteses e os modelos utilizados na pesquisa. Para atingir tal objetivo o presente capítulo apresenta além desta introdução, quatro seções. A primeira discute a importância dos conceitos de validade e confiabilidade para a pesquisa em ciência política. A segunda seção apresenta o aparato conceitual mobilizado pelos pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil. A seção três apresenta as variáveis dependentes e independentes utilizadas pelos pesquisadores e suas respectivas operacionalizações. A última promove uma discussão sobre a geração das hipóteses e os modelos utilizados nos estudos Legislativos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

4.1. A Importância da Aderência dos Conceitos a Base Empírica: validade e confiabilidade

Os conceitos de confiabilidade e validade são a mola mestra para a construção de inferências válidas na pesquisa social. A ciência política contemporânea deve se preocupar não apenas em conceber estudos confiáveis, como também pela busca da validade. Assim, uma medida é confiável *"na medida em que é replicável e consistente; isto é, quando a aplicação das mesmas regras de mensuração para os mesmos casos ou observações produz resultados idênticos"* (KELLSTEDT et. al., 2015: 122). Já a validade *"representa acuradamente o conceito que supostamente mede"* (Idem: 123)

Diante disso, pesquisadores metodologicamente conscientes tem que estar atentos a esses pressupostos. O trabalho de Sartori (1970) apresenta uma chave analítica importante para a abordagem conceitual, para o autor os conceitos são “*recipientes de informação*” e que a maneira como são elaborados influenciará as observações e as interpretações do objeto analisado. Os pesquisadores devem se distanciar ao máximo daquilo que Sartori (1970) chama de estiramento conceitual, pois o mesmo dificulta o mapeamento das mudanças e os diferentes contextos em análise.

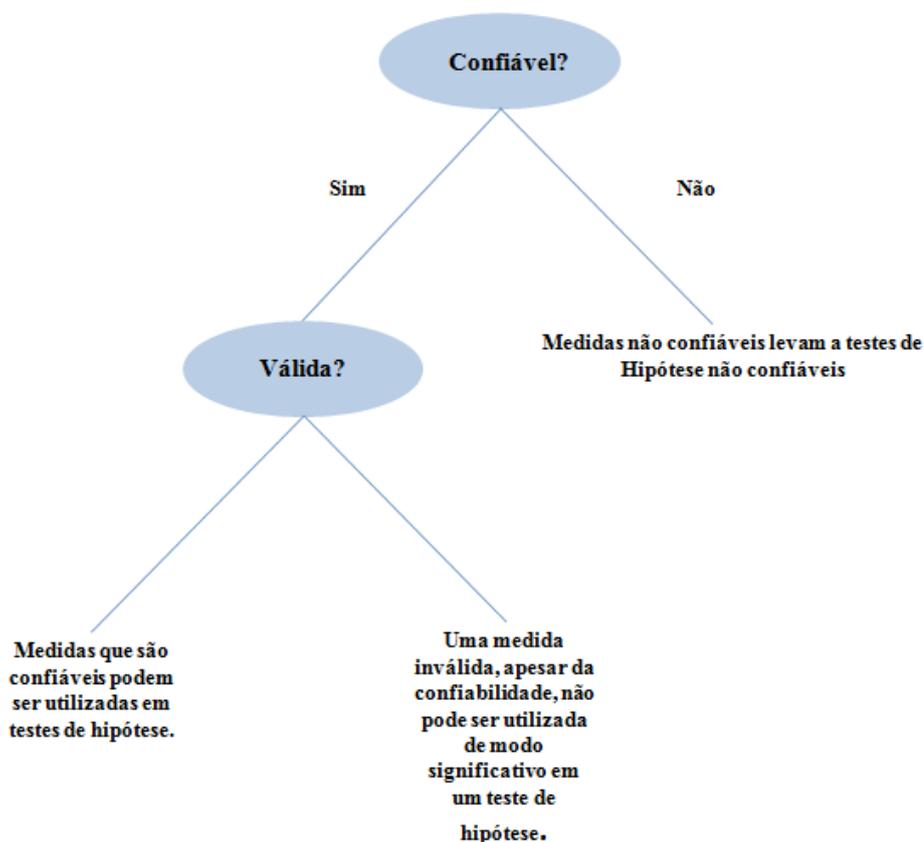
Com o objetivo de atingir a validade conceitual de maneira mais efetiva, Adcock e Collier (2001) propõem uma divisão do problema de pesquisa, divisão esta marcada por quatro pontos: (i) background conceitual (abordagem mais geral do conceito); (ii) sistematização conceitual; (iii) construção de indicadores e por último, (iv) os resultados. Segundo os autores a construção da validade está na relação entre as etapas. Ou seja, os resultados alcançados devem se relacionar com os indicadores e estes com os conceitos sistematizados (abordagem ascendente). Dito de outra maneira, a validade de conteúdo é alcançada a partir da correta especificação do conceito e sua relação com o que se quer medir (ADCOCK E COLLIER, 2001).

É importante salientar que mensuração é um "problema" de todas as ciências, das físicas, como por exemplo, a química, às ciências sociais como a economia, a ciência política, a sociologia ou a psicologia. Nas ciências físicas a instrumentalização é a forma utilizada para a resolução do problema da mensuração, como por exemplo, mensurar a quantidade de luz emitida por uma estrela. Já nas ciências sociais pelo fato de estarem em constante desenvolvimento e terem como objeto os seres humanos, individualmente ou no agregado, é raro o consenso científico sobre como mensurar importantes conceitos (KELLSTEDT et. al., 2015). Com relação a ciência política o passo mais importante na mensuração de um fenômeno é ter clareza do conceito que se quer mensurar. Assim, a melhor medida do que estamos querendo estudar está diretamente relacionada aos objetivos teóricos da pesquisa (Idem). Daí a importância de conceitos como confiabilidade e validade para a pesquisa social.

Diante disso, é possível ter uma medida válida, mas não confiável? E é possível ter uma medida confiável mas inválida? Kellstedt et. al. (2015) afirmam que do ponto de vista abstrato

e teórico é possível ter medidas válidas e não confiáveis e vice e versa. Porém, se o objetivo da ciência política contemporânea é mensurar conceitos com o objetivo de avaliar teorias causais, os autores acreditam que, *"em termos práticos, qualquer medida concebível que seja confiável mas inválida não será útil na avaliação de teorias causais"* (KELLSTEDT et. al., 2015: 125). A figura 5 elaborada pelos autores apresenta a relação entre validade e confiabilidade, assim fica claro que se uma medida não é confiável, faz pouco sentido avaliar sua validade. E se uma medida é confiável apenas a confirmação de sua validade irá subsidiar a avaliação de teorias causais.

Figura 2: Confiabilidade, validade e teste de hipóteses



4.2. Os Estudos Legislativos e o aparato conceitual

A caracterização do Legislativo brasileiro e a natureza da sua relação com o Poder Executivo marcaram os debates sobre nossas instituições legislativas. E sob a influência do novo institucionalismo da escolha racional, os estudos sobre o Congresso Nacional e

especificamente sobre a Câmara dos Deputados se desdobram em duas perspectivas: uma primeira marcada pela perspectiva distributivista onde os temas da debilidade institucional e da governabilidade eram questões latentes. E uma segunda onde foram construídos modelos mais próximos à perspectiva partidária e à teoria do governo partidário (FIGUEIREDO E SANTOS, 2016).

A abordagem distributivista trouxe a tona conceitos como presidencialismo e voto proporcional é a difícil compatibilização entre os termos (ABRANCHES, 1988; MAINWARING, 1993A, 1993B; MAINWARING E LINAN, 1997). Além de conceitos como o voto personalizado e sua relação com o sistema proporcional de lista aberta (CAREY E SHUGART, 1994). A perspectiva distributivista trouxe a tona conceitos como, o voto personalizado, políticas públicas particularistas (*Pork Barrel*), sistemas eleitorais e lista aberta proporcional. Assim, esses conceitos orientaram boa parte da produção do conhecimento sobre o Legislativo brasileiro nos primeiros anos de consolidação da área (AMES, 2003; CARVALHO 2003; PEREIRA E MULHER, 2002; SAMUELS, 2003).

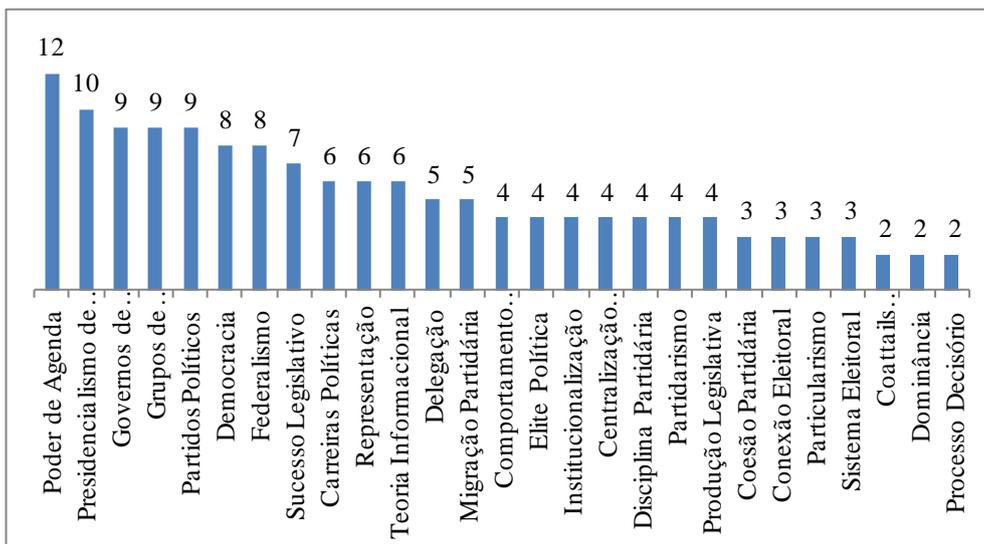
A crítica a perspectiva distributivista se consolidou a partir dos estudos vinculados ao comportamento parlamentar na arena legislativa. A primeira geração de estudos (distributivistas) assumia que o comportamento dos atores políticos nas eleições era reproduzido no interior do Legislativo. Segundo Figueiredo et. al. (2016) essas análises são desprovidas de análise sistemática dos dados e de reflexão teórica. O fortalecimento da perspectiva partidária veio na esteira da crítica a essa perspectiva. Assim, todo o debate em torno da questão da governabilidade e da debilidade institucional foi ressignificado. Os cientistas políticos passaram a trabalhar cada vez com conceitos como: Centralização Decisória, Poder de Agenda, Disciplina Partidária, Partidarismo, Líderes Partidários, Governos de Coalizão (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999, 2000, 2007)

O estudo dos conceitos utilizados pelos pesquisadores do Poder legislativo no Brasil, diz muito sobre os caminhos teórico-metodológicos tomados pela área. O protocolo de investigação elaborado para execução do presente trabalho propiciou o levantamento dos principais conceitos utilizados pelos pesquisadores. Através da análise desses conceitos

podemos fazer reflexões sobre qual caminho teórico e quais opções metodologias os estudos do Legislativo tomaram no Brasil no último decênio³⁹.

O gráfico 8 apresenta o quantitativo dos conceitos mais mobilizados pelos pesquisadores no período analisado. Os conceitos de Poder de Agenda, Presidencialismo de Coalizão, Grupos de Interesse/*Lobby*, Partidos Políticos e Governos de Coalizão foram os mais mobilizados pelos pesquisadores. Esses dados demonstram a forte influência da obra de Figueiredo e Limongi nos estudos Legislativos brasileiros. Além de apontar para o fortalecimento da área ligada ao estudo dos Grupos de Interesse/*Lobby*. Outro ponto é presença marcante dos modelos de informação incompleta, pautados na Teoria Informacional (KREHBIEL,1991).

Gráfico 14: Conceitos mais utilizados nos Estudos Legislativos (2006-2015)



Fonte: Elaboração própria

³⁹ O trato dos conceitos mobilizados pela produção acadêmica levou em consideração se o desenho de pesquisa estabeleceu uma definição formal dos conceitos utilizados nos trabalhos.

Figura 3: Nuvem de Palavras - Conceitos



Fonte: Elaboração própria

4.3. Estudos Legislativos no Brasil: a operacionalização das variáveis e os testes de hipótese.

O estudo dos fenômenos políticos exige dos cientistas políticos procedimentos teórico-metodológicos para organizar as dimensões de seu interesse. A transformação dos conceitos em variáveis é um exemplo importante desse exercício realizado pelos pesquisadores interessados no estudo da política. Assim, *"o nome de uma variável é uma descrição do que essa variável é, e o valor de uma variável, são os valores que uma variável pode assumir"* (KELLSTEDT et. al., 2015: 33). O nome e os valores assumidos por uma determinada variável estão diretamente ligados a sua mensuração, que pode ser entendida pelo processo no qual os conceitos abstratos são transformados em observações do mundo real (KELLSTEDT et. al., 2015). Com relação aos estudos legislativos foi possível diagnosticar as variáveis (dependentes e independentes) mobilizadas pelos pesquisadores ao longo do período estudado.

Antes de iniciarmos o processo de verificação das variáveis e suas respectivas operacionalizações. Optou-se por vincular a produção acadêmica a um Foco de Estudo único. Esse vínculo foi estabelecido a partir dos objetivos apontados pelos pesquisadores ao longo dos textos. Os dados da tabela 9 trazem o número de estudos vinculados ao seu Foco de Estudo principal. Como dito no capítulo 2 os focos Relação Executivo/Legislativo e Comportamento Parlamentar apresentaram destaque 64 trabalhos, 50% da produção acadêmica analisada apresentou como foco principal de estudo os dois temas. Comissões, Grupos de Interesse/*Lobby*, Processo Legislativo, Migração Partidária e Partidos Políticos também apresentaram certa relevância. Acredita-se que a análise da operacionalização das variáveis por Foco de Estudo nós dará um cenário do quanto, determinados conceitos e

variáveis estão cristalizados dentro dos estudos Legislativos e de suas determinadas áreas e dimensões de estudo. Os quadros abaixo apresentam os estudos, suas variáveis dependentes e independentes com suas respectivas operacionalizações.

Tabela 10: Foco de Estudo Principal

Foco de Estudo	Contagem	%
Relação Executivo/Legislativo	33	25%
Comportamento Parlamentar	32	25%
Comissões	11	8%
Grupos de Interesse/Lobby	9	6%
Carreiras Políticas	5	4%
Migração Partidária	5	4%
Elites políticas e suas Trajetórias	4	3%
Partidos Políticos	4	3%
Processo legislativo	4	3%
Recrutamento Político	3	2%
Oposições	3	2%
Eleições e Sistemas Eleitorais	2	2%
Opinião Pública	2	2%
Ativismo Judicial	1	1%
Comunicação	1	1%
Consultoria legislativa	1	1%
Escolas do Legislativo	1	1%
Federalismo	1	1%
Formatação Institucional	1	1%
Gestão Estratégica	1	1%
Internet	1	1%
Orçamento	1	1%
Políticas Públicas	1	1%
Presidência	1	1%
Produção Legislativa	1	1%
Reformas administrativas	1	1%
Sistemas de Governo	1	1%
Total	130	100%

Fonte: Elaboração própria

O quadro 15 apresenta os resultados para o Foco de Estudo Relação Executivo/Legislativo, que se colocou como dimensão importante na construção dos estudos Legislativos no Brasil. O estudo da relação entre os dois poderes foi um ponto de distinção entre os estudos Legislativos realizados no Brasil e os norte-americanos (FIGUEIREDO E SANTOS, 2016). No caso da produção acadêmica norte-americana o

Executivo se constituiu como um ator amorfo nas análises produzidas. Já no Brasil o poder central se constituiu como ator protagonista das análises fato que ressignificou a produção acadêmica sobre o sistema político brasileiro (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999).

A dimensão do sucesso Legislativo do Executivo recebeu atenção da maioria dos pesquisadores, os trabalhos de Lemos et. al. (2007), Figueiredo et. al. (2007), Diniz et, al. (2008), Montero et. al. (2009A), Limongi et. al. (2009), Pereira et. al. (2009), Saiegh (2009), Montero et. al. (2009B), Santos et. al. (2011A), Santos et. al. (2011A), Santos et. al. (2011B), Nunes (2013), são exemplos de como esse tema se tornou relevante para a área no último decênio. As formas de mensuração dessa variável variaram deste a duração dos processos de aprovação das autoridades (LEMOS et. al., 2007). Até formas de mensuração mais canônicas como a Taxa de Sucesso (MONTERO et. al., 2009A).

A formação de governos de coalizão também foi um ponto muito abordado pelos pesquisadores não apenas no nível nacional (INÁCIO et. al. 2015), como também no nível subnacional, em especial nos estados da federação (NUNES, 2011). Claramente o que marcar o paradigma do estudo da Relação Executivo/Legislativo no Brasil é força das variáveis institucionais, em especial os poderes de agenda de chefe do Executivo, algo que marcou a gênese do campo e o acompanha até a atualidade. Os modelos de informação incompleta também apresentaram uma relevância interessante, os trabalhos de Santos et. al. (2011A), Santos et. al. (2011B), Santos et. al. (2011C) trazem a baila o modelo informacional (KREHBIEL, 1991) e o trabalhos de Saiegh (2009) que não se filia claramente a essa perspectiva teórica, mas discute o pressuposto da incerteza na relação Executivo/Legislativo em perspectiva comparada.

Quadro 15: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Relação Executivo/Legislativo

Artigo	Variável Dependente	Operacionalização	Variável Independente	Operacionalização
Figueiredo et. al. (2007)	Desempenho legislativo do Executivo	Sucesso, Dominância, Tempo de tramitação das propostas, Coesão (índice de rice e índice de semelhança)	Variáveis institucionais	Centralização do processo decisório
Inácio (2007)	A posição estratégica da Câmara dos Deputados no processo legislativo	Processo legislativo (Fluxo das Medidas Provisórias e Casa iniciadora dos projetos do Executivo)	Variáveis institucionais	Processo legislativo
Diniz et. al. (2008)	Mensagens enviadas pelo Executivo referentes acordos internacionais	Total de Atos Internacionais enviados a Câmara dos Deputados (Projetos de Decretos Legislativos). E estudo qualitativo de atos onde os parlamentares se fizeram aparecer.	Formatação institucional (Constituição 1988 e Regimento Interno da Câmara dos Deputados).	Prerrogativas institucionais para a edição e aprovação do Atos Internacionais
Inácio et. al. (2009)	Vínculo partidário dos deputados	Índice "disposição partidária do deputado"	Microfundamentos do comportamento partidário	Distância ideológica intrapartidária, Distância ideológica do deputado/presidente, Peso Parlamentar do Partido, Tempo de militância no partido.
Montero et. al. (2009)	Quantidade de leis aprovadas	Taxa de aprovação legislativa	Variáveis políticas	Número efetivo de partidos, Maioria legislativa, Polarização, Formação coalizão
Limongi et. al. (2009)	A agenda do governo	Composição das comissões, das relatorias setoriais e dos ministérios	Processo orçamentário	Alocação de recursos destinados a investimentos
Amorim Neto (2009)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Pereira et. al. (2009)	O escândalo do mensalão	Participação no escândalo	Restrições institucionais e estratégias políticas	Concentração eleitoral, Exposição na mídia, Idade do legislador, Média de emendas orçamentárias, Média de apropriação orçamentária, Número de projetos apresentados, Financiamento de campanha pelo partido.
Saiegh (2009)	Sucesso Legislativo do Executivo	Pontuação resumida para chefes do Executivo individuais. (propostas aprovadas pela propostas enviadas).	Distribuição partidária no Legislativo	Diferença entre o número médio de representantes do partido do chefe do Executivo e a parcela real de representantes do partido do chefe do Executivo
Montero et. al. (2009)	Sucesso Legislativo do Executivo	Número de iniciativas por quantidade de matérias aprovadas.	Variáveis Políticas, Institucionais e Ciclo Eleitoral	Índice de Poder Institucional (IPIL), Maiorias Legislativas, Fragmentação Partidária, Formação de Coalizões, Polarização, Coerência Ideológica, Ciclo Eleitoral
Lemos et. al. (2007)	Aprovação de autoridades pelas Câmaras Altas	Duração dos processos de aprovação das autoridades	Maioria, Mandato e Variáveis Institucionais (regras internas)	O presidente tem maioria no Senado, Primeiro ou segundo mandato presidencial e Regras para a aprovação de autoridades

(Continua)

Artigo	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Melo et. al. (2009)	Distribuição de preferências dos atores políticos	Atitudes e opiniões dos deputados	Ideologia	Distribuição espacial no espectro ideológico
Grohmann (2009)	Relação Executivo/Legislativo e a Estrutura institucional dos legislativos subnacionais	Poder de agenda, atribuição e órgãos de fiscalização, tempo de mandato, tamanho das câmaras legislativas, número de câmaras, colégios de líderes, mesas centralizadoras, privilégios às lideranças.	Federalismo	Estrutura federativa
Bonvecchi (2010)	Controle orçamentário do Legislativo sobre o Executivo.	Proporção de casos submetidos ao controle técnico ou ao controle político nos países analisados.	Regime Político	Tipos de presidencialismo: majoritário, coalizão e plurarista (três dimensões: competição, carreira e coesão).
Nunes (2011)	A formação de governos de coalizão nos estados analisados	Composição das coalizões	Variáveis institucionais e contextuais	Competição, Fragmentação partidária (NEP), Força dos líderes
Santos et. al. (2011A)	O uso dos requerimentos de urgência para projetos do Executivo	Taxa de não consenso	Existência de cartel de agenda legislativo	Existência de cartel de agenda legislativo - Amorim Neto, Cox e McCubbins (2008)
Santos et. al. (2011B)	O uso das medidas provisórias pelos presidentes brasileiros	Uso de MPs versus o uso de PLs	Complexidade da política pública proposta	Número de artigos da proposição legislativa
Santos et. al. (2011C)	A aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul	Tramitação e aprovação da proposta no Senado	Incerteza dos Senadores quanto a consequência da entrada da Venezuela	Distância entre as preferências do Executivo e do legislador mediano
Nunes (2012)	Estratégias para obter apoio no legislativo	Survey: (1) Como o governador negocia com o legislador?. (2) Quais os recursos usados pelo governador para obter apoio legislativo.	Constituency concentrada e dispersa, Partido Centralizado, Ideologia	Perfil da constituency, Poder dos Líderes Partidários, (dados do survey), escala ideológica.
Miranda (2012)	Delegação ao Executivo e Controle do Legislativo	Poder de agenda e Centralização do processo decisório	Constituições Republicanas e Regimentos Internos	Histórico das Constituições e Regimento Interno 1989
Gontijo (2012)	Reformas da Previdência dos governos FHC e Lula.	Mudança institucional nas duas reformas em perspectiva comparada.	Poder de Agenda do presidente e estratégias adotadas nos dois processos.	Coalizão de apoio (Nº de deputados), Característica das reformas, Apoio social
Ricci et. al. (2012)	Edição de Medidas Provisórias (MPs)	Total de MPs editadas pelos governadores	Formatação Institucional (Federalismo)	NA

(Continua)

Artigo	Variáveis Dependentes	Mensuração	Variáveis Independentes	Operacionalização
Tomio et. al. (2012)	Proposição e aprovação dos projetos de leis estaduais.	Dominância do Executivo, Sucesso do Executivo e Sucesso do Legislativo	Variáveis institucionais	Poder de Agenda
Kerbauy (2012)	Diferenças entre as percepções dos vereadores de São Paulo e Santa Catarina com relação aos respectivos Poderes Executivos	Percepção dos vereadores (Relação Executivo-Legislativo e Formulação de Políticas Públicas)	Tamanho dos municípios e o grau de urbanização	População, Taxa de Urbanização e Eleitorado.
Nunes (2013)	Sucesso legislativo dos governadores	Índice de sucesso legislativo (Soma positiva)	Variáveis institucionais e contextuais	Taxa de Coalescência Estadual Ponderada, Contiguidade Ideológica, Contingente Legislativo, Decurso de Mandato e Ativos Institucionais.
Hiroi et. al. (2014)	Conflito Legislativo	Tempo de tramitação e tipo de decisão.	Variáveis individuais, partidárias e institucionais	Heterogeneidade de preferências, Força Legislativa do Governo, Incongruência Bicameral, Proposta do Executivo, Proposta Judicial, Supermaioria, Maioria Absoluta.
Santos (2014)	Sucesso legislativo em proposições de interesse do setor industrial	Taxa de sucesso em matérias de interesse para o setor industrial	Intensidade de <i>Lobby</i> e Variáveis institucionais	Lobby corporativo, Lobby pluralista, Outros Grupos, Tramitação, Convertida em lei.
Braga (2014)	A agenda legislativo no governo Castelo Branco	Taxa de sucesso e prazo de tramitação da matéria.	Variáveis institucionais	Poder de Agenda e Mudança Institucional
Weber et. al. (2014)	Sucesso legislativo dos governadores	Taxa de sucesso	Variáveis institucionais	Índice de centralização legislativa
Cunha (2015)	Os projetos de lei de conversão	Total de projetos de lei de conversão	Variáveis políticas e institucionais	Status do relator em relação ao governo, Rito de tramitação, Veto aos PVLs
Rennó et. al. (2015)	A formulação da agenda	Total de proposições legislativas do executivo	A atuação dos ministros	Coautoria ministerial
Inácio et. al. (2015)	Monitoramento dos membros da coalizão	Tipo de controle horizontal (Partidário, Coalizacional, Adversarial)	Condições de participação do partido do ministro na coalizão e características das Comissões Permanentes	Bônus ministerial, características das comissões permanentes
Batista (2015)	Alocação das emendas parlamentares ao orçamento federal	Execução ou não execução das emendas parlamentares	Pertencimento a coalizão	Partido Presidente, Partido Coalizão, Partido Fora Coalizão, Ministério

Fonte: Elaboração própria

O quadro 16 apresenta os dados de mensuração das variáveis dependentes e independentes para o Foco de Estudo Comportamento Parlamentar. Algumas dimensões se colocaram de maneira mais latente. O comportamento parlamentar mensurado através das votações nominais é um exemplo e ainda se coloca de maneira robusta (ARRETCHE, 2007; CHEIBUB et. al., 2009; DANTAS, 2009; CARREIRÃO et. al.; 2009; NEIVA, 2011; NEIVA et. al., 2013). Porém, uma análise mais detida do quadro demonstra que a literatura especializada procurou captar o comportamento parlamentar de outras formas. O estudo do comportamento parlamentar através das atitudes, opiniões e percepções dos parlamentares ganhou força trabalhos como Castro et. al. (2009), Araújo et. al. (2009), Zucco Jr. (2011), Lucas et. al. (2011), Power (2011), Inácio (2011), Lemos et. al. (2011). A atuação legislativa dos parlamentares também recebeu atenção dos pesquisadores como força de aferir o comportamento parlamentar (CERVI; 2009; GOMES et. al.; 2009; FELISBINO; 2009); POGREBINSCHI et. al..2011; MELO et. al., 2015). Esse caráter multifacetado de mensuração do comportamento parlamentar mostra que os pesquisadores estão atentos as diversas formas de atuação da nossa elite política.

Quadro 16: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Comportamento Parlamentar

Artigo	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Arretche (2007)	Comportamento parlamentar em votações nominais	(1) Índice de Rice da bancada estadual, (2) Congruência entre o voto dos deputados e a recomendação do líder, (3) Partido do governador, (4) Partido do presidente	Regras institucionais para mudar o <i>status quo</i> .	Formação institucional: maiorias para mudar o <i>status quo</i> e poder de agenda na arena legislativa.
Ranincheski et. al. (2008)	Os discursos dos parlamentares do PT e PSDB relacionados a democracia.	Total dos discursos realizados dos deputados do PT e do PSDB relacionados a democracia.	Os partidos políticos	Formação histórica dos partidos políticos
Cheibub et. al. (2009)	Comportamento parlamentar em votações nominais.	Disciplina Partidária (Congruência entre o voto dos deputados e a Recomendação do governo), Índice de Rice da bancada estaduais e votações nominais	Força dos interesses estaduais.	Coalizão de Governo, Estado Opositor, Participação da Bancada estadual no governo federal, Participação da Bancada no Partido do Governador, Tamanho da Bancada.
Cervi (2009)	Votação dos deputados paranaenses	Total de votos em 2002 e Percentual de votos regionais em 2002	Produção legislativa	Percentual de projetos de abrangência restrita, Percentual de projetos aprovados e rejeitados
Gomes et. al. (2009)	A tramitação e a aprovação dos PL, em especial os da saúde.	Total de PL apresentados e aprovados (geral e saúde). Classificação temática dos PL área de saúde. E tempo em dias da tramitação dos PL.	Poder de agenda do Executivo	Capacidade institucional do Executivo pautar a agenda do Legislativo
Dantas (2009)	Comportamento parlamentar em votações nominais	Percentual de deputados que se posicionam com a maioria do partido, percentual de deputados que seguem suas lideranças	A migração partidária dos deputados da ALESP	Número de deputados migrantes
Brod (2009)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Miguel et. al. (2009)	A área de política ao qual o discurso do parlamentar se refere.	Categorização dos discursos em <i>Hard Politics</i> , <i>Middle Politics</i> , <i>Soft Politics</i>	Gênero	Masculino e Feminino
Castro et. al. (2009)	Grau de particularismo dos deputados	Índice de particularismo	1) Competição Política e 2) Posicionamento Ideológico, Tipo de Apoiadores Consistentes, Tipo de Base Eleitoral	1) Índice de Competição Eleitoral e Legislativa e 2) Posicionamento Ideológico (posicionamento), os demais indicadores também foram construídos a partir de perguntas do survey
Lima (2009)	A proatividade dos parlamentares na Comissão de Seguridade Social e Família.	Dominância dos deputados na comissão e as poucas alterações do plenário as diretrizes da mesma.	A atuação do Executivo no interior das comissões	Baixa dominância do Executivo na comissão e as poucas modificações do plenário as diretrizes da mesma.
Felisbino (2009)	Produção legal realizada pela elite parlamentar da Câmara dos Deputados.	Sucesso da elite parlamentar em aprovar leis na Câmara dos Deputados.	Pertencer a elite parlamentar da Câmara dos Deputados.	Ocupar postos institucionais no interior da casa

(Continua)

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Carreirão et. al. (2009)	Disciplina Partidária (Coesão)	Encaminhamento dos líderes em votações nominais e percentual de deputados que votam da mesma maneira	Organização interna dos trabalhos legislativos	Regimento Interno: Poderes de Agenda
Araújo et. al. (2009)	Comportamento parlamentar	Opiniões e atitudes dos parlamentares	Variáveis institucionais	Organização do Estado, Sistema Eleitoral, Sistema Partidário, Organização do processo legislativo
Côrtes (2010)	A dinâmica dos trabalhos na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados	Quantitativo de requerimentos e reuniões realizadas pela Comissão de Minas e Energia	Prerrogativas institucionais da Comissão e composição partidária (governo/oposição)	Requerimentos de urgência solicitados pelo governo e pela oposição
Neiva (2011)	Disciplina (coesão) dos Senados nas votações nominais	Índice de Rice	Tamanho do Senado, Tamanho do Mandato, Perfil político dos Senadores, Regras Internas	Não há mensuração
Pogrebinschi et. al. (2011)	A produção legislativa do Congresso Nacional no período de 1988 a 2009	A Produção legislativa resultante das diretrizes das conferências	As diretrizes das Conferências Nacionais de Políticas Públicas	Diretrizes vinculadas prioritariamente a formulação de políticas públicas
Santos et. al. (2011)	A seleção de relatores para as comissões da Câmara dos Deputados	Número de designações para as relatorias	Viés do deputado em relação à preferência do cartel	Distância entre a ideologia do Cartel e do partido do deputado
Zucco Jr. (2011)	Comportamento parlamento	Autoclassificação declarada de cada legislador e comportamento em votações nominais	Ideologia e Governismo	Escala ordinal de respostas em relação ao sistema econômico preferível e Governo-Oposição
Lucas et. al. (2011)	Coerência ideológica	Posições relativas dos partidos (deputados) no espaço ideológico	Respostas dos deputados ao survey	Variáveis que excederam o ponto de corte das estruturas canônicas
Power (2011)	Orientação geral dos parlamentares com relação ao Presidencialismo de Coalizão	Índice (PRESKOAL) baseado no Survey	Preferências institucionais (parlamentarismo, presidencialismo) e experiências políticas anteriores	Parlamentarista, Governista, Ex-formador de coalizão
Inácio (2011)	Engajamento Parlamentar	Perguntas atitudinais e comportamentais - três dimensões: pork barrel, intermediação de demandas, ativismo legislativo	Vínculo partidário	Orientação do partido (indivíduo ou partido) e Decisão de voto (região ou partido) - Survey
Lemos et. al. (2011)	Comportamento parlamentar tendo como referência a conexão eleitoral	Opinião dos parlamentares com relação a essência do comportamento legislativo e o papel dos partidos políticos	Variáveis institucionais	Sistema Eleitoral e Organização interna do parlamento

(Continua)

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Ames et. al. (2011)	Alocação de políticas localistas pelos parlamentares	Preferência de atuação do parlamentar (auxiliar do município, apresentar projetos de lei, ajudar o eleitor diretamente)	Características socioeconômicas e da competição política de Juiz de Fora e Caxias do Sul	Escolarização, Receitas, Despesas e Número efetivo de candidatos
Sugiyama (2011)	Percepção dos parlamentares sobre o impacto eleitoral do Bolsa Família	Frequência das percepção dos parlamentares	O programa Bolsa Família	O programa Bolsa Família
Soares (2012)	A aprovação da PEC da reeleição	Votos favoráveis a aprovação da emenda da reeleição.	Condicionantes do comportamento parlamentar	Coalizão do Governo Federal, Apoio ao Governador, Migração do Deputado, Espectro Ideológico, Situação do Deputado.
Melo et. al. (2012)	Disciplina partidária na Câmara e no Senado.	Índice de Rice, Índice de Disciplina I (líder) e Índice de Disciplina II (faltas).	Regras Internas e Sistema Eleitoral	Distribuição dos poderes de agenda e veto, Diferença nos sistemas eleitorais
Neiva et. al (2012)	Comportamento parlamentar dos Senadores em votações nominais	Voto em relação a vontade do governo (1) favorável e (0) desfavorável	Perfil dos Senadores titulares e suplentes	Profissão, Carreira Política e Atuação Parlamentar
Diniz (2012)	As deliberações dos Atos Internacional pelo Senado Federal	Total de Atos Internacionais enviados para o Senado Federal. E 4 estudos de caso de Atos Internacionais	Crenças e valores a disposição dos senadores para deliberar sobre os Atos Internacionais. E a formatação institucionais que regula a deliberação dos atos.	Estudo de Caso de 4 deliberações sobre Atos Internacionais no Senado Federal
Neiva et. al. (2013)	Votações Nominais realizadas no Senado	Correspondência entre o voto do líder e o voto da bancada.	Influência dos governadores no comportamento parlamentar dos senadores.	Voto do líder do partido do governador
Campos (2014)	Fluxo de tramitação da "Lei da Ficha Limpa"	Tempo de tramitação da lei	Pressão da opinião pública	Não há mensuração
Santos et. al. (2015)	Comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados nas votações nominais.	(1) Cooperação: assume valor 1 quando o deputado vota a favor do interesse da indústria e 0 quando vota contra; (2) Bancada Indústria: assume valor 1 para o cluster de maior cooperação com os interesses da indústria e 0 para os demais clusters; (3) Grau de Cooperação: número de vezes que o deputado i votou a favor dos interesses da indústria na legislatura.	Financiamento de Campanha, Ideologia e Background	(1) Proporção de financiamento de campanha do deputado oriundo da indústria, proporção de financiamento de campanha do deputado oriundo das empresas; (2) Posicionamento na escola esquerda-direita; (3) Background: dummy, empresário da indústria ou não.
Melo et. al. (2015)	O primeiro turno da tramitação da reforma política	Porcentagem de votos aos pontos da reforma	Variáveis políticas	Distribuição de forças na Câmara, Governo/Oposição e atuação do presidente da casa.

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 17 mostra a incipiência dos estudos comissionais na produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil dos 11 estudos que se vincularam a esse Foco de Estudo 5 realizaram apenas estudos descritivos e o restante promoveu algum tipo de relação entre variáveis. Na ciência política norte-americana o estudo sistemático das comissões e da atuação dos parlamentares nas mesmas, promoveram um rico debate teórico e metodológico dentro da disciplina. No Brasil na primeira geração de estudos as comissões se colocaram como ator pouco relevante para o entendimento do nosso sistema político, fato que permanece para o período analisado.

Quadro 17: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Comissões

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Santos (2008)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Ferreira (2008)	A criação e as ações da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados	Projetos que passaram pela comissão e viraram lei.	Crise da representação e baixa popularidade do Poder legislativo.	Formulação teórica
Leite (2010)	Recursos contra o poder conclusivo das comissões	Número de recursos	Variáveis institucionais e políticas	Regimento Interno, força do Executivo e ação base do governo no pedido de recursos.
Pereira (2010)	Os resultados obtidos pela minoria parlamentar na CPI do "apagão aéreo".	Discursos e requerimentos e o relatório final da CPI "apagão aéreo"	Formatação Institucional que regula a composição de CPIs	Composição partidária dentro da CPI do "apagão aéreo".
Müller (2011)	Padrão de recrutamento das comissões permanentes	Formação acadêmica e tempo de permanência	Coalizão governista	Coalizão majoritária x Coalizão Minoritária
Reis (2012)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Rocha et. al. (2012)	As percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões	Dimensões destacadas pelos parlamentares sobre as instâncias mais relevantes do processo legislativo (Comissões, Plenário e Mesa Diretora).	O debate sobre o processo legislativo brasileiro e o lugar das comissões nesse debate	NA
Paro (2014)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Prates (2014)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Aguiar (2014)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Santos (2015)	A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Criação, instalação e funcionamento da comissão	Ação dos deputados favoráveis a criação da comissão (criação e funcionamento)	Ocupação de postos chave na casa

Fonte: Elaboração Própria

O quadro 18 traz a operacionalização das variáveis dependentes e independentes para o Foco de Estudo Grupos de Interesse/*Lobby*. O estado da arte desse foco na produção acadêmica revela a sua juventude nos estudos Legislativos. Dos 8 trabalhos vinculados a esse foco 4, metade da produção, se vincula a um único pesquisador, Manoel Santos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), (SANTOS et. al., 2014; SANTOS, 2014; SANTOS et. al., 2015A; SANTOS et. al., 2015B). A consolidação da área na ciência política brasileira irá promover mais estudos sobre a atuação dos grupos de interesse nos parlamentos brasileiros.

Quadro 18: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Grupos de Interesse/Lobby

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Vieira (2009)	O fortalecimento da CDU, especialmente em questões ligadas a habitação social e parcelamento do solo.	O número de entidades que se fizeram representar na CDU.	A ação dos grupos de pressão dentro da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.	Número de participações das entidades representativas nas audiências públicas da CDU
Coradini (2010)	Participação nas frentes parlamentares na Câmara dos Deputados	Percentual de deputados que integram as frentes parlamentares.	Background	Filiação partidária, engajamento associativo ou sindical, posição no espaço social
Zampieri (2014)	A ação dos grupos de pressão	O <i>timing</i> da ação dos grupos de pressão a partir do processo decisório	Variáveis institucionais	Processo decisório dentro das comissões
Santos et. al. (2014)	Controle da agenda legislativa	Proporção de leis iniciadas pelo Executivo, sobre o total de leis aprovadas nos períodos presidenciais.	Variáveis institucionais e políticas	IPIL, Maioria Parlamentar, Fragmentação (número efetivo de partidos), Distância Ideológica
Santos (2014)	Evolução na atuação dos grupos de pressão na Câmara dos Deputados	Aumento do cadastro da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados (atuação dos grupos de interesse).	Tempo e Variáveis institucionais	Biênios e Disposições Constitucionais Transitórias
Silame et. al. (2014)	Criação da Anac	Tramitação do projeto	Delegação e Lobby	Tempo de tramitação, Número de audiências públicas e Alterações no projeto
Santos et. al. (2015A)	Opinião dos atores políticos sobre a legalização do <i>Lobby</i> .	Frequência das opiniões e análise qualitativa das entrevistas	O status dos atores entrevistados	Agentes do Estado e Sociedade Civil
Santos et. al. (2015B)	As iniciativas de regulamentação do <i>Lobby</i>	Indicador "The Center for Public Integrity"	NA	NA

Fonte: Elaboração Própria

O quadro 19 traz a operacionalização para as variáveis dependentes e independentes para 2 Focos de Estudo: Carreiras Políticas e Elites Políticas e suas Trajetórias. Com relação ao foco Carreiras Políticas o tratado comparado recebeu atenção de 3 dos 5 trabalhos vinculados a essa dimensão (MARENCO et. al., 2007; LODOLA, 2009; SANTOS, 2012). Dois trabalhos realizaram estudos de caso sobre os padrões de carreira política no Legislativo brasileiro, em especial na Câmara dos Deputados (PEGURIER, 2012; SILVA JUNIOR et. al., 2012). Com relação ao foco Elites Políticas e suas Trajetórias a característica indistinta dos estudos na aferição do perfil das elites políticas sejam elas subnacionais (SILVEIRA, 2009; ANASTASIA et. al.; 2012) ou nacionais (NEIVA et. al., 2015).

Quadro 19: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Carreiras Políticas e Elites Políticas e suas Trajetórias

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Carreiras Políticas				
Marenco et. al. (2007)	Diferença nos padrões de carreira política	Índice (carreira política): Militância Política, Cargo Público e Filiação	Regras institucionais e organizacionais	Sistema Eleitoral e Organização interna dos partidos
Lodola (2009)	O padrão de carreira no nível subnacional no Brasil e na Argentina	Ambição horizontal-progressiva, horizontal-estática, vertical-progressiva e vertical-estática (Taxa de candidatura, eleição e rotatividade).	Regras institucionais e organizacionais	Sistema Eleitoral e Organização interna dos partidos
Pegurier (2012)	Carreira Política	Taxa de tentativa de reeleição, Rotatividade na Câmara dos Deputados, Porcentagem dos primeiros mandatos dos deputados.	Evolução institucional da Câmara dos Deputados	Institucionalização (Custo) e Profissionalização (tempo dos mandatos)
Silva Junior et. al. (2012)	Ocupar de cargos relevantes na Casa	Lideranças partidárias, membros da mesa diretora e presidente das comissões.	Profissionalização e Renovação	Antiguidade Congressual, Experiência Política, Status de incumbent e Taxa de renovação
Santos (2012)	Padrão de carreira e processo decisório Legislativo no âmbito estadual	Taxa de candidatos por cadeira, Origem dos projetos de lei, Natureza das matérias aprovadas	Organização legislativa e sistema partidário	Número de comissões, Fragmentação partidária, Poder de Agenda
Elites Políticas e suas Trajetórias				
Silveira (2009)	O perfil dos parlamentares eleitos de Mato Grosso e Cuiabá.	Naturalidade, Sexo, Escolaridade, Ideologia	Histórico profissional	Profissão declarada pelo parlamentar (Assalariados, Profissionais Liberais e Empresários)
Anastasia et. al. (2012)	Perfis e trajetórias políticas dos deputados estaduais	Escolaridade, Formação acadêmica, Sexo, Idade, Posição ocupada no ano anterior à sua eleição, Posição ocupada no ano posterior ao término de seus mandatos, Ocupação de cargos de lideranças	Variáveis de contexto e variáveis institucionais	IDH, Renda, População Urbana, Participação no PIB, Analfabetismo, Composição e organização institucional das Assembleias legislativas
Neiva et. al. (2015)	Biografia (profissão) dos senadores eleitos	Total de Senadores eleitos	Mudança Institucional	Igualdade no número de Senadores (Estados/Províncias) e Criação de novos estados

Fonte: Elaboração Própria

O quadro 20 apresenta o balanço das operacionalizações para as variáveis dependentes e independentes para dois focos de estudo Migração Partidária e Partidos Políticos. O marca o foco Migração Partidária é a mensuração das variáveis dependentes que apresenta força semelhança nos 4 trabalhos vinculados a essa dimensão (FERREIRA, 2011; FREITAS, 2012; MARENCO, 2012; TELES, 2015). Já com relação ao foco Partidos Políticos se destacam os trabalhos de Melo (2011) e Melo (2015) que tem por objetivo mensurar o partidarismo em doze estados da federação. E o trabalho de Miranda (2009) que foi enquadrado no foco Partidos Políticos, pelo fato de estudar a relação entre eleições presidenciais e o comportamento dos partidos políticos na arena Legislativa.

Quadro 20: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Migração Partidária e Partidos Políticos

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Migração Partidária				
Ferreira (2011)	Migração Partidária	Variação no tamanho das bancadas	Correlação das forças partidárias na Câmara dos Deputados	Ocupar postos institucionais no interior da casa
Freitas (2012)	Migração Partidária	Número de trocas partidárias	Ação dos partidos políticos	Distribuição de recursos aos partidos (HGPE, por exemplo)
Marengo (2012)	Migração Partidária	Porcentagem de deputados migrantes	Organização partidária, Variáveis contextuais e políticas	Tempo de filiação prévio a cada mandato, Magnitude eleitoral, Eleitorado, Número de partidos efetivos, Taxas de urbanização, Candidatos por vaga, Renovação, Recrutamento partidário, Volatilidade eleitoral
Teles (2015)	Migração partidária	Total de migrações partidárias	Variáveis políticas e Institucionais	Sazonalidade, Coalizão de Governo e Mudança Institucional (TSE)
Partidos Políticos				
Moritz (2008)	Atuação parlamentar dos partidos de esquerda	Total de proposições legislativas apresentadas pelos deputados dos partidos de esquerda.	O perfil dos partidos de esquerda (vinculação ao mundo do trabalho ou vinculação mais difusa).	Não informada pela autora
Miranda (2009)	Comportamento parlamentar em votações nominais.	Congruência entre o voto dos deputados e a recomendação do líder	A dinâmica das eleições presidenciais e congressuais	Eleições Eficientes (Foco nacional e concentração da disputa presidencial em dois partidos)
Melo (2011)	Partidarismo em doze estados da federação	Índice de particularismo	Tempo de Filiação, Ideologia, Progressivismo, Particularismo	Anos de Filiação, Escala de Ideologia construída a partir do survey, Índice de Progressivismo, Índice de Particularismo, Índice de Estabilidade Eleitoral
Melo (2015)	Partidarismo em doze estados da federação	Índice de particularismo	Tempo de Filiação, Ideologia, Progressivismo, Particularismo	Anos de Filiação, Escala de Ideologia construída a partir do survey, Índice de Progressivismo, Índice de Particularismo, Índice de Estabilidade Eleitoral, Legislatura.

Fonte: Elaboração Própria

Os quadros 21 e 22 trazem a operacionalização das variáveis para os Focos de Estudo: Recrutamento Político e Eleições e Sistemas Eleitorais (Quadro 22) e Processo Legislativo, Opinião Pública e Oposições (Quadro 23). Com relação ao foco Recrutamento Político a variável utilizada pelos pesquisadores foi a mesma, porém, mensurada de três maneiras diferentes. Outro fator que merece destaque é o fato do Foco de Estudo, Eleições e Sistemas Eleitorais ter recebido pouca atenção dos pesquisadores, fato que demonstra a pouca consolidação da área nos estudos Legislativos e atesta a baixa articulação entre as áreas eleitorais e legislativas na produção acadêmica. Os estudos sobre o Processo Legislativo (Quadro 23) apresentaram uma inovação a influencia do espaço no fluxo Legislativa da Câmara dos Deputados (MEDEIROS, 2010). As áreas de Opinião Pública e Oposições também se mostraram refratárias dentro dos estudos Legislativos no período analisado. O Fuks et. al. (2009) discutiu a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a temática das Oposições recebeu atenção especial dos trabalhos Inácio (2009) e Inácio et. al. (2013)⁴⁰.

⁴⁰ O apêndice do capítulo traz as variáveis dependentes e independentes e suas respectivas operacionalizações para os Focos de Estudos que apresentaram apenas um trabalho vinculado a temática.

Quadro 21: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Recrutamento Político e Eleições e Sistemas Eleitorais

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Recrutamento Político				
Braga et. al. (2009)	Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados	Composição da lista partidária	Processos de seleção desenvolvidos pelos atores partidários	Relato das convenções partidárias e dos regulamentos dos partidos
Perissinotto et. al. (2009)	Perfil dos candidatos e dos eleitos para a eleição de 2006 para a Câmara dos Deputados	Chance de ser eleito Deputado Federal	Variáveis políticas: Espectro Ideológico, Político Profissional	1) Espectro Ideológico: literatura e senso comum para classificação dos partidos 2) Ocupou ou ocupa algum cargo político antes da eleição
Araújo (2011)	Perfil da representação	Ideologia (esquerda, centro e direita)	Background	Sexo, idade, instrução, campo de formação acadêmica, atuação profissional, experiência política
Eleições e Sistemas Eleitorais				
Barreto (2012)	Sucesso ou fracasso nas eleições de 2006	Taxa de reeleição	Desempenho individual na lista partidária	Posicionamento na lista em 2006, comparado ao obtido 2002
Soares (2013)	Votação Partidária para Deputado Federal	Percentual de votos recebidos pelo partido no estado em relação ao total de votos válidos distribuídos entre os diversos partidos no mesmo estado.	(1) Ocupação de Cargos Majoritários Nacionais e Estaduais; (2) Efeitos <i>Coattails</i> Presidencial e Governatoriais.	(1) Presidência, Governo Estadual; (2) Votação Coligação Presidente/Coligação Governador, Votação Presidente/Votação Governador, Votação Presidente e Governador <i>Incumbentes</i> , Votação Anterior

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 22: Operacionalização das Variáveis por Foco de Estudo Principal - Processo Legislativo, Opinião Pública e Oposições

Artigos	Variáveis Dependentes	Operacionalização	Variáveis Independentes	Operacionalização
Processo Legislativo				
Miranda (2010)	Prerrogativas dos líderes na Câmara e no Senado	Poder de Agenda pautado nos Regimentos Internos	Mudança Institucional	Proporcionalidade e Fidelidade Partidária
Medeiros (2010)	Processo legislativo	Não especificada	O espaço da Câmara dos Deputados	População e Densidade, Fluxos, Ocupação, Pontenciais Construtivos
Santa Helena (2011)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Ferreira Junior et. al. (2012)	Construção, tramitação e rejeição do Projeto de Reforma Política	A tramitação do projeto de reforma política	Renovação da casa e Disciplina Partidária	Porcentual de renovação e Porcentagem de deputados que seguiram a orientação do líder.
Opinião Pública				
Fuks et. al. (2009)	A imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	Survey aplicado a população para avaliar a imagem da ALMG	Mudança Institucional ocorrida na ALMG	Análise das mudanças ocorridas na ALMG e das estratégias de comunicação para informar a população as mudanças
Felisbino et. al. (2013)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)	NA (estudo descritivo)
Oposições				
Inácio (2009)	A ação das oposições	Presença dos principais partidos de oposição na obstrução parlamentar	Mudança procedimental e Variáveis Políticas	Tamanho, Posição Ideológica e os Ativos Institucionais
Speck et. al. (2012)	Força das oposições	Cargos nos legislativos e composição da base de apoio ao governo ao longo do mandato.	Migração Partidária	Porcentagem de deputados que passam a integrar a base de apoio ao governo
Inácio et. al. (2013)	Proximidade do deputado ao governo	Posição do representante em relação ao governador. (1) pró-governo e (10) oposição.	Riscos eleitorais	Adesão ao governo

Fonte: Elaboração Própria

A análise dos quadros acima levou ao diagnóstico de que duas áreas dos estudos Legislativos promoveram estudos mais robustos e trabalharam com a operacionalização de seus conceitos de maneira mais clara: *Comportamento Parlamentar e o Relação Executivo/Legislativo*. Nos estudos sobre a Relação Executivo/Legislativo variáveis institucionais e as taxas de sucesso do Executivo são medidas muito usadas pelos pesquisadores. Com relação ao Comportamento Parlamentar a medida mensurada com mais frequência é o comportamento em votações nominais. A juventude de algumas áreas e o pouco número de trabalhos vinculados a outras, compromete a análise comparada das estratégias de mensuração como um todo. Fato que dificulta o estudo comparado dos mecanismos de operacionalização dos conceitos, só o incremento das análises poderá subsidiar tais estudos.

A relação entre a operacionalização dos conceitos e a formulação das hipóteses é bem direta. Na medida em que só a clareza conceitual subsidia a construção de hipóteses testáveis e empiricamente relevantes. Esse será o tema da próxima.

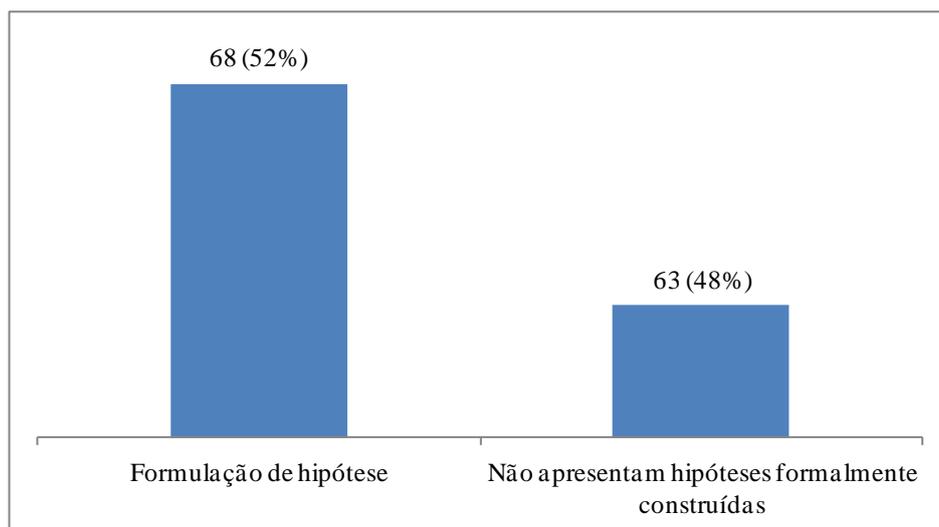
4.4. Estudos Legislativos: das hipóteses aos modelos

O desenvolvimento e os testes de teorias faz da ciência política um ciência em permanente construção. Assim, se a teoria é uma tentativa de conjecturar sobre causas de um fenômeno de interesse, o desenvolvimento de teorias causais sobre o mundo político requer pensar em fenômenos familiares de maneira recorrente (KELLSTEDT et. al., 2015). A partir do desenvolvimento de uma teoria o passo seguinte está no teste de seus pressupostos, já que estudar um fenômeno de interesse é estar disposto a considerar novas evidências. Sob esse prisma, o primeiro passo para testar uma teoria é pensa-la relacionalmente em contato com uma, ou mais hipóteses testáveis. Então podemos pensar nossas hipóteses como o mecanismo entre a teoria causal e o teste empírico. Assim, os cientistas derivam hipóteses baseadas em teorias e estabelecem relações com os conceitos de interesse, as variáveis (Idem).

A partir do protocolo de pesquisa elaborado para execução do presente estudo, foi possível diagnosticar o como os pesquisadores do Poder legislativo no Brasil trabalham com as hipóteses, especialmente em aspectos ligados a geração das mesmas. O gráfico 15 traz o número de estudos que apresentam geração formal de hipóteses. Entendidas aqui como o

processo pelo qual os pesquisadores em um dado desenho de pesquisa elaboram mecanismos lógicos que permitem com que hipóteses possam ser testadas empiricamente (REZENDE, 2015). O Gráfico 15 aponta que 68 dos 131 artigos analisados, (52%) apresentaram a geração formal de hipóteses. Esses dados se coadunam com os achados do capítulo 3 e atestam um ajuste inferencial parcial na produção sobre o Poder Legislativo no Brasil.

Gráfico 15: Frequência - Formulação de Hipóteses

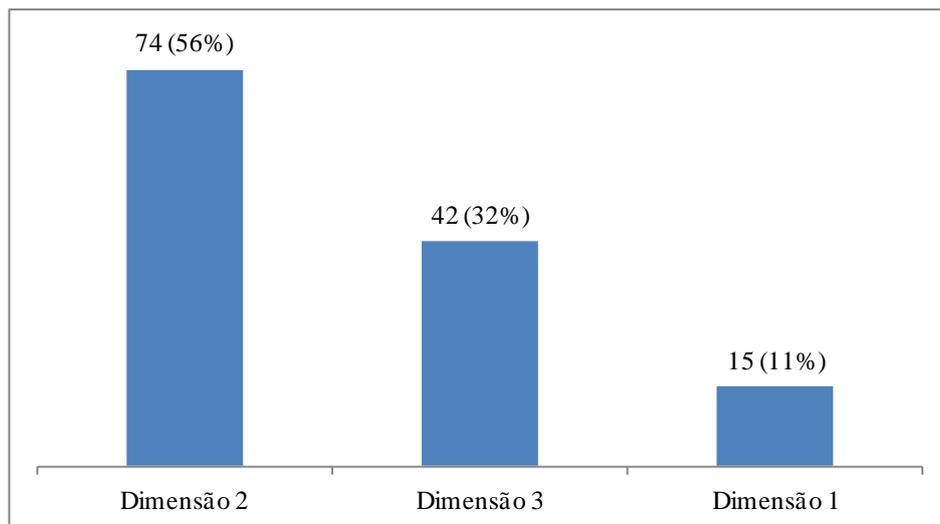


Fonte: Elaboração própria

A construção de modelos é outra dimensão importante da engrenagem 2 ela tem por objetivo atestar o grau de formalização dos desenhos de pesquisa, os modelos representam a natureza da explicação oferecida a partir de certas premissas teoricamente orientadas. Segundo Rezende (2015) é a partir dos modelos que entendemos a lógica da explicação. Assim, categorizamos os trabalhos em três dimensões. *Dimensão 1 (Estudo Descritivos)*, *Dimensão 2 (Inferência Descritiva)* e *Dimensão 3 (Inferência Causal)*⁴¹. Em uma lógica onde o ajuste inferencial está presente seria de se esperar mais trabalhos na dimensão 3, além de uma diversificação nas lógicas inferenciais mobilizadas pelos pesquisadores, dentro da perspectiva do Pluralismo Inferencial. O gráfico 16 apresenta a frequência dos estudos em cada dimensão. A maioria da produção acadêmica (56%) se enquadra na Dimensão 2, ou seja, tem a inferência descritiva como orientação metodológica. Os modelos causais aparecem em seguida e correspondem a (32%) da produção acadêmica.

Gráfico 16: Frequência das dimensões na produção acadêmica

⁴¹ O apêndice do capítulo apresenta o enquadramento dos textos nas referidas dimensões.

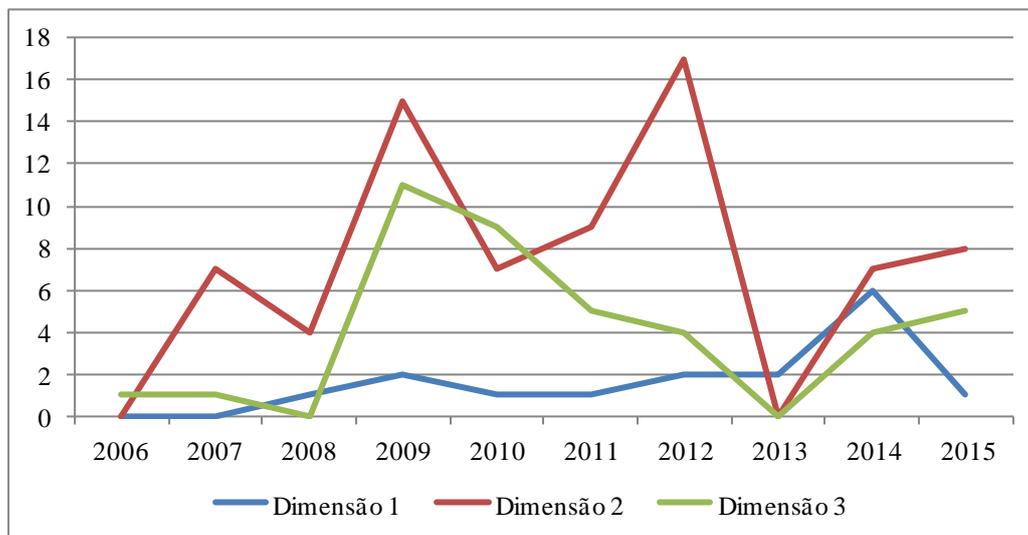


Fonte: Elaboração própria

Foi possível também identificar quanto os trabalhos enquadrados nas três dimensões formalizam hipóteses. Os trabalhos da *Dimensão 1*, não tem esse objetivo por serem estudos descritivos. Já os trabalhos das *Dimensões 2 e 3* idealmente deveriam apresentar hipóteses. Os da *Dimensão 2* hipóteses descritivas e os da *Dimensão 3* hipóteses explicativas. Dos 42 trabalhos enquadrados na *Dimensão 3* (Inferência Causal) todos apresentam hipóteses formalmente construídas, isso demonstra a consciência metodológica dos pesquisadores. Dos 56 trabalhos que compõe a *Dimensão 2* 26 apresentam a construção de hipóteses descritivas. Assim, um grande número de trabalhos que se propõe a realizarem inferências descritivas não formalizam suas hipóteses.

O gráfico 16 trás uma análise temporal das três dimensões apresentadas acima. Perceber-se uma descontinuidade em todas as dimensões. Em linhas gerais a constatação do ajuste inferencial no campo marcaria uma trajetória ascendente da dimensão 3 ao longo do período estudado, porém, isso não ocorre. Os períodos mais significativos ao longo da série estudada com relação a dimensão 3 são os anos de 2009 e 2011. O primeiro foi marcado pela publicação de dois livros: *Elites Parlamentares na América Latina e Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Já em 2011 duas obras de destacam: *Fundamentos Informativos do Presidencialismo de Coalizão*, *O congresso por ele mesmo: auto percepções da classe política brasileira*. Ambas as obras apresentam características marcadamente orientadas para a inferência causal, especialmente aos modelos covariacionais

Gráfico 17: Análise temporal das dimensões metodológicas



Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

O presente capítulo teve por objetivo discutir e apresentar a conexão entre teoria e base empírica nos Estudos Legislativos no Brasil para o período de 2006 a 2015. Segundo Rezende (2015) esta conexão releva quatro características importantes dos desenhos de pesquisa: a formação dos conceitos, as estratégias de mensuração, a geração das hipóteses e os modelos utilizados na pesquisa. Com relação a primeira característica, formação dos conceitos os dados apresentaram forte relevância de conceito *Poder de Agenda*, fato que remete as discussões consubstanciadas pelos trabalhos de Figueiredo e Limongi. Os dados também apresentaram a forte mobilização do uso dos conceitos de *Governo de Coalizão* e de *Presidencialismo de Coalizão* algo perfeitamente compreensível vide as características das nossas instituições políticas. O fato marcante na formulação conceitual nos estudos Legislativos está na mobilização do conceito de *Grupos de Interesse/Lobby* que apresentou alguma relevância quantitativa. Isso se deve a juventude da área na produção acadêmica brasileira e pulverização conceitual em entre Focos de Estudo.

Com relação a operacionalização das variáveis dependentes e independentes, é importante dizer que um campo de pesquisa se torna científico a partir de um desenvolvimento 137 a

linguagem técnica comum ao campo (KELLSTEDT et. al., 2015). É notório que o campo de estudos Legislativos no Brasil atingiu um grau de cientificidade bastante interessante dentro da ciência política brasileira. Porém, umas dimensões mais do que outras, como por exemplo, *Relações Executivo/Legislativo* e *Comportamento Parlamentar* esses dois Focos de Estudo concentraram boa parte da produção acadêmica e apresentaram ao mesmo tempo um grau importante de diversificação temática e um norte na operacionalização dos conceitos. Outras áreas, mesmos com trabalhos importantes necessitam de um acúmulo maior de conhecimento.

Com relação a outra dimensão importante da Engrenagem 2 a formatação dos modelos verificou-se que os modelos relacionados a inferência descritiva foram os mais mobilizados pelos pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil. Os modelos relacionados a inferência causal não apresentaram um padrão unívoco ao longo da série histórica, nem uma tendência ascendente. O capítulo seguinte discutirá essas questões mais profundamente.

Apêndice: Enquadramento dos desenhos de pesquisa

Dimensão 1	Dimensão 2			Dimensão 3	
Santos (2008)	Marenco et. al. (2007)	Grohmann (2009)	Melo et. al. (2012)	Neiva (2006)	Soares (2012)
Brod (2009)	Messenberg (2007)	Bonvecchi (2010)	Ferreira Junior et. al. (2012)	Roma (2007)	Ricci et. al. (2012)
Lima (2009)	Lemos et. al. (2007)	Côrtes (2010)	Praça et. al (2012)	Cheibub et. al. (2009)	Neiva et. al (2012)
Pereira (2010)	Arretche (2007)	Miranda (2010)	Praça (2012)	Cervi (2009)	Santos (2012)
Santa Helena (2011)	Figueiredo et. al. (2007)	Coradini (2010)	Diniz (2012)	Miranda (2009)	Inácio et. al. (2013)
Guimarães et. al. (2012)	Inácio (2007)	Leite (2010)	Tomio et. al. (2012)	Castro et. al. (2009)	Soares (2013)
Reis (2012)	Moritz (2008)	Medeiros (2010)	Kerbaudy (2012)	Perissinotto et. al. (2009)	Neiva et. al. (2013)
Arabi (2013)	Ferreira (2008)	Müller (2011)	Anastasia et. al. (2012)	Inácio et. al. (2009)	Nunes (2013)
Felisbino et. al. (2013)	Diniz et. al. (2008)	Ferreira (2011)	Marenco (2012)	Montero et. al. (2009)	Hiroi et. al. (2014)
Barros et. al (2014)	Ranincheski et. al. (2008)	Araújo (2011)	Campos (2014)	Pereira et. al. (2009)	Santos et. al. (2014A)
Barros et. al (2014)	Silveira (2009)	Neiva (2011)	Zampieri (2014)	Saiegh (2009)	Santos (2014B)
Paro (2014)	Gomes et. al. (2009)	Nunes (2011)	Santana (2014C)	Montero et. al. (2009)	Santos (2014C)
Prates (2014)	Dantas (2009)	Pogrebinschi et. al. (2011)	Santana (2014D)	Inácio (2009)	Gonzalez et. al. (2015)
Aguiar (2014)	Miguel et. al. (2009)	Santos et. al. (2011)	Braga (2014)	Melo (2011)	Inácio et. al. (2015B)
Carvalho (2014)	Braga et. al. (2009)	Lemos et. al. (2011)	Weber et. al. (2014)	Santos et. al. (2011)	Santos et. al. (2015D)
Melo et. al. (2015)	Fuks et. al. (2009)	Sugiyama (2011)	Silame et. al. (2014)	Santos et. al. (2011)	Batista (2015)
	Felisbino (2009)	Barreto (2012)	Barros et. al (2015)	Santos et. al. (2011)	Melo (2015)
	Vieira (2009)	Freitas (2012)	Lameirão (2015)	Zucco Jr. (2011)	
	Araújo et. al. (2009)	Speck et. al. (2012)	Teles (2015)	Lucas et. al. (2011)	
	Limongi et. al. (2009)	Pegurier (2012)	Cunha (2015)	Power (2011)	
	Amorim Neto (2009)	Gomes (2012)	Rennó et. al. (2015)	Inácio (2011)	
	Melo et. al. (2009)	Miranda (2012)	Santos et. al. (2015F)	Ames et. al. (2011)	
	Lodola (2009)	Gontijo (2012)	Neiva et. al. (2015)	Nunes (2012)	
	Grohmann (2009)	Rocha et. al. (2012)	Santos (2015)	Silva Junior et. al. (2012)	

Fonte: Elaboração própria

Capítulo 5

Em Busca da Inferência Causal Válida: método e base empírica nos estudos legislativos

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo discutir e apresentar a conexão entre os métodos e os dados empíricos nos Estudos Legislativos no Brasil para o período de 2006 a 2015. A conexão entre métodos e base empírica é o cerne da Engrenagem 3 do Modelo de Engrenagens Analíticas - MEA (Ver figura 1). Segundo Rezende (2015) essa engrenagem nos informa sobre o encaixe entre os dados empíricos e as diversas técnicas existentes. Outro ponto essencial dessa dimensão é a discussão de como os desenhos de pesquisa enfrentam a questão das inferências. Três aspectos definidores dessa engrenagem serão discutidos ao longo do capítulo: a estruturação da análise de dados, os mecanismos relativos aos testes de hipóteses e as estratégias inferências envolvidas nas análises. Para tanto o presente capítulo está dividido em cinco seções. A primeira apresenta o debate sobre a construção de inferências válidas na ciência política contemporânea. A seção seguinte analisa as lógicas inferências e a natureza metodológica da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. A terceira aborda os aspectos relacionados aos testes de hipótese. A seção seguinte se dedica análise dos estudos Legislativos e suas estratégias de identificação, temas como viés de seleção, variáveis omitidas e qualidade dos ajustes subsidiam tal diagnóstico. A quinta seção aborda os dados utilizados pelos pesquisadores e a vinculação destes a ideia de replicação (KING, 1995). Por fim, são apresentadas as considerações finais.

5.1. O debate contemporâneo sobre a construção de inferências válidas na ciência política

A ciência política contemporânea, especialmente a produzida após *Designing Social Inquiry* (1994) é constituída pelo objetivo fundamental de tentar estabelecer relações causais entre conceitos. A ideia de causalidade perpassa a vida cotidiana das pessoas, palavras como "*porque*", "*afeta*", "*impacta*", "*causa*", "*efeito*" e "*causalidade*", estão

extremamente presentes no dia a dia dos indivíduos (KELLSTEDT et. al., 2015). No mundo acadêmico a ideia causalidade é uma ideia central em diversas áreas do conhecimento. Quando falamos de ciências físicas e naturais o que ocorre de maneira mais canônica é um enquadramento determinístico da causalidade⁴². Nas ciências humanas e sociais o que ocorre são as relações probabilísticas, nesse sentido a variável X tem uma probabilidade causar Y (BRADY, 2004; KELLSTEDT et. a., 2015). Nas ciências sociais e humanas e a ciência política não seria diferente, existirão sempre exceções, casos destoantes, pois lidam com seres humanos e estes estão longe de serem pré-determinados e previsíveis.

Assim, é importante destacar que o debate sobre causalidade na ciência política esta longe de ser resolvido. Alternativas para o enquadramento de estudos e trabalhos estão sendo desenvolvidas por diversos pesquisadores com o objetivo atestar a buscar pela causalidade na ciência política contemporânea. Kellstedt et. al. (2015) a partir de uma elaboraram quatro obstáculos na rota para o estabelecimento de relações de causalidade:

- 1) *Existe mecanismo causal crível que conecta X e Y?*
- 2) *Podemos eliminar a possibilidade de que Y pode causar X?*
- 3) *Existe covariações entre X e Y?*
- 4) *Controlamos por todas as variáveis colineares Z que podem tornar a associação entre X e Y espúria?*

Segundo os autores esses obstáculos não são intransponíveis. E os desenhos de pesquisa são os mecanismos utilizados pelos pesquisadores para atestar "o quão bem uma teoria se sai perante os quatro obstáculos causais" (KELLSTEDT et. al., 2015: 94). Collier, Brady e Seawright (2004) afirmam que a divisão fundamental nos estudos sobre metodologia não está nas abordagens quantitativa e qualitativa, e nem entre as investigações *large-N* ou *small-N*. São os estudos observacionais e experimentais que dividem os desenhos de pesquisa.

⁴² O modelo clássico de causalidade é o universo newtoniano determinístico, em que as mesmas condições iniciais produzem inevitavelmente os mesmos resultados. Segundo Brady (2008) a ciência moderna produziu muitos exemplos de relações probabilísticas. A mecânica quântica é um exemplo da construção de relações causais probabilísticas nas ciências naturais.

5.1.1. A Lógica Experimental

O desenho de pesquisa experimental pode ser definido pelo fato do pesquisador ter o controle da capacidade de atribuir randomicamente valores da variável independente aos participantes do experimento (KELLSTEDT et. al., 2015). A atribuição randômica ao grupo de tratamento divide os participantes em dois grupos: tratamento e controle. A randomização ao grupo de tratamento assegura que a comparação entre os dois grupos esteja imune a outras dimensões que podem poluir as análises e as inferências geradas. Se o número de participantes do experimento for razoavelmente grande a randomização assegura que os grupos de tratamento e controle sejam praticamente idênticos. Assim *"se os dois grupos forem idênticos, exceto pelo lançamento da moeda, então podemos ter certeza de que qualquer diferença que observamos nos grupos deve se dar em razão da variável independente que atribuímos"* (KELLSTEDT et. al., 2015: 96).

O método experimental não é o mais usado na ciência política, Kellstedt et. al. (2015) apontam três problemas para o uso desses desenhos de pesquisa: (i) nas ciências sociais nem toda variável independente está sujeita a manipulação experimental, gênero, por exemplo; (ii) desenhos experimentais apresentam problema de validade externa, experimentos possuem elevados nível de validade interna, porém, o forte controle sobre os participantes do experimento compromete a generalização dos resultados; (iii) experimentos podem sofrer com dilemas éticos, a atribuição randômica ao grupo de tratamento pode gerar problemas éticos em áreas da ciência política, como políticas públicas e outras áreas como as ciências médicas, por exemplo.

Entretanto, segundo Rezende (2016) o emprego de desenhos experimentais na ciência política emerge como uma tendência metodológica importante, a partir do momento em que podem: (i) expandir os modelos clássicos de estimação via regressão linear; (ii) ampliar a sofisticação metodológica para gerar controle sobre vieses e reduzir os efeitos de outros fatores causais; (iii) expandir a qualidade inferencial ampliando o rigor sobre os problemas da validade interna e externa, (iv) permitir formas mais robustas de integração de métodos quantitativos e qualitativos (REZENDE, 2016).

Os desenhos de pesquisa observacionais se colocam como alternativa aos desenhos de pesquisa experimentais deixando a cargo do arcabouço teórico e das questões de pesquisa o norte inferencial utilizado pelos pesquisadores.

5.1.2. A Lógica Observacional

Em desenhos de pesquisa observacionais os pesquisadores tomam a realidade como a "observam". As relações causais são estabelecidas sem a atribuição randômica ao grupo de tratamento. Os desenhos de pesquisa observacionais partem dos diferentes valores das variáveis independentes existentes na realidade social e política para avaliar suas afirmações teóricas e descobrir as relações causais entre X e Y. Dessa forma, em um desenho de pesquisa observacional os valores da variável independente são atribuídos naturalmente. Porém, é necessário existir algum grau de variabilidade na variável independente, como também nas variáveis dependentes mobilizadas pelos pesquisadores (KKV, 1994; KELLSTEDT et. al.,2015).

Alguns trabalhos afirmam que a não atribuição randômica ao grupo de tratamento inviabiliza uso do termo causalidade em desenhos de pesquisa observacionais (BRADY E COLLIER, 2004). Segundo Kellstedt et. al. (2015) apesar dos experimentos produzirem um grau de confiança mais alto sobre as relações causais, se atenção suficiente é dada a análise das outras causas da variável dependente sugeridas pela literatura, os estudos observacionais podem estabelecer relações causais entre as variáveis.

No entanto, Rezende (2016) aponta para os problemas nos desenhos de pesquisa observacionais, pois os mesmos apresentam forte propensão as variáveis omitidas, vies de seleção e outras problemas que geram má especificação dos resultados. Assim, os desenhos de pesquisa quase-experimentais tem por objetivo estabelecer outras formas de pensar e manipular a causação, fato que auxilia os pesquisadores na formatação de desenhos de pesquisa que promovam a construção de inferenciais causais válidas. Assim, com relação os estudos Legislativos brasileiros os modelos experimentais não são uma realidade, em nenhum dos 131 artigos analisados esse desenho de pesquisa foi mobilizado pelos pesquisadores. Porém, o trabalho de Ricci et. al. (2012) deve ser

destacado pela adoção do modelo quase-experimental⁴³ para o entendimento do uso das medidas provisórias nos estados brasileiros que detém essa prerrogativa institucional.

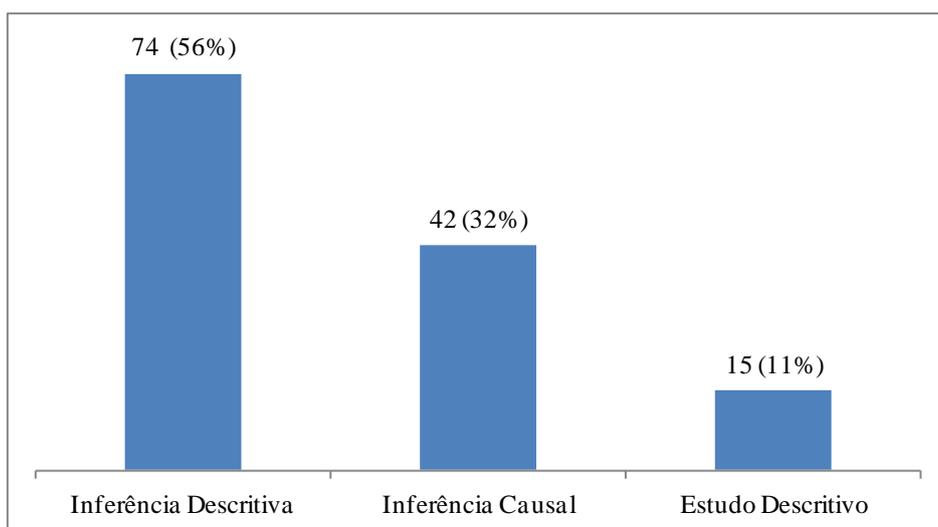
5.2. Os Estudos Legislativos: as lógicas inferenciais e natureza metodológica da produção acadêmica

5.2.1. Os Estudos Legislativos e a Abordagem Inferencial

Através do protocolo de investigação criado para execução da presente pesquisa foi possível atestar o quanto a produção acadêmica se adéqua ao ajuste inferencial. Segundo KKV (1994) o objetivo principal das ciências sociais é a construção de inferências válidas, com foco nas explicações e generalizações. Assim, sejam elas descritivas ou causais, as inferências devem ser o foco principal dos desenhos de pesquisa, sejam eles de orientação qualitativa ou quantitativa. Para os autores é impossível a construção de explicações causais robustas sem uma boa análise descritiva do fenômeno estudado. Como também, uma análise descritiva pura e simples perde o sentido se não estiver embutida na análise algum tipo de explicação causal. Assim, a Inferência descritiva pode ser definida como a compreensão de fenômenos não observáveis a partir de um conjunto de observações. Já a Inferência Causal passa pela introdução de variáveis independentes para explicar a variação de uma determinada variável dependente (KKV, 1994). A partir das definições de KKV (1994) foi possível diagnosticar o aparato inferencial mobilizado pelos estudos Legislativos brasileiros. Dos 130 trabalhos analisados 73 (56%) mobilizaram a inferência descritiva em seus desenhos de pesquisa, 42 trabalhos (32%) se vincularam as pressupostos da inferência causal e apenas 15 estudos (16%) não promoveram nenhum tipo de explicação em suas análises dedicando-se apenas a descrição de fenômenos ou instituições.

⁴³ "Os quase-experimentos carecem de distribuição aleatória ou grupo controle que caracteriza os estudos experimentais, mas ainda assim não são estudos observacionais. Isso porque a característica distintiva do quase-experimento é a de definir os grupos de tratamento e controle "como se" a seleção fosse feita de forma aleatória." De acordo com a literatura, um tipo particular de quase-experimento é o natural, caracterizado pela divisão entre dois grupos que se dá em função de uma qualquer intervenção exógena. (RICCI et. al., 2012: 257).

Gráfico 18: Aparato Inferencial dos Estudos Legislativos Brasileiros



Fonte: Elaboração própria

A partir da constatação da relevância quantitativa das Inferências Descritivas, ao já discutido no capítulo anterior a próxima subseção fará uma discussão sobre a natureza metodológica dos estudos legislativos. Essa abordagem nos dará subsídio para discutir um aspecto essencial do ajuste inferencial a integração entre métodos quantitativos e qualitativos.

5.2.2. A Natureza Metodológica e a Abordagem Quanti-Quali

Sabe-se que segundo KKV (1994) os pressupostos inferenciais se vinculam tanto as pesquisas qualitativas ou quantitativas. Assim, toda pesquisa social quantitativa, qualitativa, comparativa, descritiva ou explicativa, deverá apresentar relevância teórica e prática, embasamento teórico e rigor metodológico (SÁTYRO et. al. 2016). Porém, diferentes tradições disciplinares contribuíram de diferentes modos para a execução consciente dos desenhos pesquisa, o quadro abaixo apresenta uma demarcação metodológica entre os objetivos das estratégias de pesquisa.

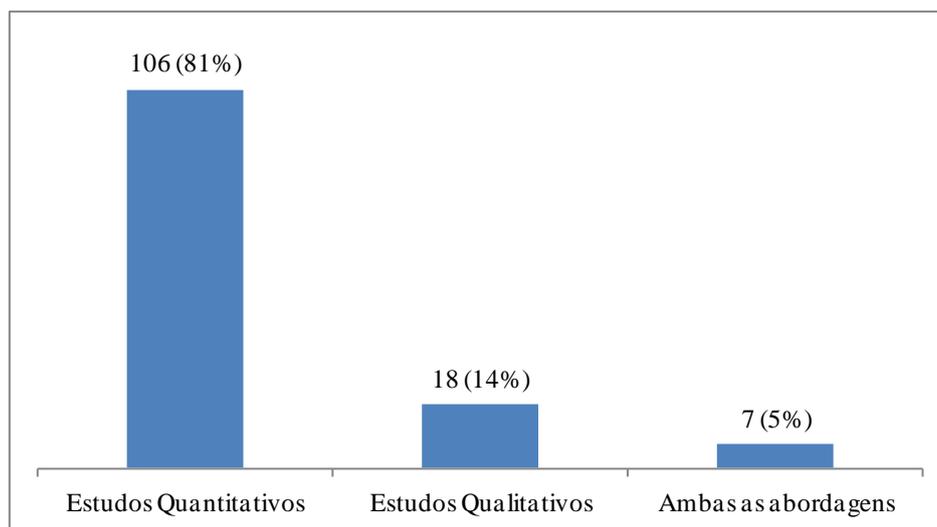
Quadro 24: Os objetivos e as Estratégias da Pesquisa Social

	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Comparativa	Pesquisa Quantitativa
Identificação de Padrões		Secundário	Primário
Testes e refinamento de teorias	Secundário	Secundário	Primário
Predições		Secundário	Primário
Interpretação significativa	Primário	Secundário	
Exploração de diversidade	Secundário	Primário	Secundário
Dando voz	Primário		
Desenvolvimento de novas teorias, esclarecimento de mecanismos causais	Primário	Primário	Secundário

Fonte: Sátyro et. al. (2015) apud (RAGIN, 1994: 51)

A partir das demarcações traçadas por Ragin (1994) foi possível categorizar a produção acadêmica relacionada aos estudos Legislativos brasileiros. Procurou-se investigar a natureza metodológica dos estudos Legislativos no Brasil. Os dados do gráfico 11 atestaram a predominância do uso majoritário do arcabouço quantitativo. Dos 131 trabalhos analisados 106 (81%) se vincularam de alguma maneira a esse instrumental. A abordagem qualitativa foi utilizada em 18 (14%) trabalhos. Ambas as abordagens foram utilizadas por apenas 7 (5%) trabalhos.

Gráfico 19: Natureza Metodológica dos Estudos Legislativos



Fonte: Elaboração própria

No entanto, segundo Rezende (2016) que um dos pilares do ajuste inferencial é a integração entre os métodos quantitativos e qualitativos. Essa "lógica unificadora tem

gerado um gradual processo de erosão de crenças tradicionais, podendo-se identificar um novo momento de transformação institucional profunda na disciplina em que a pesquisa multimétodo passa a ser desejável como ideal" (REZENDE, 2016: 30). Assim, desde KKV (1994) as questões relacionadas a produção de inferências causais em pesquisas qualitativas ganharam força (COOLIER, BRADY E SEAWRIGHT, 2004; MAHONEY, 2010; MAHONEY E GOERTZ, 2006) e tem contribuído para que pesquisas qualitativas trabalhem sobre os parâmetros da inferência causal. Mesmo assim, Rezende (2016) aponta que quando concepções incompatíveis de causalidade estão presentes nos desenhos de pesquisa, problemas ligados ao estabelecimento das inferências podem existir a partir da integração entre as duas naturezas.

O exame dos desenhos de pesquisa sobre o Poder Legislativo no Brasil atestou que a integração entre métodos quantitativos e qualitativos não é uma realidade. Dos 131 trabalhos analisados apenas 7 utilizaram simultaneamente técnicas qualitativas e quantitativas de análise de dados. Ao lado das estatísticas descritivas os trabalhos mobilizaram técnicas como observação participante (BRAGA et. al., 2009), análise qualitativa das proposições legislativas (POGREBINSCHI et. al., 2011), entrevistas em profundidade (SANTOS et. al., 2015) ou mesmo estudos de caso (DINIZ et. al. 2008; DINIZ, 2012). Porém, o uso simultâneo em um mesmo desenho de pesquisa de técnicas qualitativas e quantitativas não atesta por si só a integração entre as naturezas. Nenhum dos desenhos de pesquisa mobilizou técnicas tendo como foco a inferência causal. Os pressupostos da Nova Metodologia Qualitativa não foram utilizados (COOLIER, BRADY E SEAWRIGHT, 2004; MAHONEY, 2010; MAHONEY E GOERTZ, 2006). Nesse contexto merece destaque o estudo de Santos et. al. (2014) no qual os autores analisam as condições em que os presidentes dominam a agenda legislativa na América Latina e trabalham com Análise Qualitativa Comparativa (QCA) e Modelo Saturado de Regressão, tendo como norte a produção de inferência causal válida.

5.2.2.1 Os Estudos Legislativos no Brasil e os Desenhos de Pesquisa em Política Comparada

Segundo Lijphart (1971) o método comparativo é caracterizado pela análise de um pequeno número de casos, e devido as limitações de tempo, energia e recursos

financeiros é um método robusto para se entender a vida política, pois permite captar melhor a diversidade dos fenômenos estudados.

Para Pérez-Liñán (2008) existem fundamentalmente quatro razões para se comparar em ciência política. A primeira delas é a *Formación de conceptos*, isso ocorre na medida em que é através da análise comparativa que formulamos novos conceitos para pensar a realidade social. A segunda razão, *Inferencia descriptiva*, se relaciona ao fato de que a descrição de um caso está determinada pela observação prévia de outros. A organização das informações deve-se pautar pelo caráter relacional entre os casos analisados. A terceira é a *Formulación de hipótesis*, estas não devem se definir, pura e simplesmente por reflexões teóricas ou históricas, um exame mais detalhado dos casos, seria essencial para elaboração das hipóteses. E por fim, a *Prueba de hipótese*, a comprovação das hipóteses está relacionada a necessidade de se analisar novos casos. Na medida em que se sabe que a realidade social e política apresentam elevados graus de complexidade, na perspectiva de Pérez-Liñán (2008) parece pouco provável um pesquisador conseguir capturar a diversidade de tais processos utilizando um único caso ou um número reduzido destes, sem se preocupar com a diversidade dos mesmos. Temas como, instabilidade e mudanças nas instituições políticas, formação de preferências, adesão a regras e instituições, processos de delegação e condições de estabilidade e mudança institucional, nortearam uma gama de estudos tributários do método comparativo (SHUGART E CAREY, 1992; PRZEWORSKI, et. al., 2000; COX E MORGENSTERN, 2002; LIJPHART, 2008) e fomentaram a consolidação da ciência política enquanto disciplina.

Com relação aos estudos Legislativos dos 131 trabalhos analisados 45 (34%) realizaram algum tipo de comparação, ou entres períodos da história brasileira, ou entre instituições políticas, ou unidades subnacionais ou mesmo entre países. Os dados da tabela 11 mostram que a comparação entre períodos e governos (16) é a mais recorrente. Seguida pela comparação entre países da América Latina e Unidade Subnacionais, em especial os estados da federação. É importante salientar que os trabalhos de Lodola (2009) e Grohmann (2009) comparam unidades subnacionais entre Brasil e Argentina. O ponto que deve ser fomentado é a comparação entre outras localidades ainda residual.

Tabela 11: Estudos Legislativos e a Política Comparada

Unidade de Comparação	Trabalhos	Contagem
América Latina	Marenco et. al. (2007) Lemos et. al. (2007) Montero et. al. (2009) Araújo et. al. (2009) Montero et. al. (2009) Melo et. al. (2009) Lodola (2009) Grohmann (2009) Bonvecchi (2010) Santos et. al. (2014) Gonzalez et. al. (2015)	11
Escolas do Legislativo	Carvalho (2014)	1
Governos/Períodos	Messenberg (2007) Roma (2007) Figueiredo et. al. (2007) Leite (2010) Santa Helena (2011) Müller (2011) Ferreira (2011) Santos et. al. (2011) Pegurier (2012) Gontijo (2012) Marenco (2012) Silame et. al. (2014) Lameirão (2015) Teles (2015) Rennó et. al. (2015) Santos et. al. (2015)	16
Instituições (Câmara e Senado)	Miranda (2010) Melo et. al. (2012)	2
Países/Outras Localidades	Saiegh (2009) Weber et. al. (2014) Neiva (2006)	3
Partidos	Ranincheski et. al. (2008)	1
Unidades Subnacionais	Silveira (2009) Nunes (2011) Ames et. al. (2011) Speck et. al. (2012) Praça (2012) Tomio et. al. (2012) Kerbauly (2012) Anastasia et. al. (2012) Santos (2012) Felisbino et. al. (2013) Nunes (2013)	11
Total		45

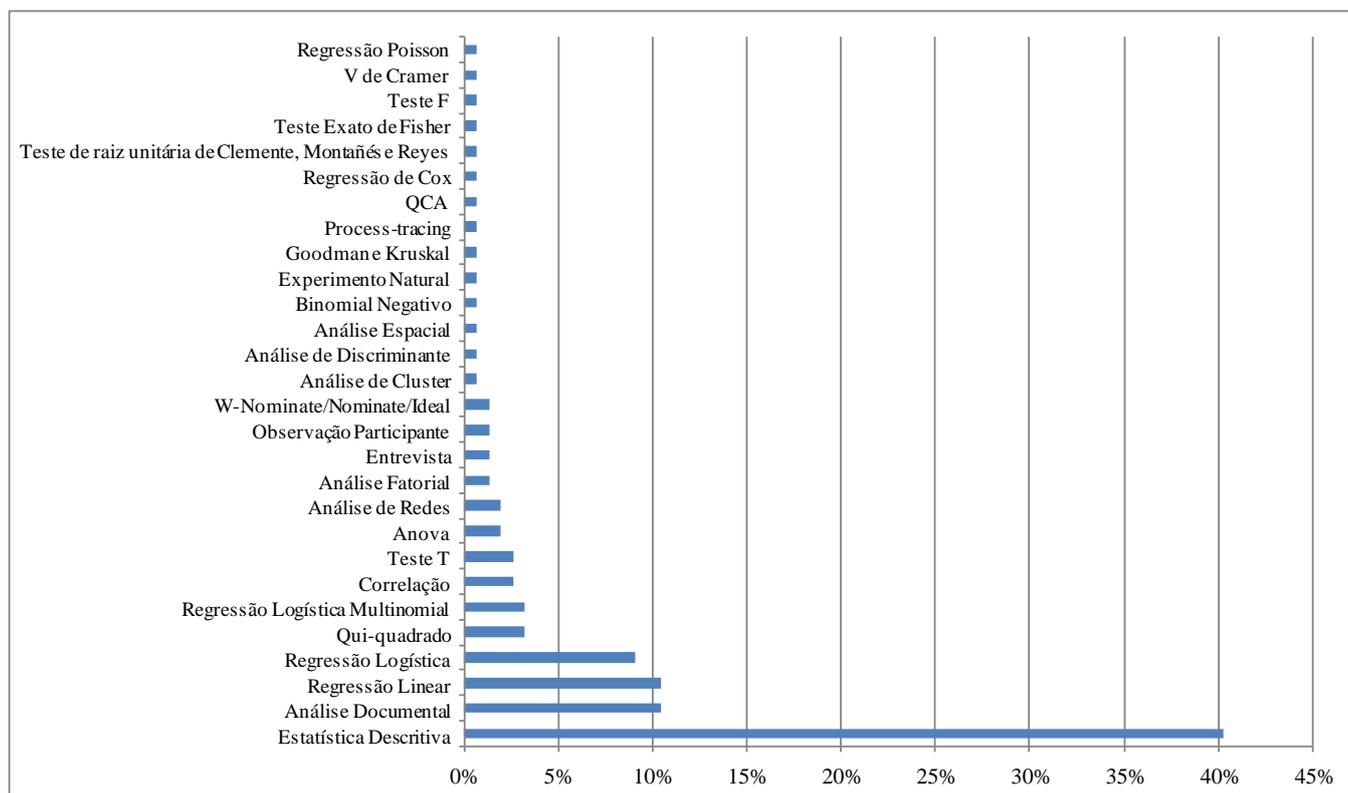
Fonte: Elaboração própria

5.3. Os Estudos Legislativos e os Testes de Hipóteses

Rezende (2016) afirma que um dos pilares da ciência política contemporânea é a *Orientação por Modelos Hipotético-Dedutivos*, essa orientação tem sua expressão reflexa na geração de teorias falseáveis, orientação por modelos formais e uso intensivo dos testes de hipóteses. Assim, o uso de métodos estatísticos e econométricos de análise de dados se torna fundamental para a consubstanciação de tal pilar. O gráfico 12 apresenta o quantitativo das principais técnicas estatísticas e utilizadas pelos pesquisadores. A estatística descritiva aparece como a principal técnica utilizada por 62 dos 131 estudos. A exclusiva análise de regimentos internos e normas institucionais (análise documental) foi o artifício metodológico utilizado por 16 trabalhos. Modelos de regressão linear e modelos de regressão logística (logit/probit) também foram bastante mobilizados pelos pesquisadores⁴⁴.

⁴⁴ O total do gráfico 20 supera os 130 trabalhos analisados pelo fato de muitos trabalhos mobilizarem mais de uma técnica. No caso específico das estatísticas descritivas elas foram consideradas com a principal técnica utilizada pelos pesquisadores. Assim, trabalhos que usaram a estatística descritiva para descrição dos dados e subsequentemente utilizaram outra técnica prevaleceu para a contagem a técnica do teste.

Gráfico 20: Técnicas mobilizadas pelos pesquisadores



Fonte: Elaboração própria

Segundo Kellstedt et. al. (2015) a realização dos testes de hipóteses precisa levar em conta a natureza das variáveis dependente e independente do modelo analítico proposto pelo pesquisador. Os autores apresentam quatro diferentes cenários para o teste de hipótese bivariado e atestam que escolha do teste deve ser informada pela natureza das variáveis. No caso de variável dependente e independente categóricas a análise tabular é mais indicada para testar hipóteses. Quando se tem a variável dependente contínua e a variável independente categórica o teste mais indicado é o teste de diferença de médias. Já quando a variável independente é contínua e a variável dependente é categórica os estudiosos utilizam modelos probit ou logit. Por fim, quando ambas variáveis são contínuas o teste mais indicado é o coeficiente de correlação. O quadro abaixo sintetiza essas informações.

Quadro 25: Tipos de variáveis e testes bivariados de hipótese mais adequados

Tipo da variável dependente	Tipo da variável independente	
	Categórica	Contínua
Categórica	Análise tabular	Probit/Logit
Contínua	Diferença de médias	Coefficientes de correlação; Modelo bivariado de regressão.

Fonte: Kellstedt et. al. (2015)

Mesmo sabendo que muitos estudos adotam modelos multivariados pelo fato da realidade social ser multifacetada. E tendo ciência do caráter introdutor do Quadro 26 elaborado por Kellstedt et. al. (2015) ele serviu de base para o diagnóstico dos testes de hipóteses e das técnicas mobilizadas pelos pesquisadores dos estudos Legislativos no Brasil. O quadro 27 estabelece o enquadramento da literatura nas principais técnicas utilizadas pelos pesquisadores para os testes de hipótese nos estudos Legislativos no Brasil

Quadro 26: Estudos Legislativos e os principais Testes de Hipóteses

Técnica	Trabalhos
Regressão Linear	Roma (2007), Cervi (2009), Miranda (2009), Castro et. al. (2009), Inácio et. al. (2009), Montero et. al. (2009), Saiegh (2009), Montero et. al. (2009), Power (2011), Santos (2012), Inácio et. al. (2013), Soares (2013), Santos et. al. (2014), Gonzalez et. al. (2015), Cheibub et. al. (2009), Santos et. al. (2014)
Regressão Logística (Logit/probit)	Neiva (2006), Cheibib et. al. (2009), Perissinotto et. al. (2009), Pereira et. al. (2009), Inácio (2009), Santos et. al. (2011), Soares (2012), Neiva et. al. (2012), Neiva et. al. (2013), Nunes (2013), Santos (2014B), Batista (2015), Santos et. al. (2015), Zucco Jr (2011)
Qui-quadrado	Mancuso (2007), Miguel et. al. (2009), Araújo et. al. (2009), Neiva (2006), Cervi (2009)
Regressão Logística Multinomial	Melo (2011), Ames et. al. (2011), Nunes (2012), Inácio et. al. (2015), Melo (2015)
Anova	Araújo et. al. (2009), Melo et. al. (2009), Neiva (2006),
Teste T	Roma (2007), Cervi (2009), Perissinotto et. al. (2009) Silva Junior et. al. (2012)
Análise Fatorial	Inácio (2011), Silva Junior et. al. (2012)
W-Nominate/Nominate/Ideal	Zucco Jr. (2011), Hiroi et. al. (2014)
Binomial Negativo	Santos et. al. (2011)
Process-trancing	Ferreira Junior et. al. (2012)
QCA	Santos et. al. (2014)
Regressão Poisson	Santos et. al. (2015)
Experimento Natural	Ricci et. al. (2012)

Fonte: Elaboração Própria

A partir da análise dos testes de hipótese realizados pelos pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil o próximo passo está na discussão das estratégias de identificação mobilizadas por esses pesquisadores. Esse será o tema da próxima seção.

5.4. Estudos Legislativos e as estratégias de identificação

Outro pilar definidor da ciência política contemporânea é a *Demanda Crescente por Identificação*. Como dito ao longo do trabalho a disciplina tem se voltado para a construção de inferências causais válidas. Assim, os desenhos de pesquisa formulam diversas estratégias de identificação que permitem ao pesquisador compreender como as causas levam aos efeitos na realidade empírica observada (REZENDE, 2016). Ainda segundo Rezende (2016) "*o problema da identificação reside em estabelecer se as proposições causais supostas pelos modelos teóricos efetivamente ocorrem (e se confirmam) na realidade empírica*" (REZENDE, 2016: 35). Assim, quando a identificação é realizada de maneira eficiente problemas como endogeneidade, viés de seleção, causalção reversa e viés de variável omitida são resolvidos mais facilmente.

Na economia a conexão entre identificação e qualidade inferencial tem gerado aquilo que se convencionou chamar de *Revolução de Credibilidade* (ANGRIST E PRISCHKE, 2009; REZENDE, 2016). Tudo indica que um caminho análogo a ciência política tem trilhado desde meados da década de 1990.

5.4.1. O viés de seleção

Uma das questões mais latentes na pesquisa social é a constituição do grupo contrafactual, ou seja, a unidade de observação não ser observada simultaneamente em dois estados: Tratamento e Controle. Idealmente, o melhor grupo de comparação para os indivíduos tratados seria formado pelos mesmos indivíduos na situação em que eles não fossem tratados. Assim, um dos grandes desafios colocados para os pesquisadores na atualidade é encontrar um grupo de indivíduos que represente adequadamente a situação de não tratamento, ou seja, um grupo que funcione como um bom contrafactual do grupo tratado (FOGUEL, 2012). Assim, vários procedimentos estão à disposição dos pesquisadores para mitigar aqui que se convencionou chamar de viés de seleção. Especialmente a área de avaliação de políticas públicas o arcabouço mais utilizado é a ideia de *Resultados Potenciais* (Ver capítulo 1). Que tem como cerne a potencial existência de uma situação contrafactual. Técnicas, como: *Aleatorização, Diferenças em Diferenças, Pareamento, Regressão Descontínua e Efeitos Sintéticos*, estão à disposição dos pesquisadores para a resolução dos problemas de viés de seleção e por consequência

para ajuda-los na produção de inferências causais válidas, objetivo fundamental da ciência política contemporânea.

O quadro abaixo sintetiza o arcabouço conceitual dessas técnicas, das quatro técnicas que compõe o quadro uma Aleatorização/Método Experimental, como o próprio nome diz se vincula os desenhos de pesquisa experimental. As outras três, Diferenças em Diferenças, Pareamento e Regressão Descontínua são próprias de desenhos de pesquisa observacionais. O passo seguinte da análise está no diagnóstico da utilização desse cardápio pelos estudiosos do Poder Legislativo no Brasil.

Quadro 27: Técnicas para controlar o viés de seleção em desenhos de pesquisa

Técnica	Descrição	Desenho de Pesquisa
Aleatorização/Método Experimental	Seleção aleatória de indivíduos que farão parte dos grupos de tratamento e controle. A Implementação adequada fornece o balanceamento necessário tanto das características observadas das unidades que compõem os dois grupos. Por construção o método permite criar uma situação na qual não há correlação entre ser ou não tratado.	Experimental
Diferenças em Diferenças	O cálculo é baseado em uma dupla subtração. A primeira se refere à diferença das médias da variável de resultado entre os períodos anterior e posterior ao programa, para o grupo de tratamento e para o de controle. A segunda se refere à diferença da primeira diferença calculada entre os grupos. O tratamento do viés de seleção está associado a características não observáveis dos indivíduos, especificamente àquelas que são invariantes no tempo.	Observacional
Pareamento	O método do pareamento busca construir um grupo de controle semelhante ao grupo de tratamento em termos de determinadas características observáveis. De acordo com as hipóteses deste método, cada membro do grupo de tratamento teria um par no grupo de controle que representa o resultado que ele teria obtido caso não fosse tratado.	Observacional
Regressão Descontínua	O método de regressão descontínua pode ser usado quando a probabilidade de receber tratamento muda de forma descontínua com uma variável. Os indivíduos que estão logo abaixo do ponto de corte são muito semelhantes aos indivíduos logo acima do ponto de corte, exceto pelo fato de que não receberam o tratamento, e seriam um bom grupo de controle.	Observacional

Fonte: Menezes Filho (2012)

Dos 131 artigos analisados 2 merecem destaque nas tentativas de correção do viés de seleção nos seus respectivos desenhos de pesquisa. Com dito anteriormente o trabalho de Ricci et. al. (2012) de discuti o uso das medidas provisórias nos estados brasileiros

adotou como estratégia metodológica a construção de um quase-experimento ou experimento natural. Assim, a ocorrência de um evento fortuito ou imprevisto permite formar grupos de tratamento e controle parecidos em diversos aspectos. Regras institucionais podem se configurar como o mecanismo de separação entre dois grupos. No caso do estudo de Ricci et. al. (2012) as Medidas Provisórias dividem os estados em dois grupos, os que possuem (grupo de tratamento) e os que não possuem (grupo de controle) esse desenho de pesquisa propiciou um estudo sobre a robustez do uso das Medidas Provisórias no nível subnacional brasileiro.

O trabalho de Neiva (2006) também se preocupa com a questão do viés de seleção, porém, não utilizada nenhuma das técnicas descritas acima. O autor mobilizou uma técnica canônica na econometria aplicada o modelo proposto por Heckman (1979). Por definição o Modelo Heckman opera em dois passos. No caso do estudo de Neiva (2006) o primeiro passo avalia a possibilidade da existência de uma Câmara Alta e o segundo avalia o poder das Câmaras Altas. O modelo gera um fator de controle de viés na primeira equação, uma *Lambda*. Segundo o autor "*O fator de correção (Lamba) reflete todas as características não medidas que estão relacionadas ao fato de se criar, ou não, uma Câmara Alta; ele leva em consideração informações existentes nos países unicamerais, que provavelmente teriam poderes maiores que zero*" (NEIVA, 2006: 280).

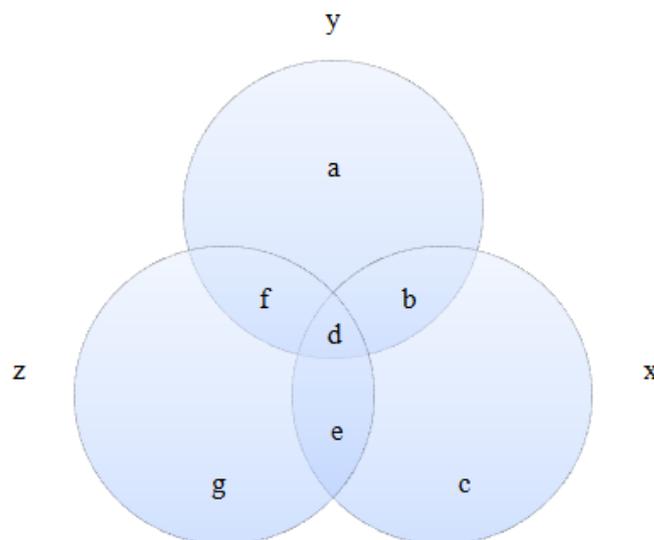
O que se identificou com o presente estudo é que a preocupação em se discutir o viés de seleção não é latente nos estudos Legislativos brasileiros. Apenas a difusão dessas técnicas e sua adequação aos desenhos de pesquisa promoverá um debate mais intenso sobre os mecanismos de identificação e os estudos Legislativos. A próxima seção promoverá uma discussão sobre as variáveis omitidas, dimensão latente no debate sobre a questão da identificação na ciência política.

5.4.2. As variáveis omitidas

Como sabemos a ciência política e as ciências sociais em geral tem uma realidade multivariada. Essa ideia revela que qualquer fenômeno político é influenciado por uma gama variada de fatores. Dito de outra forma, a realidade multivariada nos remete a ideia de muitas variáveis interferindo em um dado fenômeno. Sob esse prisma, o

pesquisador deve controlar ao máximo essas diversas dimensões na operacionalização de seu estudo, caso contrário, suas inferências de que X causa Y podem estar erradas. A falha em não incluir variáveis que ajudam a explicar o fenômeno de interesse é chamada pela literatura especializada de viés de variável omitida. A figura 4 representa especialmente a importância de incluir nas análises as possíveis causas da variável dependente. Na figura temos a representação gráfica das variáveis Y (variável dependente), X (variável independente) e Z (variável de controle), a covariação (ou relação) entre elas está representada pelas interseções. Podemos dizer que a variação total de Y é representada pela soma das áreas $a + b + d + f$. E a covariação (ou relação) entre Y e X é representada pelas áreas $b + d$ (KELLSTEDT et. al., 2015).

Figura 3: Diagrama de Venn na qual X, Y e Z estão correlacionados



Na figura, a variável Z apresenta relação tanto com Y, quanto com X. A relação de Y e Z é dada pela área $f + d$, e a relação entre Z e X é dada pela área $d + e$. E como dito anteriormente d é também parte da relação entre Y e X. Kellstedt et. al. (2015) apontaram o prejuízo para análise a ausência de Z. *"Se, hipoteticamente, apagarmos o círculo correspondente a Z da figura, atribuiremos (incorretamente) toda a área dada por $b + d$ a X, enquanto a porção d da variação de Y é compartilhada por X e Z. É por isso que, quando Z é relacionado com X e Y, e falhamos em controlar por Z, estimamos um efeito enviesado de X e Y."* (KELLSTEDT et. al., 2015: 234).

É importante destacar que em modelos covariacionais a não inclusão de uma variável de controle Z poluirá as estimações do efeito de X em Y. Pois de alguma maneira o efeito de Z estará embutido nos parâmetros estimados, fato que produz viés na magnitude dos coeficientes. Além de impactar na qualidade de ajuste dos modelos.

5.4.2.1. A qualidade do ajuste

Em modelos lineares, os mais usados nos estudos Legislativos brasileiros como mostrado no gráfico 12 a qualidade do ajuste é chamada estatística R^2 , ela varia entre 0 e 1 e indica a proporção de variação da variável dependente que é explicada pelo modelo (KELLSTEDT et. al., 2015). Segundo Wooldridge (2010) estatísticas de R^2 que explicam pouco da variação da variável dependente não necessariamente atribui inutilidade a equação⁴⁵. É possível que as estimativas de MQO sejam estimativas confiáveis dos efeitos *ceteris paribus* de cada variável independente. "*Em geral, um R^2 baixo indica que é difícil prever resultados individuais sobre y com muita precisão*" (WOOLDRIDGE, 2010: 79).

Através do protocolo de estudo elaborado para a confecção do presente estudo foi possível realizar um estudo dos ajustes dos modelos de regressão propostos pelos pesquisadores do poder legislativo no Brasil. Primeiramente é importante lembrar que alguns estudos não reportaram a estatística de ajuste de seus modelos, talvez por estarem mais interessados na magnitude dos coeficientes e nos testes de hipóteses e menos na estatística de ajuste⁴⁶. Assim, a literatura sobre o Poder Legislativo no Brasil apresentou 28 modelos de regressão linear nos 16 estudos que utilizaram a técnica, a média da estatística de ajuste entre os modelos foi de 36%. Esses valores incluem as estatísticas R^2 e R^2 -ajustado. O R^2 -ajustado leva em conta o número de variáveis independentes e o tamanho da amostra (HAIR et. al., 2009)⁴⁷.

⁴⁵ É importante destacar que estatísticas R^2 com baixa magnitude são extremamente comuns nas ciências sociais e nas ciências sociais aplicadas.

⁴⁶ São eles: Neiva (2006), Cervi (2009), Castro et. al. (2009), Perissinotto et. al. (2009), Santos et. al. (2011), Ames et. al. (2011), Nunes (2012), Hiroi et. al. (2014), Batista (2015).

⁴⁷ É importante destacar que a estatística R^2 nunca diminui com o acréscimo de várias independentes no modelo. Porém, a estatística de R^2 ajustado pode cair se variáveis independentes acrescentadas ao modelo tem pouco poder explicativo (HAIR et. al., 2009).

Em modelos não lineares técnicas como: Regressão Logística, Regressão Logística Multinomial, Regressão de Cox, Binomial Negativo e Regressão de Poisson, foram utilizadas 21 vezes pelos pesquisadores. A média dos coeficientes de ajuste nesses modelos foi de 27%⁴⁸. É importante destacar que as estatísticas de "ajuste" em modelos não lineares é motivo de grande debate no meio acadêmico. O "ajuste" em modelos não lineares é calculado através de estimadores de máxima verossimilhança que diferentemente do R² nos modelos lineares não minimiza a variância. Por isso, muitos desenhos de pesquisa que utilizam estimadores de máxima verossimilhança se dedicam mais fortemente a análise dos coeficientes estimados ou mesmo a taxa de ajuste do modelo (MENARD, 2002). A análise das estatísticas de ajuste realizada nessa foi seção teve como objetivo uma discussão da existência de variáveis omitidas e as estatísticas de ajuste são mecanismos interessantes para essa discussão.

A seção seguinte se dedicara a outro tema de extrema importância para a excussão responsável de uma pesquisa científica, as possibilidades de replicação e mobilização dos dados realizada pelos pesquisadores.

5.5. Estudos Legislativos: dados mobilizados e as possibilidades de replicação

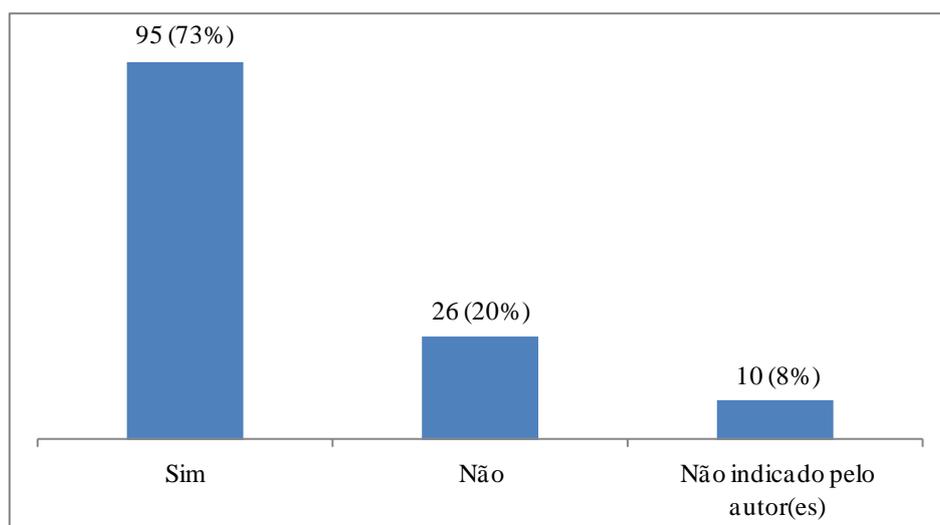
Segundo King (1995) *"the only way to understand and evaluate an empirical analysis filly is to know the exact process by which the data were generated and the analysis produced."* (KING, 1995: 444). A ideia de replicação introduzida no debate acadêmico por King (1995) é uma tarefa que potencializa o fazer científico na ciência política contemporânea. Independentemente da orientação metodológica da pesquisa, perguntas do tipo: (i) qual a origem dos dados que compõem a pesquisa? (iii) quando e onde ela foi realizada? (iii) quais estratégias de mensuração foram utilizadas pelo pesquisador, ajudam no entendimento mais completo das etapas da pesquisa e fomentam a replicação dos seus achados. Se essas e outras questões estiverem claras nos estudos, a tarefa da replicação se torna mais fácil e conseqüentemente mais estudos serão replicados, fato que possibilita um ganho exponencial ao fazer científico em ciência política. Segundo

⁴⁸ Em modelos Logísticos *"a medida básica do quão bem o procedimento de estimação de máxima verossimilhança se ajusta é o valor de verossimilhança, semelhante aos valores das somas de quadrados usadas em regressão múltipla"* (HAIR et. al., 2009: 287). O trabalho levou em consideração três medidas de ajuste dos modelos (Pseudo R²) comparáveis com a medida R² em regressão múltipla: R² de Cox e Snell, R² de Nagelkerke, além da medida de pseudo R² baseada na redução no valor -2LL (Idem).

King (1995) o "*replication standard*" requer que o autor forneça no livro, ou no artigo informações suficientes para que o estudo possa ser reproduzido por um terceiro pesquisador. Na perspectiva do autor a replicação deve possibilitar que "*future scholars, with only your publication and other information you provide, ought to be able to start from the real world and arrive at the same substantive conclusions.*" (KING, 1995: 444). Outra característica importante do processo de replicação é que ele propicia uma divulgação mais efetiva das produções acadêmicas e robustece a possibilidade de crítica entre os pares, algo que sem sombra de dúvidas é a mola mestre do conhecimento científico.

A partir da importância do processo de replicação para o fazer científico da ciência política contemporânea, pretende-se aqui verificar até que ponto a dinâmica da replicação esta presente na produção acadêmica sobre os Poderes Legislativos no Brasil. Trabalha-se com um triplo objetivo: (i) verificar qual a natureza dos dados utilizados pelos pesquisadores; (ii) verificar em que medida os pesquisadores mobilizam em suas pesquisas dados oficiais e (iii) verificar se os dados estão disponibilizados em alguma plataforma pública, fato que legitima um processo de replicação mais efetivo e permanente. O gráfico 13 apresenta os dados para a utilização ou não de dados oficiais pelos desenhos de pesquisa analisados no presente trabalho. Dos 131 estudos 95 (73%) indicaram o uso de dados oficiais em suas análises, 26 (20%) não utilizaram dados oficiais, mobilizaram *surveys* ou outros dados para a realização dos estudos, 10 (8%) trabalhos não apontaram a origem dos dados utilizados. Essas estatísticas demonstram a importância dos dados oficiais para a execução das pesquisas em ciência política, especialmente nos estudos legislativos.

Gráfico 20: Uso de dados oficiais nos estudos Legislativos



Fonte: Elaboração própria

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas e o Tribunal Superior Eleitoral são as instituições oficiais que mais fornecem dados aos pesquisadores. A Câmara dos Deputados aparece como a instituição que majoritariamente fornece mais informações aos cientistas políticos brasileiros, um dos fatos que fomenta o estudo mais robusto dessa casa legislativa, como abordado no capítulo 2.

Duas bases de dados ligadas a centros de pesquisa merecem destaque nos estudos legislativos brasileiros. A primeira o *Banco de Dados Legislativos do Cebrap* (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que foi mobilizada pelos estudos de Arretche (2007), Figueiredo et. al. (2007), Cheibub et. al. (2009), Miranda (2009), Limongi et. al. (2009), Inácio (2009), Neiva (2011), Freitas (2012), Gomes (2012), Soares (2012), Melo et. al. (2012), Neiva et. al (2012) e Neiva et. al. (2013). E o *Survey Elites Políticas Estaduais* conduzido pelo Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Os trabalhos de Castro et. al. (2009), Melo (2011), Nunes (2011), Inácio (2011), Nunes (2012), Rocha et. al. (2012), Inácio et. al. (2013) e Melo (2015) marcaram o estudo dos legislativos estaduais através do estudo das suas elites políticas.

Outro ponto que pode ser discutido no presente trabalho é se a ideia de replicação está presente nos estudos Legislativos brasileiros. Para uma replicação efetiva na esteira do que nos sugere King (1995) os autores deveriam disponibilizar suas bases de dados em arquivos públicos e informar ao leitor tal disponibilidade. Foi possível diagnosticar que essa não é uma prática frequente na produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil. No máximo os autores disponibilizam o contato caso outro pesquisador queira utilizar seus dados (MANCUSO, 2007; SANTOS; 2015). Para a criação de um processo de replicação mais robusto os pesquisadores devem procurar plataformas públicas para indexar seus dados. A disponibilização das *Sintaxes*, *Do files* e *Scripts* também fomenta a replicação, além de permitir a criação de uma comunidade científica e a crescente evolução do campo de pesquisa.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo discutir e apresentar a conexão entre os métodos e os dados empíricos nos Estudos Legislativos no Brasil para o período de 2006 a 2015. A estruturação da análise de dados, os mecanismos relativos aos testes de hipóteses e as estratégias inferências envolvidas nas análises, foram o cerne da análise. Com relação as estratégias inferências mobilizadas pelos pesquisadores foi possível verificar que as inferências descritivas foram utilizadas majoritariamente pelos pesquisadores. Os estudos inseridos na lógica quantitativa também foram maioria, quando da análise da natureza metodológica da produção acadêmica. Essa junção entre inferências descritivas e uso do arcabouço quantitativo fez com as estatísticas descritivas fossem o instrumento mais utilizado pelos pesquisadores. Técnicas como Regressão Linear, Regressão Logística (logit/probit) também foram bastante mobilizadas para a realização dos testes de hipóteses. Com relação a replicação dos dados (KING, 1995) foi constatando que essa não é uma prática utilizada pelos pesquisadores. Os paradigmas da replicação apontados por King (1995) não foram utilizados por nenhum dos trabalhos analisados.

Com relação ao ajuste inferencial o presente capítulo diagnosticou a necessidade de uma preocupação maior por parte da literatura com dois pontos levantados por Rezende (2016). A integração entre as metodologias quantitativas e qualitativas e a preocupação recentes com a identificação que segundo Rezende (2016) reside em estabelecer se as proposições causais supostas pelos modelos teóricos efetivamente confirmam a

realidade. A questão da identificação, trás a tona questões importantes para o estabelecimento de relações causais na ciência política, como o viés de seleção e as variáveis omitidas. Essas questões foram tratadas pela literatura analisada de maneira residual e os pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil devem a partir de seus desenhos de pesquisa discutir e abordar esses pontos para a construção de inferências mais robustas sobre as realidades estudadas.

Conclusão

Os estudos Legislativos ocupam uma posição de destaque dentro da ciência política brasileira. O desenvolvimento da área é prova inequívoca do processo de acumulação do conhecimento sobre nossas instituições legislativas, em especial da Câmara dos Deputados. Através desse processo de desenvolvimento do campo de pesquisa o interesse pelos estudos legislativos se materializou em pesquisas pautadas na democratização e no processo constituinte, pela preocupação com a paralisia decisória e a dinâmica das coalizões (ABRANCHES, 1988; AMORIM NETO, 2000), pela importância das regras internas (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999), pela conexão eleitoral (PEREIRA E MUELLER, 2001), pela reforma política (SOARES E RENNÓ, 2006) e pela migração partidária (MELO, 2000). O estudo intenso do Congresso norte-americano orientou a produção acadêmica (LIMONGI, 2000; SANTOS, 2006) e forneceu propostas teóricas e hipóteses para testes. Assim, segundo Morgenstern et. al. (2009) o modelo americano de organização legislativa e comportamento do legislador fornece uma orientação teórico-metodológica para a elaboração de novas pesquisas. Os autores afirmam que mesmo os Legislativos operando em contextos diferentes o modelo americano é um importante guia para a consubstanciação de desenhos de pesquisa relacionados a esse poder. Assim, a apropriação da literatura norte-americana não se deu de maneira acrítica pelos cientistas políticos brasileiros, ela proporcionou a expansão do conhecimento sobre o tema e fez com que os estudos Legislativos brasileiros se destacassem internacionalmente (INÁCIO, et. al., 2009).

Mesmo afirmando a consolidação da área na ciência política brasileira existem espaços para aprofundamentos no campo de pesquisa. Segundo Power et. al. (2011) existem duas críticas que podem ser feitas a produção acadêmica. *"A primeira é que grande parte da produção atual constitui, na verdade, estudos do comportamento e das preferências do Executivo"* (POWER, et. al., 2011: 11) e a segunda é que embora se reconheça que as motivações dos legisladores têm origens eleitorais, poucas vezes se percebe o cruzamento de dados produzidos no processo legislativo com aqueles provenientes de outras esferas políticas (POWER, et. al., 2011). As afirmações de Power et. al. (2011) apontam possíveis caminhos para fomentar a robustez das inferências realizadas sobre o poder legislativo no Brasil.

Os dados encontrados no presente trabalho vão ao encontro daquilo que é diagnosticado por Power et. al. (2011). O estudo da produção acadêmica no período de 2006 a 2015 nos mostrou a consolidação de duas áreas bem específicas dentro do campo de pesquisa: *Comportamento Parlamentar e Relação Executivo/Legislativo*. A saliência dessas áreas se coaduna com a consolidação da área de estudos Legislativos na ciência política nacional. A principal base teórico-metodológica dos estudos Legislativos é o novo institucionalismo da escolha racional. Segundo Hall e Taylor (2003) os primeiros estudos pautados nessa lógica surgiram com a tentativa de explicar o comportamento legislativo no Congresso norte-americano e estabilidade das decisões políticas. Nos estudos Legislativos brasileiros a lógica do novo institucionalismo da escolha racional também imperou, fato que legitimou estudos orientados para o entendimento do comportamento dos parlamentares frente as instituições.

Com relação ao foco nos paradigmas da relação Executivo/Legislativo a força institucional do Poder Executivo, foi o fator determinante para potencializar estudos nessa área. As Medidas Provisórias e a iniciativa exclusiva em determinadas matérias materializam a relevância do Executivo na sua relação com o Legislativo, fato que potencializa a confecção de um grande número de trabalhos nessa rubrica. A produção se vinculou em boa medida a análise da aprovação definitiva da agenda Legislativa do Executivo, negligenciando aspectos do processo legislativo, por exemplo.

Assim, muitos desafios se colocam para os estudiosos do Poder Legislativo no Brasil, talvez o primeiro deles esteja nos próprios fundamentos da Relação Executivo/Legislativo, uma discussão atualizada sobre o domínio do Executivo sobre processo Legislativo brasileiro. Essa agenda potencializaria estudos sobre o gerenciamento e manutenção das coalizões, os novos paradigmas da patronagem no sistema político brasileiro e suas relações com a corrupção. A influência do financiamento da atividade política e os resultados legislativos é outra agenda que se coloca como premente para os cientistas políticos brasileiros. A atuação dos Grupos de Interesse e a influência dos recursos financeiros nos trabalhos legislativos também. Outro desafio importante está no estudo mais robusto do sistema de comissões nos legislativos brasileiros. Sem sombra de dúvida a Câmara dos Deputados é a instituição onde se conseguiu um maior acúmulo de conhecimento, o seu sistema de comissões ainda é uma incógnita. Tem-se a ideia de um arrefecimento institucional, porém, sem

avaliações empíricas efetivas. É necessário também ampliar os estudos para outras instituições legislativas, as pesquisas sobre o Senado Federal e Assembleias Legislativas são bastante residuais na produção acadêmica brasileira, vinculadas em boa medida a esforços individuais ou a pesquisas esporádicas. É necessário empreender esforços para a efetivação dessas agendas de pesquisa. Os estudos sobre os legislativos municipais são inexistentes, essa agenda se coloca como essencial para o entendimento do sistema político brasileiros em todas as suas dimensões.

Para além de uma ampliação temática reelecionada a agenda de pesquisa é essencial que os estudos Legislativos brasileiros busquem em seus desenhos de pesquisa aquilo que Rezende (*no prelo*) chamou de ajuste inferencial. Contudo, é patente a consolidação metodológica da área na produção acadêmica nacional, a apropriação daquilo que se convencionou chamar de ciência normal já foi diagnosticada (SANTOS, 2006). Assim, o esforço em utilizar evidências e buscar a associação entre teoria e empiria é uma realidade. Porém, novas questões se colocam para a disciplina na atualidade e só a compreensão do que orienta a produção do conhecimento na ciência política é capaz de atestar o quão a área busca a qualidade inferencial. O estudo comparado dos desenhos de pesquisa realizado no presente estudo nos deu uma fotografia desse cenário. Ou seja, um diagnóstico do ajuste inferencial nos estudos legislativos brasileiros.

Rezende (2016) aponta para sete dimensões que orientam o padrão de cientificidade na ciência política contemporânea, fatores que evidenciam o ajuste inferencial na disciplina. Segundo o autor a (i) *Preocupação crescente com inferência causal*; (ii) *Orientação por modelos hipotéticos-dedutivos*, (iii) *Conexões entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial*, (iv) *Integração entre métodos quantitativos e qualitativos*, (v) *Eclético analítico*, (vi) *Elevação da demanda por identificação* e (vii) *Primazia dos métodos sobre análise* (Ver quadro 1). A partir da análise da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil foi possível diagnosticar que alguns passos devem ser dados pelos pesquisadores na busca pelo ajuste inferencial. Especialmente três aspectos merecem destaque, a inferência descritiva ainda se sobrepõe a inferencial causal, a área ainda é eminentemente quantitativa, a integração entre métodos praticamente não existe, ponto que compromete o ajuste inferencial da área. A preocupação com a identificação não é uma realidade, questões como viés de seleção, variáveis omitidas e endogeneidade não são discutidas pela grande maioria dos

trabalhos. Com relação as técnicas utilizadas os estudos Legislativos brasileiros ainda é latente o uso das regressão, sejam elas lineares ou não lineares. Modelos de Series Temporais e em Painel são residuais. Modelos de causalção contrafactuais são praticamente inexistentes. E modelos experimentais não foram identificados. Desenhos de pesquisa dedicados aos pressupostos da Nova Metodologia Qualitativa também não mereceram a atenção dos pesquisadores.

Entendendo a metodologia como os passos lógicos para a construção do conhecimento, a presente pesquisa identificou passos em uma nota só, não há uma diversificação desses passos na linha do que Rezende chama de Pluralismo Inferencial. Assim, a produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil deve estar atenta aos pressupostos do ajuste inferencial para potencializar o diálogo internacional de nossa produção científica. Para além da utilização desse cardápio metodológico a ciência política brasileira deve estar atenta a formação dos pesquisadores e na constante mobilização de novos dados. Outro aspecto que marca os estudos Legislativos no Brasil é a não preocupação com a replicação, os trabalhos analisados não sinalizam nesse sentido. Se desejamos a criação de uma comunidade científica, a adequação aos padrões de cientificidade deve estar acompanhada da publicização dos caminhos metodológicos escolhidos pelos pesquisadores. Assim, é patente que o ajuste inferencial está também na efetivação dos mecanismos de replicação das pesquisas.

Os Estudos Legislativos são em boa medida responsável pela consolidação teórico-metodológica da disciplina no Brasil, porém, o mundo acadêmico exige uma constante evolução dos profissionais e conseqüentemente dos seus desenhos de pesquisa. A busca pelo ajuste inferencial deve orientar nossas práticas acadêmicas e pelos resultados aferidos no presente estudo há muito trabalho pela frente.

Referências revisão da literatura

AGUIAR, O. O.. Os atores-chave no Processo Decisório no Âmbito das Comissões Permanentes. E-Legis, v. 12, p. 137-152-152, 2013.

AMES, Barry ; PEREIRA, C. ; RENNÓ, Lúcio . Famintos por Pork: Uma Análise da Demanda e Oferta de Políticas Localistas e suas Implicações para a Representação Política. In: Timothy Power e Cesar Zucco. (Org.). O Congresso por Ele Mesmo: Auto percepções da Classe Política Brasileira. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011, v. , p. 239-272.

AMORIM NETO, O.. O Brasil, Lijphart e o Modelo Consensual de Democracia. In: Magna Inácio; Lucio Renno. (Org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, v. , p. 105-131.

ANASTASIA, Fátima ; CORREA, Isabela ; Nunes, Felipe . Caminhos, veredas, e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: Raquel Meneguello. (Org.). O Legislativo Brasileiro: Funcionamento, Composição e Opinião Pública. Brasília: Editora do Senado, 2012, v. , p. 1-217.

ARABI, Abhner Youssif Mota Arabi. A Ascensão do Judiciário e a Tensão Institucional: Judicialização, Ativismo e a Reação do Poder Legislativo (PEC 33/2011).. Observatório da Jurisdição Constitucional, v. 1, p. 28-43, 2013.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 20, p. 550/02-580, 2011.

ARRETCHE, Marta. The Veto Power of Subnational Governments in Brazil. Brazilian Political Science Review, v. 2, p. 40-73, 2007.

BARRETO, A. A. B.. Reeleição para a Câmara dos Deputados em 2006: é possível vencer as incertezas do sistema eleitoral?. Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 2, p. 27-38, 2012.

BARROS, A. T.; MARTINS, L. M.. O Poder Legislativo e as políticas educacionais: a ótica cidadã sobre o contexto recente. E-Legis, v. 15, p. 61-81, 2014.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. ; RODRIGUES, M. R. . O discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. E-Legis, v. 7, p. 7-25, 2014.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. . Atuação Parlamentar Virtual: as estratégias dos Deputados Federais em seus Websites. E-Legis, v. 6, p. 18-42, 2015.

BATISTA, Mariana. A Conexão Ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010). Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 4, p. 3-16, 2015.

BONVECCHI, Alejandro. Tipos de Presidencialismo y Efectividad del Control Legislativo sobre el Presupuesto: Control Político y Control Técnico en Argentina, Brasil y Mexico, Revista Iberoamericana de Estudios Legislativos, Vol.1, 1, Diciembre 2010: 66-81.

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L.; Miríade, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 24, p. 123-142, 2009.

BRAGA, Ricardo de J. . A Agenda Legislativa do Governo Castelo Branco: um regime político em transição. E-Legis, v. -, p. 87-105, 2014.

BROD, Jairo Luis. Quando o Legislativo não legisla...: O caso do Projeto de lei nº 1.151/1995, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo. E-legis, Brasília, 2009.

CAMPOS, A. M. Ficha Limpa e a Resposta Congressual: comportamento legislativo e processo decisório. E-Legis, 2014.

CARREIRÃO, Yan de Souza; PERONDI, Eduardo. Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999-2006). Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), p. 121-141, 2009

CARVALHO, V. N.. Escolas do legislativo e a educação para a democracia. E -Legis, v. 1, p. 46-61, 2014.

CASTRO, M. M. M.; ANASTASIA, F.; NUNES, F.. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 961-1001, 2009.

CERVI, Emerson Urizzi. Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia legislativa do estado do Paraná. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 17, p. 1-1, 2009.

CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F.. Partidos Políticos e Governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 263-299, 2009.

CORADINI, O. L.. Frentes Parlamentares, Representação de Interesses e Alinhamentos Políticos. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 18, p. 241-308, 2010.

CÔRTEZ, C. Reprodução eleitoral, especialização ou cartelização legislativa? a comissão de minas e energia da câmara dos deputados em pauta. Brasília. E-legis. 2010.

CUNHA, L. R.. Emendamento de Medidas Provisórias pelo Congresso no Brasil: Congressistas pegando carona na agenda política nacional iniciada no Executivo. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 22, p. 61--89, 2015.

DANTAS, Humberto. Coesão, migração e posicionamento partidário na assembleia legislativa do estado de São Paulo na legislatura 1999 A 2003. E-Legis, v. 3, p. 23-45, 2009.

DINIZ, Simone. O senado federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 27, p. 169-184, 2012.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio. The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy. Brazilian Political Science Review, v. 2, p. 10-28, 2008

FELISBINO, R. A.. Atores e práticas: a produção de leis da elite parlamentar da Câmara Dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Revista Pensamento Plural, ano 3, num. 5, Pelotas, julho-dezembro. Pensamento plural (UFPEL), v. 3, p. 103-128, 2009.

FELISBINO, R. A.; KERBAUY, M. T. M.. Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense. Opinião Pública (Revista do CESOP), vol 19, num 1, p. 154-167, Campinas, jun.. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 154-167, 2013.

FERREIRA JÚNIOR, N. A.. Comissão de Legislação Participativa: a construção da democracia deliberacionista. E-Legis, v. 1, p. 4, 2008.

FERREIRA JÚNIOR, N. A.; PERLIN, G. D. B.; ROCHA, A. B. . Reforma Política no Parlamento Brasileiro: considerações a partir da rejeição política do projeto de lei 1210 de 2007. E-Legis, v. 9, p. 24-51, 2012.

FERREIRA, Marcelo Costa. As migrações partidárias e a correlação de forças na câmara dos deputados (1995-2006). Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 205-215, 2011.

FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F. . Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira. In: Carlos Ranulfo. (Org.). A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, v. , p. 25-32

FREITAS, Andréa. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 951-986, 2012.

FUKS, M.; FIALHO, Fabrício Mendes. Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 15, p. 82-106, 2009.

GOMES, F. B. C.; CARVALHO, E. L.; REIS, R.. Projetos de lei ordinária apresentados na câmara dos deputados entre 1999 e 2006: Tramitação geral e dos relacionados à saúde. E-Legis, v. 2, p. 5, 2009.

GOMES, FÁBIO DE BARROS CORREIA. Cooperação, liderança e impasse entre o Legislativo e o Executivo na produção legislativa do Congresso Nacional do Brasil. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 911-950, 2012.

GONTIJO, J. G.. Relação Executivo-Legislativo e Processo de Retração de Provisões Sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 21, p. 113-149, 2012.

GONZALEZ. L , MAMONE. M. I. Who Distributes? Presidents, Congress, Governors, and the Politics of Distribution in Argentina and Brazil. Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 4, 2015.

GROHMANN, L. G. M.. Comparando os Legislativos subnacionais da Argentina e do Brasil. In: Magna Inácio; Lúcio Rennó. (Org.). Legislativo Brasileiro Comparado em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, v. , p. 447-476.

GUIMARÃES, A. S.; SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo ; SOUZA, Juliana Werneck, MELO, Maria Raquel Mesquita . Gestão Estratégica no Poder Legislativo: o caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E-Legis, v. I, p. 65-83, 2012.

HIROI, T.; RENNÓ, L. . Institutional and Partisan Sources of Legislative Conflict: The Brazilian Case. Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos, v. 1, p. 2-12, 2014.

INÁCIO, Magna. Engajamento parlamentar no Brasil. In: Timothy Power; Cesar Zucco. (Org.). O Congresso por Ele Mesmo: Autopercepções da Elite Política Brasileira. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, v. 01, p. 165-205.

INÁCIO, Magna. Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados. In: Carlos Ranulfo de Melo & Manuel Alcántara Sáez. (Org.). A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21.. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. , p. 199-235.

INÁCIO, Magna. Mudança Procedimental, oposições e obstrução na Câmara dos Deputados. In: Rennó, Lúcio; Inácio, Magna. (Org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

INÁCIO, Magna; AMARAL, Ernesto. Government or Opposition? The Determinants of Legislative Support for Governors in Brazil. SAGE Open, v. 3, p. 1/2158244013502-11, 2013.

INÁCIO, Magna; Brito, M. ; Cypriano, Breno . Conectando deputados, partidos e governos sobre o presidencialismo de coalizao no Brasil e no Chile. In: Anastasia, F; Inácio, Magna; Mateos Diáz, A.; Mendes, M. R.. (Org.). Elites Parlamentares na América Latina. 1a.ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, v. 1, p. 179-210.

INÁCIO, Magna; REZENDE, D. . Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. Opinião Publica, v. 21, p. 296-335, 2015.

KERBAUY, M. T. M.. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. In: Rachel Meneguello. (Org.). O

Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública. 1ªed.Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012, v. 1, p. 63-94.

LAMEIRÃO, C. R.. A Casa Civil e a gestão da coordenação política governamental no presidencialismo de coalizão brasileiro, 1995-2010. Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 4, p. 43-56, 2015.

LEITE, S. C. Análise do Recurso contra o poder conclusivo das comissões. Brasília. E-legis. 2010.

LEMOS, Leany; LLANOS, Mariana . O Senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 22, p. 115-138, 2007.

LIMA, N. L.. Análise da atividade legislativa da comissão de seguridade social e família de acordo com as vertentes distributivista e informacional. E-Legis, Brasília, 2009.

LIMONGI, F ; FIGUEIREDO, A.. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: Magna Inacio; Lucio Renno. (Org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009, v. , p. 77-104.

LODOLA, Germán. Ambições Políticas e Percursos de Carreira em Federações "Robustas". In: Rennó, Lúcio; Inácio, Magna. (Org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

LUCAS, K. SAMUELS, D. A "Coerência" Ideológica do Sistema Partidário Brasileiro 1990-2009. In: Power, Timothy; Zucco Jr., Cesar. (Org.). O Congresso Por Ele Mesmo. Belo Horizonte: UFMG, 2011, v. , p. 37-60.

MAGALHAES, P. ; MIRANDA, Geralda L. . Entre partidos e distritos: instituições, opiniões e comportamento parlamentar no Brasil, no Chile e na Venezuela. In: ANASTASIA, Fátima; DIÁS, Araceli; INÁCIO, Magna; ROCHA, Marta. (Org.). Elites Parlamentares na América Latina. 1ed.Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, v. , p. 241-277.

MANCUSO, W. P. . O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. 1. ed. São Paulo: EDUSP/HUMANITAS/FAPESP, 2007. v. 1. 228 p.

MARENCO, André. Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migrações na Câmara dos Deputados, 1987-2002. In: Rachel Meneguello. (Org.). O Legislativo Brasileiro: Funcionamento, Composição e Opinião Pública. 1ed.Brasilia: Senado Federal, 2012, v. , p. 155-177.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 22, p. 93-113, 2007.

MEDEIROS, V. A. S.. O espaço e as leis: estratégias para o planejamento da Câmara dos Deputados. E-Legis, v. 1, p. 1-19, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. Opinião Pública, v. 21, p. 365-392, 2015.

MELO, Carlos Ranulfo. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 26, p. 57-71, 2011

MELO, Carlos Ranulfo; NUNES, F. . Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula. In: Magna Inácio; Lucio Rennó. (Org.). Legislativo Brasileiro em perspectiva Comparada. 1ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, v. 1, p. 381-407.

MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, B. A. L. . A reforma na Câmara: poderia ter sido pior. Em Debate (Belo Horizonte), v. 7, p. 19-28, 2015.

MELO, N. M. L.; BATISTA, Mariana . Diferentes, mas Iguais? Padrões de Disciplina Partidária na Câmara e no Senado. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 21, p. 150-185, 2012.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 22, p. 309-370, 2007.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 201-221, 2009.

MIRANDA, Geralda L.. A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 18, p. 201-261, 2010.

MIRANDA, Geralda L.. A influência da dinâmica eleitoral sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 911-959, 2009.

MIRANDA, Geralda L.. Executivo, Congresso e parlamentares na estrutura de delegação legislativa do Brasil republicano. E-Legis, v. 9, p. 6-23, 2012.

MONTERO, M. G. SÁEZ, M. A. Os Determinantes do Sucesso legislativo Presidencial na América Latina. In: Magna Inácio; Lucio Renno. (Org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. 1ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, v. , p. 105-131.

MONTERO, Mercedes García; Rodríguez, Cecilia. Presidencialismo y estancamiento legislativo. In: Anastasia, F; Inácio, Magna; Mateos Díaz, A.; Mendes, M. R.. (Org.). Elites Parlamentares na América Latina. 1a.ed.Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, v. 1, p 211-240.

MORITZ, M. L. R. F.. A atuação parlamentar dos partidos de esquerda: legislando para quem e em nome de quem (1995-1999). Pensamento plural (UFPEL), v. 03, p. 43-75, 2008

MULLER, G. A. A.. O papel informacional das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados 1991/1994 1995/1999. *Pensamento Plural (UFPEL)*, v. 8, p. 119-142, 2011.

NEIVA, P. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, v. 19, p. 183-196, 2011

NEIVA, P. Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? *Dados*, 49, 269- 299. 2006.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os doutores da federação: Formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política (Online)*, v. 20, p. 171-192, 2012

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 29, p. 165-188, 2014.

NEIVA, Pedro; SOARES, Márcia. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 28, p. 97-115, 2013.

NUNES, Felipe. Coalizões Legislativas Estaduais: Uma análise comparativa dos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul entre 1998-2006. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 19, p. 1-35, 2011.

NUNES, Felipe. Os determinantes dos resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, v. 21, p. 91-112, 2013.

NUNES, Felipe. What is the Best Strategy to Obtain Legislative Support? Survey Evidence from Brazilian State Assemblies?. *Brazilian Political Science Review*, v. 6, p. 88-113, 2012.

PARO, J. P. Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares. *E-Legis*, 2014.

PEGURIER, F. J. H.. Political careers and the chamber of deputies in Brazil. *Riel - Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*. n.2. out. Rio de Janeiro. FGV. 2012.

PEREIRA, C.; POWER, Timothy ; RAILE, Eric . Presidencialismo de Coalizao e Recompensas Paralelas: Explicando o Escandalo do Mensalao. In: Magna Inacio; Lucio Renno. (Org.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009, v. , p. 207-234.

PEREIRA, V.. Comissão parlamentar de inquérito, representação proporcional e minoria parlamentar: estudo de caso. *E-Legis*, v. 5, p. 20-30, 2010.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRIADE, A.. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006.. *Dados (Rio de Janeiro. Impresso)*, v. 52, p. 301-333, 2009.

POWER, T. J. O Presidencialismo de Coalizão na visão dos parlamentares brasileiros. In: Power, Timothy; Zucco Jr., Cesar. (Org.). O Congresso Por Ele Mesmo. Belo Horizonte: UFMG, 2011, v. , p. 37-60.

PRAÇA, S.. A organização do processo orçamentário nas Assembleias Legislativas brasileiras. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 17, p. 1, 2012.

PRAÇA, S.; NORONHA, L. Políticas públicas e a descentralização da Assembleia Constituinte Brasileira, 1987-1988. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 27, p. 131-147, 2012.

PRATES, M. M. B, Caminhos decisórios de CPIs: uma descrição desde a criação até o relatório final. E-Legis, v. 12, p. 94, 2014.

PROGREBINSCHI, T; SANTOS, F. G. M. . Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, p. 21-47, 2011

RANINCHESKI, Sonia; CORDEIRO, Nathália Rodrigues . Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil. Revista Debates (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008

REIS, M. A.. Cidadania Legislativa: um balanço dos dez anos da comissão de legislação participativa da câmara dos deputados. Brasília. E. Legis 2012.

RENNÓ, L.; WOJCIK, S.. The Changing Role of Ministers in the Legislative Agenda in Brazil. Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 4, p. 57, 2015.

RICCI, P. ; LEMOS, L. R. . Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: o antes e o depois das eleições. In: César Zucco e Timothy Power. (Org.). O Congresso por ele mesmo: auto-percepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011

RICCI, P.; TOMIO, F.. O Poder da caneta. A medida provisória no processo legislativo estadual. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 18, p. 255-277, 2012.

ROCHA, M. M.; COSTA, Alessandra R. . Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das assembleias estaduais brasileiras. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 18, p. 278-308, 2012.

ROMA, Celso. Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar. Dados (Rio de Janeiro) v. 50, p. 351-392, 2007.

SAIEGH, S. M. Avaliação das Taxas de Sucesso Legislativo dos Chefes do Executivo. In: Magna Inácio; Lucio Renno. (Org.). Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. 1ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, v. , p. 105-131.

SANTA HELENA, Eber Z.. Conflitos Temporais entre os Processos Legislativos Ordinário e Orçamentário. E-Legis, v. 6, p. 6-22, 2011.

SANTANA, Nilson Matias de. A relação agente-principal entre deputados federais e gestores administrativos na Câmara dos Deputados. E-Legis, v. I, p. 52, 2013

SANTANA, Nilson Matias de. Reforma Administrativa do Poder Executivo e Ações de Modernização da Câmara dos Deputados. E-Legis, v. 1, p. 82-99, 2014.

SANTOS, Carla Danice de Melo. O Poder Conclusivo das Comissões na Câmara dos Deputados na 52ª legislatura. E-Legis, nº 01, 2008.

SANTOS, F. G. M.. Poder de atração, complexidade institucional e processo decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil. In: Rachel Meneguello. (Org.). O Legislativo Brasileiro: Funcionamento, Composição e Opinião Pública. 1ed. Brasília: Secretaria Especial de Comunicação Social - Senado Federal, 2012, v. 1, p. 123-154.

SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. A Formulação de Políticas Públicas sob o Presidencialismo de Coalizão: uma abordagem informacional do processo Legislativo.

SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. . Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão. 1a.. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011. v. 1. 216p .

SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. A Política das Medidas Provisórias: uma delegação com bases informacionais. SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. . Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão. 1a.. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011. v. 1. 216p .

SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. Requerimentos de Urgência e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados. SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. . Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão. 1a.. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011. v. 1. 216p .

SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. Teoria Informacional e seleção de relatores na Câmara dos Deputados. SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. . Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão. 1a.. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011. v. 1. 216p .

SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012). Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1975, p. 7-39, 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria. Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 1, p. 52-70, 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo; BATISTA, Mariana; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, E. C.. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados.. Opinião Pública, v. 21, p. 33-59, 2015.

SANTOS, Manoel Leonardo; CUNHA, L. . Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: convergências e divergências. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 2141, p. 1-58, 2015.

SANTOS, Manoel Leonardo; CUNHA, L. . Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada. . Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. TD-2094, p. 7-48, 2015.

SANTOS, Manoel Leonardo; LINAN, A. P.; MONTERO, Mercedes Garcia . El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina. Revista de Ciencia Política (Santiago. Impresa), v. 43, p. 511-536, 2014.

SANTOS, T. T.. Da Gênese ao Funcionamento de uma Comissão Permanente na Câmara dos Deputados. E-Legis, v. 18, p. 1, 2015.

SILAME, Thiago; MEIRA, J. F.. Entre a Delegação e o Lobby: um Estudo de Caso sobre o Processo de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, v. 1, p. 35-51, 2014.

SILVA JÚNIOR, J. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. . Marolas ou Tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). Revista de Sociologia e Política (Online), v. 20, p. 199-211, 2012.

SILVEIRA, A.. O perfil do poder legislativo da capital e do estado de mato grosso (1983/2004). Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 17, p. 271-299, 2009

SOARES, Kelly C. C.. Por que os atores mudaram as regras do jogo? O processo legislativo da PEC da reeleição.. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 21, p. 417-487, 2012.

SOARES, Márcia Miranda. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a câmara dos deputados brasileira (1994-2010). Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 56, p. 413-437, 2013.

SPECK, BRUNO WILHELM; BIZZARRO NETO, F. A. . A 'força' das oposições nas Assembleias Legislativas Brasileiras. Em Debate (Belo Horizonte), v. 4, p. 11-19, 2012.

SUGIYAMA, N. B. O Bolsa Família: visões desde cima e de baixo. In: Timothy Power; Cesar Zucco. (Org.). O Congresso por Ele Mesmo: Autopercepções da Elite Política Brasileira. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, v. 01, p. 165-205.

TELES, Clay S.. Mudanças entre Partidos na Câmara dos Deputados: sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária. E-Legis, v. 16, p. 56-78, 2015.

TOMIO, F. R. L.; RICCI, P.. O governo estadual na experiência política brasileira: As performances legislativas das Assembleias estaduais. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 20, p. 193-259, 2012.

VIEIRA, R. M.. O estudo do lobby no legislativo - o caso de sucesso da CDU-CD. E-Legis, v. 02, p. 39-46, 2009.

WEBER, PRAÇA. Legislative organization and executive success rate at the subnational level: a comparison of Brazil and Germany, 1990-2010. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 13-24, 2014.

ZAMPIERI, E.. Ação dos Grupos de Pressão no Processo decisório das Comissões Permanentes no Congresso Nacional. E-Legis. 2014.

ZUCCO JR, C.. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: Power, Timothy; Zucco Jr., Cesar. (Org.). *O Congresso Por Ele Mesmo*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, v. , p. 37-60.

Referências gerais

ADCOCK, Robert and Collier, David. "Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research." *American Political Science Review* 95:3 (September 2001), 529-46.

ABRACHES

AMES, Barry. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2003

ANDREW Bennett & JEFFREY T. Checkel (Eds.). *Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press; 329 pages. 2015.

ANGRIST, J. & PISCHKE, J. *Mostly Harmless Econometrics: an Empiricists Companion*, Princeton Univesity Press, Princeton. 2008

BRADY, Henry and David Collier, *Rethinking Social Inquiry*, Rowman and Littlefield, 2004.

COLLIER, David, Henry E. Brady, and Jason Seawright. "Sources of Leverage in Causal Inference: Toward an Alternative View of Methodology." Chapter 13 in Henry E. Brady and David Collier, eds. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield. 2004

COLLIER, David, Henry E. Brady, and Jason Seawright. "Sources of Leverage in Causal Inference: Toward an Alternative View of Methodology." In *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*, 2nd ed., ed. Henry E. Brady and David Collier, 161–99. Lanham, MD: Rowman and Littlefield. 2010.

COX, G. E MORGENSTERN. Latin American's reactive assemblies and proactive presidents in: MORGENSTERN, Scott E NACIF, Benito (eds.). *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002

DIERMEIER E KREHBIEL. Institutionalism as a Methodology. *Journal of Theoretical Politics* 2002.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; PARANHOS, R. ; SILVA JUNIOR, J. A. ; ROCHA, E. C. ; ALVES, D. . O QUE É, PARA QUE SERVE E COMO SE FAZ UMA META-ANÁLISE?. Teoria & Pesquisa (on line), v. 23, p. 205-228, 2014.

FIGUEIREDO, Angelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV. 2001.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. O Processo Legislativo e a Produção Legal No Congresso Pós-Constituinte. Novos Estudos Cebrap, 38: 3-38. 1994.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Os Partidos Políticos Na Câmara dos Deputados: 1989-1994. DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, 38, 3: 49 7-526. 1995

GEORGE e BENNETT. Cap10 Process tracing and historical explanation. In: Case studies and theory development in the social sciences
Gerring, John. Case Study Research: Principles and Practices. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

HALL E TAYLOR. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova [online]. 2003,

HOLLAND, P. Statistics and causal inference. Journal of the American Statistical Association, 81(396):945–960. 1986

INÁCIO, M. e RENNÓ, L. (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. Fundamentos da pesquisa em Ciência Política. São Paulo: Blucher, 2015

KING, G. (1995). Replication, Replication. PS: Political Science and Politics 23: 443-499. Disponível: <http://gking.harvard.edu/gking/files/replication.pdf>. 1995

KING, Gary, Robert O. Keohane and Sidney Verba. Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. New Jersey. Princeton University Press. 1994.

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. Reliability and validity in qualitative research. Beverly. Sage, 87 p. 1986

KREHBIEL, Keith. Information and legislative organization. Ann Arbor: University of Michigan Press: 328. 1991.

LAZEGA, E. ; HIGGINS, Silvio Salej . Redes sociais e estruturas relacionais. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative research. American Political Science Review 64: 682-93. 1971.

LIMONGI, F.. Estudos Legislativos. In: Carlos Benedito Martins; Renato Lessa. (Org.). Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política. 1 ed. São Paulo: Anpocs, 2010, v. 1, p. 163-190.

LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: aliteratura norte-americana recente. BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 37: 3 -38. 1994

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. In: Novos Estudos. CEBRAP, n. 76, p. 17-41, 2006.

LINZ J.J. and A. STEPAN., ed., The Breakdown of democratic regimes, Baltimore, Johns Hopkins University Press. 1978.

LINZ, Juan J., e ALFRED Stepan. Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press. 1996

LIPSET, Seymour Martin and Stein Rokkan. Party Systems and Voter Alignments." In Party Systems and Voter Alignments. New York: Free Press. 1968

LIPSET, Seymour Martin. Political Man: The Social Bases Of Politics. Garden City, N. Y.: Dobubleday. 1960

MAHONEY, J. & RUESCHMEYER, D. Comparative historical analysis in the social sciences. Cambridge studies in comparative politics. Cambridge, U.K./Nova York, Cambridge University Press. 2003

MAHONEY, James and Gary Goertz. 2006. "A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research." Political Analysis 14:227-49.

Mahoney, James. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. World Politics, 62(1). Pp. 120-147. 2010.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. Revista Lua Nova, nº 23/24, pp. 25-73.1993

MAYHEW, D. R. Congress: The Electoral Connection. New Haven, Yale University Press. 1974

MENEZES FILHO, Naercio (org). Avaliação Econômica de projetos sociais. São Paulo. Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.

O'DONNELL, Guillermo, and Philippe Schmitter. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. In Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter, and Laurence Whitehead, eds. 1986. Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy, Part IV. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1986

PARANHOS, R. Conexões Inglórias: responsividade e produção legislativa no nível subnacional no Brasil. Tese de Doutorado (Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

PÉREZ-LIÑÁN. El método comparativo: fundamentos y desarrollos recientes. Documento de Trabajo; 2008.

POPPER, Karl R. Conjecturas e refutações. Brasília, Editora Unb. 2008

PRZEWORSKI, Adam, Michael E. Alvarez, José Antonio Cheibub, and Fernando Limongi. 2000. Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990. Cambridge: Cambridge University Press.

PUTNAM, Robert (1996). Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, tradução de Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy (1993).

RAGIN Charles C. Fuzzy-set Social Science. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2000

RAGIN, Charles. Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method. Thousand Oaks, CA. Pine Forge Press. 1994

REZENDE, Flavio. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 297-337

REZENDE, Flávio da Cunha. Modelos de Causação e o Pluralismo Inferencial em Ciência Política. Working Paper. 2015

REZENDE, Flávio da Cunha. Desenhos de Pesquisa e Qualidade Inferencial na Ciência Política: o modelo de engrenagens analíticas. Working Paper. 2015

REZENDE, F. C.. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 24, p. 13-45, 2016.

REZENDE, F. C. o Pluralismo Inferencial na Ciência Política pós KKV: argumentos e evidências (*no prelo*)

RUBIN, D. B. Discussion of “Randomization analysis of experimental data in the Fisher randomization test” by Basu. The Journal of the American Statistical Association, 75, 591–593. 1980

RUBIN, D. B. (1990a). Neyman (1923) and causal inference in experiments and observational studies. Statistical Science, 5, 472–480

RUBIN, D. B. (1990b). Formal modes of statistical inference for causal effects. Journal of Statistical Planning and Inference, 25, 279–292.

RUESCHEMEYER, D. Can one or a few cases yield theoretical gains?. In: Mahoney, James and Rueschemeyer, Dietrich. Comparative Historical Analysis in the Social Sciences. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, FABIANO. LA CIENCIA POLÍTICA EN BRASIL EN LA ÚLTIMA DÉCADA: LA NACIONALIZACIÓN Y LA LENTA SUPERACIÓN DEL PARROQUIALISMO. *Revista de Ciencia Política* (Santiago. Impresa), v. 35, p. 19-31, 2015

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. (2005), “Teoria Informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados”. *DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 48, 4: 693-735.

SANTOS, FABIANO; FIGUEIREDO, A. C. . Estudos Legislativos no Brasil. In: Leonardo Avritzer; Carlos Roberto Sanchez Milani; Maria do Socorro Braga. (Org.). *A Ciência Política no Brasil 1960 - 2015*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, v. , p. 187-216.

SANTOS, Manoel Leonardo. Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro (1994/2005). *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 66, p. 65-89, 2009.

SARTORI, Giovanni. “Concept Misinformation in Comparative Politics.” *American Political Science Review*. 64:4 (December 1970), 1033-53.

SÁTYRO, Natália; Reis, B.W.P. . Reflexões para a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 22, p. 13-39, 2014.

SCHNEIDER Carsten Q., Wagemann Claudius. *Set-Theoretic Methods for the Social Sciences. A Guide to Qualitative Comparative Analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2012.

SHEPSLE, Kenneth e Weingast, Barry. 1994. Positive Theory of Congressional Institutions. *Legislative Studies Quarterly*, XIX(1): 149-179

SHEPSLE. Institutional Arrangements and Equilibrium in Multidimensional Voting Models. *American Journal of Political Science*, 1979 23, (1): 27-59;

SHEPSLE. The Positive Theory of Legislative Institutions: An Enrichment of Social Choice and Spatial Models”, *Public Choice*, 1986 vol. 50, pp. 135-179;

SHUGART, Matthew Soberg e CAREY, John M. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1992.

STINCHCOMBE, Arthur L. 1968. *Constructing social theories*. New York: Harcourt, Brace & World

TSEBELIS. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo, Edusp; 1998

TSEBELIS. *Nested games*. Berkeley: University of California Press, 1990.

TSEBELIS. The Power of the European Parliament as a Conditional Agenda Setter. *American Political Science Review*, 88, 1994, 1, pp. 795- 815

WASSERMAN, S., and Faust, K. (1994). *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge, ENG and New York: Cambridge University Press.

WORD BANK. *Hanbook on Impact Evaluation: quantitative methods and practices* - The World Bank

Anexo 1: Ficha de Leitura - MEA

1) Dados Gerais: aspectos gerais da obra

1.1. Tipo da Publicação

- | |
|-------------------------------------|
| 1) Artigo;
2) Capítulo de Livro. |
|-------------------------------------|

Se (1) ir para a Q.1.2 se (2) ir para a Q.1.14

Referência Bibliográfica (Artigo)

--

Autores

1.3)

1.4)

1.5)

Instituição(es) do(s) autor(es):

1.6)

1.7)

1.8)

1.9 Título da Publicação

--

1.10 Idioma da publicação

- | |
|---|
| 1) Espanhol;
2) Inglês;
3) Português. |
|---|

1.11 Nome da Revista da Publicação

--

1.12. Se (1), qual o Qualis

- | |
|--|
| 1) A1;
2) A2;
3) B1;
4) B2;
5) B3. |
|--|

1.13 Ano da Publicação

--

Referência Bibliográfica (Capítulo)

1.14)

Autores

1.15)
1.16)
1.17)

Instituição(es) do(s) autor(es):

1.18)
1.19)
1.20)

1.21 Título do Capítulo

--

1.22 Idioma do Capítulo

1) Espanhol; 2) Inglês; 3) Português.

1.23 Título da Obra (Livro)

--

Autores ou organizadores

1.24)
1.25)
1.26)

2) Problematização

2.1 Questão de Pesquisa

--

2.2 Preocupação central do estudo

--

2.3 Possui relação entre temáticas?

2.4 Se (1), qual a temática?

Foco da análise (1: Sim - 2: Não)

2.5 Paramentos Supranacionais;
2.6 Congresso Nacional;
2.7 Senado Federal;
2.8 Câmara dos Deputados;
2.9 Assembleias Legislativas;
2.10 Câmara Municipais.

Foco do estudo (1:Sim - 2: Não)

2.11 Comissões	2.16 Sistemas Eleitorais
2.12 Partidos Políticos	2.17 Grupos de Interesses
2.13 Federalismo	2.18 Financiamento de Campanhas
2.14 Preponderância do Executivo	2.19 Lobby
2.15 Comportamento Parlamentar	2.20 Outros

3. Engrenagem 1 (Teoria - Metodologia)

Definição: revela a importante conexão entre os elementos teóricos e os recursos metodológicos mobilizados. Ela revela sobre duas categorias relevantes: **a lógica de causação e os padrões de explicação (teoria).**

3.1 Compromissos teóricos mais relevantes:

3.2 Combina elementos teóricos? Quais?

3.3 Quais as premissas do estudo⁴⁹?

⁴⁹ O objetivo está em mapear os pressupostos da área de estudos legislativos.

Qual a lógica de causalidade⁵⁰? (1: Sim - 2: Não)

3.4 Lógica Covariacional ⁵¹ ;
3.5 Lógica Contrafactual ⁵² ;
3.6 Lógica Experimental ⁵³ ;
3.7 Lógica por Mecanismos Causais ⁵⁴ .
3.8 Combina diferentes lógicas? Quais?
3.9 Especificar:

4) Engrenagem 2 (Teoria - Base Empírica)

Definição: informa sobre como as teorias são conectadas ou convertidas à realidade empírica, dimensão de considerável relevância na pesquisa comparada em que se buscam inferências causais. Esta conexão revela quatro categorias analíticas relevantes: **a formação de conceitos; as estratégias de mensuração; a geração de hipóteses; e, os modelos que são utilizados pela pesquisa.** Estas dimensões conjugam, portanto, duas características decisivas na ciência política contemporânea: **a formação dos conceitos, e, a utilização de modelos.** Conjugação entre os conceitos e os dados empíricos.

4.1. Principal(is) conceito(s) utilizado(s)

--

4.2 Variável Dependente - principal do estudo

--

Variável(is) Dependente(s) - modelos

4.3

4.4

4.5

⁵⁰ Ver: Brady (2008) e Rezende (2015).

⁵¹ Os modelos covariacionais assumem que as regularidades empíricas entre causas (X) e efeitos (Y) permitem auferir sobre causalidade (REZENDE, 2015).

⁵² Contrafactuais se perguntam sobre casos potencialmente similares em que a “ausência de uma causa X conduz a ausência de um efeito Y”. O papel dos contrafactuais se amplia nos desenhos de pesquisa *small n*, situação em que é possível testar hipóteses em condições “que simulam desenhos experimentais” (Idem).

⁵³ Nos modelos experimentais, por sua vez, a causalidade está relacionada aos controles e as formas de manipulação “inserida” pelo pesquisador. Neste sentido, considera-se como fundamental a ideia de “no manipulation, no causation” (Idem).

⁵⁴ A análise por mecanismos argumenta claramente sobre a necessidade de entender os “componentes que dão sentido” as conexões causais entre duas variáveis X e Y numa proposição causal sugerida por teoria. Os mecanismos representam o caminho, o processo, ou a variável interviniente pela qual um fator causal de interesse opera e afeta um dado resultado. (Idem).

Variável Independente - principal do estudo⁵⁵

4.6

Variável(is) Independente(s)⁵⁶ - modelo

4.7

4.8

4.9

4.10 Dimensão da análise em relação ao Poder Legislativo

- 1) Endógena;
- 2) Exógena;
- 3) Ambas

4.11 Estratégias para a conexão entre teoria e empiria. (Estratégia de Mensuração)⁵⁷

4.12 Hipótese Principal

4.13 Hipóteses Auxiliares

4.14 Padrão da aderência da formulação de hipóteses ao modelo de causalidade (Compatibilidade entre a formulação das hipóteses e o modelo de causalidade).⁵⁸

5) Engrenagem 3 (Metodologia e Base Empírica)

Definição: informa sobre como as diversas metodologias existentes na ciência política são encaixadas com os dados empíricos, os quais serão fundamentais para permitir entender o “como” os dados serão interpretados a partir de hipóteses testáveis geradas na Engrenagem 2; e, mais importante como os desenhos de pesquisa enfrentam a questão das inferências. **Esta conexão revela três categorias analíticas relevantes: a**

⁵⁵ Atenção as variáveis recíprocas (Conexas).

⁵⁶ Atenção as variáveis recíprocas (Conexas).

⁵⁷ Por exemplo, a estratégia de Figueiredo e Limongi (1999) para preponderância do Executivo era mensurada pela, dominância e pelo o sucesso legislativo do Presidente.

⁵⁸ Dimensões como efeito ou necessidade e suficiência e sua concatenação com as hipóteses.

análise de dados; os mecanismos relativos aos testes de hipóteses, e as estratégias inferenciais envolvidas.

5.1 Tipo de desenho de pesquisa

- | |
|--|
| 1) Experimental ⁵⁹ ;
2) Observacional. |
|--|

5.2 Desenho com foco inferencial

- | |
|------------------------------------|
| 1) Sim;
2) Não.
Especificar: |
|------------------------------------|

5.3 Qual é a Unidade de Análise

--

5.4 Dos casos analisados

- | |
|--|
| 1) Estudo de caso;
2) Estudo Comparado. |
|--|

5.5. Natureza da Metodologia

- | |
|--|
| 1) Qualitativa;
2) Quantitativa;
3) Mix métodos. |
|--|

5.6. Se (3), qual a essência da integração

--

Técnicas utilizadas (1: Sim - 2: Não)

5.7 Análise de Regressão

5.8 Análise Histórico Comparativa

5.9 <i>Qualitative Comparative Analysis</i> (QCA)

5.10 Process-tracing

5.11 Experimento/Quasi-Experimento

5.12 Diff-in-Diff

5.13 Regressão Descontínua

5.14 Outros:

5.15 Quais os dados utilizados (Natureza)?

--

⁵⁹ Laboratório, de campo ou natural.

5.16 Os dados são públicos?

- 1) Sim;
- 2) Não.

5.17 Número de casos

5.18 Estratégias para lidar com o problema do número de casos

Informações importantes sobre os testes de hipóteses (1: Sim - 2: Não)

- 5.19 Análise tabular;
- 5.20 Diferença de médias;
- 5.21 Probit/Logit
- 5.22 Coeficiente de correlação e/ou Modelo de regressão bivariado;
- 5.23 NA
- 5.24 Outra:

5.25 Conexão entre os testes de hipóteses, teoria e empiria

Capacidade de explicação do modelo (Cobertura e/ou R²)

5.26

5.27

5.28

5.29 Problemas com viés de seleção⁶⁰

5.30 Variáveis omitidas (Problemas e Possíveis correções)⁶¹

Scoreboard dos obstáculos causais

5.31 Existe algum mecanismo causal que conecta X e Y?

⁶⁰ Exemplo, deputados da esquerda respondem mais do que deputados da direita.

⁶¹ Objetivo: como os estudos legislativos no Brasil lidam com o problema do viés de seleção.

5.32 Eliminou a possibilidade de que Y pode causar X?

5.33 Existe covariação entre X e Y?

5.34 Controlou por todas as variáveis colineares Z que podem tornar a associação entre X e Y espúria?

Anexo 2 - Padrões de Causação na Ciência Política

1) Modelos Covariacionais

- **Descrição:** Os modelos covariacionais assumem que as regularidades empíricas entre causas (X) e efeitos (Y) permitem auferir sobre causação;
- **Exemplo:** Modelos de Regressão Linear.

2) Contrafactuais

- **Descrição:** Modelos contrafactuais recorrem aos modelos probabilísticos de causação para dar conta das limitações dos modelos covariacionais tais como o indeterminismo, a existência de as relações espúrias e do problema das variáveis omitidas. (*Potential Outcomes Models*);
- **Exemplo:** Modelos de Regressão Descontínua.

3) Experimentos

- **Descrição:** Nos modelos experimentais, por sua vez, a causação está relacionada aos controles e as formas de manipulação “inserida” pelo pesquisador;
- **Exemplo:** Experimento natural.

4) Mecanismos Causais

- **Descrição:** A análise por mecanismos argumenta claramente sobre a necessidade de entender os “componentes que dão sentido” as conexões causais entre duas variáveis X e Y numa proposição causal sugerida por teoria (Orientação Qualitativa);
- **Exemplos:** Estudos de Caso e QCA.

Anexo3: Instituições dos primeiros autores

Instituições	Nº de trabalhos	Porcentagem
UFMG	26	20%
Câmara dos Deputados	26	20%
USP/CEBRAP	10	8%
IUPERJ/IESP	7	5%
UFRGS	6	5%
Unb	4	3%
UFPE	4	3%
Senado Federal	3	2%
UCLA	3	2%
FGV	3	2%
Ufscar	3	2%
University of Pittsburgh	2	2%
Universidad de Salamanca	2	2%
UFPR	2	2%
UNESP	2	2%
UFG	2	2%
Sciences Po Paris	1	1%
Confederação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	1	1%
The University of Texas at El Paso	1	1%
UFABC	1	1%
Rutgers University	1	1%
UFCG	1	1%
Unicamp	1	1%
UFES	1	1%
Universidade Vila Velha	1	1%
Ibmec	1	1%
Wisconsin University	1	1%
UFJF	1	1%
UFSM	1	1%
CONICET/UCA-UNSAM	1	1%
Escola do Legislativo ALESP	1	1%
UFMT	1	1%
Unifesp	1	1%
Milton Campos - UFMG	1	1%
Universidad Torcuato Di Tella	1	1%
UFpel	1	1%
University of Illinois at Urbana-Champaign	1	1%
Minnesota University	1	1%
UCSD	1	1%
Oxford University	1	1%
UEPG	1	1%
UFSC	1	1%
Total geral	131	100%

Fonte: Elaboração própria

